

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



***FUZILEIRO MARINHEIRO E ARTILHEIRO
MARÍTIMO: INSTRUÇÃO AO SOLDADO DA
BRIGADA REAL DA MARINHA EM PORTUGAL
NOS FINAIS DO ANTIGO REGIME***

FÁBIO NEVES LUIZ LAURENTINO

Dissertação orientada pelo Prof. Doutor José Damião Rodrigues, coorientada pelo Prof. Doutor Miguel Dantas da Cruz, especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em História Militar

2021

ÍNDICE

Resumo – Abstract	5
Agradecimentos	6
Introdução	7
Capítulo 1 – De Hastings (1066) à Brigada Real da Marinha (1797): contexto e estratégia anfíbia	14
PARTE I	
1.1. Contributos para um conceito de operações anfíbias	14
1.1.2. Historiografia	18
1.2. Instrumentos para uma campanha anfíbia	23
PARTE II	
1.3. Do Terço da Armada Real da Coroa de Portugal à Brigada Real da Marinha	34
1.3.1. O Terço da Armada Real durante a Guerra da Restauração (1640-1668).....	38
1.3.2. O Regimento do Príncipe Regente (1668-1682)	39
1.3.3. O Terço da Armada Real nos fins do século XVII e durante a Guerra de Sucessão de Espanha (1682-1715)	40
1.3.4. A Brigada Real da Marinha	42
Capítulo 2 – Políticas reformistas no contexto revolucionário: instrução ao soldado da Brigada Real da Marinha	47
2.1. O período mariano	47
2.2. A Marinha de Guerra para Melo e Castro e Rodrigo de Sousa Coutinho	48
2.3. O livro “ <i>Instrucçoens para a Brigada Real da Marinha, principiando pêlla escólla do Soldado até á de Pelotão</i> ”	51

2.3.1. A provável influência	52
2.4. Estrutura interna: análise e comparação crítica	53
2.4.1. Livro I: “ <i>Instrucçoens para a Brigada Real da Marinha, principiando pêlla escólla do Soldado até á de Pelotão</i> ”	54
2.4.2. Livro II: “ <i>Rezumo do exercicio de Artilharia da Marinha ensinado no Fórte de Xabregas para uzo dos Navios de Guerra em o Anno de 1804</i> ”	61
2.4.3. Livro III: “ <i>Artilheiro Maritimo ou Compêndio de instruções para o artilheiro do mar, ordenado em forma de diálogo por Methodo claro para uzo dos Soldados da Brigada Real da Marinha</i> ”	67
2.5. A Brigada Real da Marinha e a conquista de Caiena	69
Conclusão	72
Fontes e Bibliografia	75
Anexos	82
Anexo I – Transcrição do documento	82
Anexo II – Vocabulário naval	157

*Fuzileiro marinho e artilheiro marítimo: instrução ao soldado da Brigada Real da
Marinha em Portugal nos finais do Antigo Regime*

RESUMO

A seguinte dissertação tem como objetivo estudar o método de instrução militar naval dado a um soldado recruta, recém incorporado à vida militar, utilizado no início do século XIX pelo corpo vocacionado para guarnecer a artilharia das embarcações de guerra e atuar como infantaria de desembarque da Marinha Real portuguesa, a Brigada Real da Marinha. Para trazer à luz vivências de inserção a um mundo novo, o mundo militar (pautado pelas suas próprias características e *ethos*), escolheu-se como documento base o livro *Instruções para a Brigada Real da Marinha, principiando pela escola do soldado até a de pelotão*, um compêndio de instruções contemporâneo as políticas de reorganização e modernização de uma Marinha cuja a necessidade de proteção do comércio marítimo com o Atlântico e a percepção da ameaça de uma guerra com a França Revolucionária lhe fizera reestruturar-se. Desta forma, a instrução para soldados é uma preocupação presente neste período e essencial neste processo de modernização, mostrando-a primordial para dominar a tecnologia vigente.

Palavras-chave: Brigada Real da Marinha, compêndio de instruções, instrução militar naval.

ABSTRACT

The following dissertation aims to study the method of naval military instruction given to a recruit soldier, newly incorporated into military life, used in the early 19th century by the corp dedicated to manning the artillery of warships and acting as landing infantry of the portuguese Royal Navy, the Brigada Real da Marinha. To bring experiences of insertion into a new world (based on its own characteristics and *ethos*), the book *Instruções para a Brigada Real da Marinha, principiando pela escola do soldado até a de pelotão* was chosen as the base document, a contemporary compendium of instructions on the policies of reorganizing and modernizing a Navy whose need to protect maritime trade with the Atlantic and the perceived threat of war with Revolutionary France had restructured it. Thus, instruction for soldiers is a preoccupation present in this modernization process, showing it to be essential to master the current technology.

Key-words: Brigada Real da Marinha, instruction compendium, naval military instruction.

AGRADECIMENTOS

Nisi Dominus frustra. Sem o Senhor, tudo é em vão.

Agradeço e dedico este trabalho à minha mãe. Para ela, minhas palavras de amor num escrito sobre guerra.

Todas as palavras aqui escritas longe do solo pátrio buscam prestar, unicamente, uma humilde reverência à grandeza da Pátria brasileira.

Um agradecimento ao sempre disponível Sr. Professor Doutor José Manuel Henriques Varandas, coordenador do Mestrado Interuniversitário em História Militar, pela atenção e camaradagem desde os meus primeiros dias na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Ao meu orientador, Sr. Professor Doutor José Manuel Damião Soares Rodrigues, uma profunda gratidão pelo modo como acompanhou o meu trabalho.

Ao meu coorientador, Sr. Professor Doutor Miguel Dantas da Cruz, o meu muito obrigado. Desde o primeiro contato manifestou total disponibilidade, com seu vasto conhecimento, tornando-se farol para este caminho que agora se finda.

Aos senhores, minha admiração e camaradagem. Espero ter cumprido com as vossas expectativas. Bem haja.

Uma especial menção ao mestre e amigo Professor Doutor Guilherme de Andréa Frota, sócio emérito do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) e sócio correspondente da Academia Portuguesa de História (APH), cuja dedicação ao Brasil e ao estudo da História Militar sempre admirei.

Um agradecimento sincero aos funcionários do Arquivo Histórico (AHM) e Biblioteca Central da Marinha de Guerra Portuguesa (BCM), e da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP).

Aos meus amigos brasileiros, portugueses e camaradas de curso. Os levarei para sempre na memória como parte crucial destes anos de formação.

À minha família, a quem muito agradeço o amor, o apoio e a compreensão por estar longe fisicamente. Especialmente para Mariana, Juliana Maria e Lorena.

Para Greyce, que compartilhamos as mesmas aspirações e emoções de vivenciar um curso de especialização em uma universidade no exterior, o meu muito obrigado.

INTRODUÇÃO

Encontramos no estudo *Uma história da guerra*, de John Keegan, o primeiro ponto de observação para o desenvolvimento deste trabalho. Neste livro, mesmo que de forma discreta, o autor ensaia sobre o início da utilização da estratégia anfíbia (ou “combinada” ou “conjunta”) pelos gregos no Mundo Antigo. Afirma, por exemplo, que o maior legado alcançado pelos gregos nas vitoriosas campanhas contra as tropas persas durante as guerras Médicas encontra-se não no campo militar, mas naval. Ressalta a importância deste “novo método de guerrear”, verdadeiramente estratégico¹ em seu caráter, que dominou a luta por posições no mar Mediterrâneo oriental pelo resto do século². Trata-se do barco a remo de combate, principal instrumento da estratégia naval grega, principalmente ateniense, que permitia a projeção do poder de terra para o mar a um nível igual ao dos exércitos, quando as lutas assumiam a forma do combate corpo-a-corpo, em vez de casco contra casco durante as batalhas navais.

É sobre este pano de fundo (as operações anfíbias e combinadas, em uma primeira parte, e métodos de treinamento e preparo de soldados, em uma segunda etapa) que se desenvolverá esta dissertação, tendo como ponto principal a “formação profissional”, a instrução militar-naval.

Não é pretensão deste trabalho entrar na discussão mais vasta do conceito *Amphibious Warfare*³, mas utilizar de alguns exemplos históricos espaçados deste tema para construir uma contextualização e entendimento mais aprofundado do tema, possibilitando um melhor “desembarque” no recorte temporal escolhido para análise. Como veremos, as

¹ É em Atenas que aparece, no século V a. C., a função do estrategista. Em instigante artigo, a historiadora francesa Jeanine Boeldieu-Trevet observou bem as evoluções do estudo da estratégia: “(...) Em Maratona, sob o impulso de Milíades, o colegiado dos estrategistas demonstrou sua capacidade de ordenar o ímpeto dos cidadãos-soldados. A magistratura se tornou mais singela ainda com Temístocles. Transformando Atenas em potência naval, ele abriu militarmente outras perspectivas. A função militar dos estrategistas se diversificou. Ao mérito de “bons ordenadores de exército”, à coragem de Hoplita, eles passaram a juntar qualidades de navegadores e de almirantes. Tem mais. Como a tática se alimenta doravante de estratégia, os estrategistas atenienses passaram a pensar em termos políticos, aqueles da análise pública das metas, desafios, e de meios destinados a construir, estender e manter a potência da cidade (...)”. In: BOELDIEU-TREVET, Jeanine. Commandement et institutions dans les cités grecques à l'époque classique. *Revue d'études antiques*, Pallas 51, p. 87-88, 1999.

² KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora (BIBLIEX) e Companhia das Letras (co-edição), 1996, p. 270.

³ Dentro de uma vasta bibliografia e outros escritos para compreensão do conceito, deixamos, para um debate inicial, o artigo de O'CONNOR, R. G. *The U.S. Marines in the 20th Century: Amphibious Warfare and Doctrinal Debates*, in *Military Affairs* 38:3 (Oct. 1974), pp. 97-103.

operações anfíbias que, segundo David. J. B. Trim e Mark Charles Fissel, foram por muito tempo amplamente ignoradas como objeto de estudo pelos investigadores dos assuntos militares, ou consideradas puramente operações militares ou navais, em vez de combinadas, desempenharam um papel importante na era de transição de monarquias territoriais para impérios multicontinentais no contexto do Mundo Moderno. Para o entendimento de David Trim e Mark Charles Fissel, é com o auxílio deste modo de se fazer a guerra que a expansão europeia e algumas intervenções militares sobre os novos territórios foram forçadas, sendo um dos principais meios pelos quais eventualmente dominariam boa parte do globo por séculos⁴.

Esta dissertação de mestrado pretende avançar em terrenos até ao momento pouco palmilhados pela investigação histórica em países como Portugal e Brasil, e contribuir para o preenchimento de uma lacuna historiográfica: o estudo da história institucional da Brigada Real da Marinha. A exemplo disto, encontra-se na *Nova História Militar de Portugal*⁵, ou em outras obras de referência, pouco ou nenhum espaço reservado a este tema. Na nossa perspectiva, este estudo pode trazer novidades e elucidar vários aspectos da preparação e treinamento dos soldados pertencentes à Infantaria de Marinha portuguesa. Até agora, nenhum trabalho por nós conhecido se centra no que foi e pretendeu ser a Brigada Real da Marinha. Os estudiosos desta temática escreveram artigos sobre sua composição e sua participação em campanhas tanto na Europa quanto na América do Sul, mas julgamos agora ter abordado com pormenor a questão do treinamento do seu soldado.

Em um olhar micro, este trabalho chegará à passagem do século XVIII ao XIX, mais precisamente no mundo marítimo português da segunda metade do século XVIII. É ao buscar compreender rapidamente os acontecimentos dos finais do Antigo Regime português relacionados ao mundo marítimo, como, por exemplo, a visão estratégica do Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro, passando pelo posicionamento da política externa portuguesa frente à guerra de Independência na América, à Revolução Francesa e até as reformas implementadas na Armada Real portuguesa que chegaremos ao ano de 1797 e à criação da Brigada Real da Marinha, o objeto principal deste estudo.

No final do século XVIII, as organizações existentes que então forneciam pessoal para as guarnições dos navios de guerra portugueses eram o Regimento de Artilharia de Marinha (que formava os artilheiros), os dois Regimentos de Infantaria de Marinha (responsável por fornecer os soldados de infantaria, zelar pela segurança e disciplina a bordo) e o Regimento de Marinha (que fornecia os marinheiros). É de se imaginar, como consta no Alvará de criação da Brigada Real da Marinha, que tal diferença entre doutrinas

⁴ TRIM, David. J. B. e FISSEL, Mark Charles. (Orgs.). *Amphibious Warfare 1000-1700. Commerce, State Formation and European Expansion*. Leiden-Boston: BRILL, 2006, p. 3.

⁵ TEIXEIRA, Nuno Severiano. BARATA, Manuel Themudo (Coord.). *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003, 5 volumes.

formadoras acabaria por resultar em conflitos disciplinares. Rivalidade entre os diferentes organismos eram frequentes.

Também por este motivo, mas sobretudo pelo contexto da criação de um quadro de pessoal na Armada Real portuguesa e outras medidas que alteraram por completo o funcionamento da Marinha de Guerra, é que pelo Alvará régio com força de Lei de 28 de agosto de 1797, para “dar às guarnições dos navios o espirito de corpo e unidades necessárias” e evitar “os graves inconvenientes que seguem sobre a disciplina na Armada Real”, foram substituídos os três regimentos existentes na Armada por um novo corpo, denominado Brigada Real da Marinha. Esta nova unidade tinha por missão não só guarnecer os navios, mas também defender o Arsenal Real e outros fortes, bem como preparar e conservar os petrechos navais e de artilharia das mesmas embarcações de guerra quando desarmadas⁶. Inscreve-se ainda no mesmo Alvará a preocupação pelo aperfeiçoamento técnico deste tipo de soldado, em uma fase que o uso da artilharia já requeria algum treino e coordenação durante o combate, necessitando de “novos exercícios a que não estão acostumados”⁷.

Inserida nestas questões está a preocupação com a profissionalização naval. O contexto era de transição e vários aspectos políticos, econômicos e sociais a fim da formulação de uma Marinha militar mais próxima das novas exigências tecnológicas se encontravam em voga nos fins do Setecentos. Assistia-se também à reformulação de valores como disciplina, mérito, hierarquia, defesa nacional e estratégia na instituição militar.

Em artigo recentemente publicado, Pablo Ortega del Cerro afirma ser a profissionalização da Marinha portuguesa uma questão ainda praticamente inexplorada, mas fundamental para a compreensão do desenvolvimento de um império marítimo e colonial. Em seu estudo, examinou o processo de profissionalização naval a partir do corpo de oficiais⁸. Comparativamente a outras marinhas europeias, Pablo Ortega del Cerro explica que Portugal foi um caso tardio, tendo este processo começado na década de 1760 e que só foi implementado a sério nas décadas de 1780 e 1790. Enquanto isso, muitas monarquias europeias empreenderam um processo de profissionalização de suas marinhas ao longo da segunda metade do século XVII e na primeira metade do século XVIII. Para Portugal, as tentativas de profissionalizar o corpo de oficiais da Marinha de Guerra tiveram seu planejamento e implementação aquém da teoria. Dentre as razões para isso, encontram-se a promoção do comércio com seu império – especialmente com o Brasil – e o não acompanhamento proporcional do seu poderio militar no mar⁹.

⁶ Alvará com força de Lei, pelo qual a Rainha criou uma Brigada Real da Marinha para guarnição das naus e das embarcações de guerra. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa. Código de Referência: PT-TT-LO-003-8-94.

⁷ Idem, fl. 2.

⁸ CERRO. Pablo Ortega del. *Theory and praxis of the professionalisation of the Portuguese Navy: The Navy officer corps, 1750-1807*. In: *The International Journal of Maritime History*. Vol. 32 (3). 2020. Pg. 552.

⁹ CERRO. Pablo Ortega del. Op. Cit. p. 571.

A segunda metade do século XVIII torna-se palco destas transformações. As rivalidades globais e a interdependência inglesa obrigaram Portugal a reagir, construindo uma Marinha e profissionalizando seu corpo de oficiais. Como exemplo desta reação, encontra-se o corpo de cadetes navais. Criada a figura do guarda-marinha em 1761, o novo cadete naval precisava adquirir conhecimentos e habilidades, mas sua educação, organização e padrões de promoção ficaram mal regulamentados. Em 1774, sua posição foi suprimida. Sob os impulsos reformistas durante o reinado de Maria I, foi fundada a Companhia dos Guardas-Marinhas, mais bem regulada, mas ainda com graves incoerências. Outras reformas foram realizadas e, em 1796, a Academia Real dos Guardas-Marinhas foi fundada sendo um centro profissional onde os cadetes podiam receber treinamento teórico e prático¹⁰.

Já sobre a conceituação “profissionalização naval” utilizamos o pensamento de “profissão militar” presente nos estudos do norte-americano Samuel P. Huntington¹¹ com a caracterização de “profissão naval” conceituada pelo sociólogo alemão Norbert Elias¹². Justificamos o uso dessas duas construções sociológicas em um trabalho historiográfico porque foram concebidas através da interpretação de processos históricos específicos e não emergem de proposições com grande dose de abstração. A primeira advém da análise comparativa do aparecimento dos exércitos e marinhas nas monarquias da Europa ocidental, principalmente entre França, Inglaterra, Espanha e Alemanha. Já a segunda, persegue a dinâmica da formação de um corpo de oficiais da Marinha Real inglesa, entre os séculos XVI e XIX. Em resumo, para Huntington, a singularidade do conhecimento profissional específico à atividade militar começa frente a outros saberes corrente entre não militares durante o período das guerras Napoleônicas e que vem a consolidar-se durante o século XIX, tendo como uma de suas principais expressões o ensino de uma “ciência militar” em escolas militares (Academias Militares). Elias, por seu turno, agrega ao profissionalismo militar de Huntington a necessidade de uma formação especializada pautada da prática, a partir da experiência de uma formação contínua a bordo de navios de guerra.

Se observamos comparativamente, este processo de “profissionalização naval” não aconteceu isolado. Estava em curso em várias potências marítimas europeias, recaindo sobre o corpo de oficiais da Marinha militar o impacto mais visível do processo de profissionalização das marinhas de guerra europeias durante o século XVIII, quando a exigência de conhecimentos e habilidades diversas (até habilidades científicas) se uniriam as atividades bélicas de um militar. Em Espanha, por exemplo, este processo pode ser dividido em dois eixos durante todo o século XVIII: durante a primeira metade do século, a experiência da profissionalização naval pode ser considerada como um tempo de gestação e maturação, tendo que esperar até a segunda metade do século para observar uma consolidação da instituição naval, sobretudo após a publicação das Ordenanças de

¹⁰ CERRO. Pablo Ortega del. Op. Cit. p. 572.

¹¹ HUNTINGTON, Samuel P. *O Soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora (BIBLIEX), 1996.

¹² ELIAS, Norbert. *The Genesis of the Naval Profession*. Dublin: University College Dublin Press, 2007.

1748¹³, quando a profissionalização naval se intensifica verdadeiramente através de várias medidas, propostas, inspeções e projetos¹⁴. Dentro destas resoluções, busca-se como primeiras medidas pela uniformidade do sistema de promoções do *Cuerpo General* (Corpo de oficiais da Armada Real espanhola) que, repetindo as palavras de críticos contemporâneos, “encontrava-se corrupto e repleto de favoritismo”, sendo muitos oficiais privilegiados com promoções mais rápidas ou designados para postos mais vantajosos através da influência transversal ou direta de parentes, amigos ou conhecidos¹⁵. Já em um segundo momento, um verdadeiro ponto de viragem pode ser definido após a publicação das Ordenanças de 1748. Este conjunto de leis eram, por um lado, o ponto alto dos trabalhos de melhoramento da Armada Real espanhola que havia começado em 1714; sendo, por outro, as medidas de referência para todos os projetos que seriam levados a cabo durante toda a segunda metade do século XVIII.

No início da década de 1790, a Armada Real espanhola contava com 1690 oficiais – número similar à da Marinha de Guerra francesa – na qual havia a necessidade de um verdadeiro sistema burocrático, centralizado e eficaz para gerir o corpo de oficiais. Dentre os projetos realizados visando uma modernização do gerenciamento do pessoal, encontra-se o *sistema Mazarredo*, proposto pelo tenente general José de Mazarredo Salazar, cujo objetivo era avaliar os oficiais individualmente em pilotagem, manobra, tática, na prática da artilharia, disciplina, exercício e conservação dos equipamentos, conhecimento de línguas estrangeiras e outras ciências, preparando uma justa avaliação dos méritos e promoções futuras¹⁶. O *sistema Mazarredo* mostra-se, sem dúvida, como um exemplo da busca por uma profissionalização naval na Armada Real espanhola durante a segunda metade do século XVIII, sendo esta uma das diversas vias para conseguir oficiais com habilidades tanto militares quanto científicas.

Em Portugal, para a Brigada Real da Marinha, parece não ter sido diferente. Relacionamos a escrita do compêndio de instruções para o treinamento de novos soldados – que será aqui analisado – inserida em um conjunto de tentativas à procura de uma maior profissionalização do seu quadro de pessoal, assim como foi o estímulo e construção de espaços voltado ao incentivo da leitura nos aquartelamentos desta Brigada, como menciona o seu Alvará de criação.

Sendo assim, os objetivos deste trabalho se concentram na análise dos discursos e normas específicas sobre a Brigada Real da Marinha, instituição militar naval do Reino português. Criada em 1797, ainda sob a esfera da reorganização e modernização das forças navais implementadas por Martinho de Melo e Castro, foi transferida para o Brasil juntamente com a Corte Joanina. Na América do Sul, conheceu algumas ações de

¹³ *Ordenanzas de Su Majestad para el gobierno militar, político y económico de Su Armada Naval*. 2 Tomos, Madrid: Imprenta Juan de Zuniga, 1748.

¹⁴ CERRO, Pablo Ortega del. La profesionalización de la oficialidad naval española, 1750-1800: aproximación a sus destellos desde las sombras. In: *Vegueta. Anuario de la Facultad de Geografía e Historia*. 16, 2016, p. 224.

¹⁵ CERRO, Pablo Ortega del. Op. Cit. p. 229.

¹⁶ CERRO, Pablo Ortega del. Op. Cit. p. 233.

combate, sendo de considerar que terão sido postos em prática os ensinamentos listados no manual aqui revisitado.

O presente texto foi estruturado visando estabelecer uma linha contínua que parte das configurações mais conjunturais acerca da formação da Brigada Real da Marinha para as questões mais internas, ligadas à construção de uma instrução militar naval voltada ao aprendizado do soldado, desde a primeira instrução de ordem unida, passando pela apresentação dos petrechos navais e de artilharia até o como municiar uma peça de artilharia em combate.

Os documentos utilizados para percorrer tal caminho provêm da esfera política, administrativa e “operacional” da Marinha de Guerra portuguesa desta época. A fonte principal é um compêndio de instruções anônimo, voltado aos oficiais e oficiais inferiores (designação, à época, para o atual posto de sargento) da Brigada Real da Marinha e seus respectivos soldados, denominado *Instruções para a Brigada Real da Marinha, principiando pela escola do soldado até a de pelotão*¹⁷. O documento foi possivelmente escrito em 1804, não transcrito e não publicado, encontrando-se na sessão de Documentos Reservados da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), em Lisboa. Este documento está dividido em três livros: em sua primeira parte chamada *Instruções para a Brigada Real da Marinha, principiando pela escola do soldado até a de pelotão*, possui 120 notas sobre ordem unida, evolução sobre o posicionamento do soldado e utilização do armamento de infantaria; é seguido pelo *Rezumo de exercício de Artilharia da Marinha ensinado no Forte de Xabregas para uso dos navios de guerra no ano de 1804*, composto por uma compilação de vozes de exercícios de artilharia, toques e posicionamento da guarnição da peça em posto de combate; por fim, é seguido pelo *Artilheiro Marítimo ou compendio de instruções para os Artilheiros do Mar ordenado em forma de diálogo por método claro para uso dos soldados da Brigada Real da Marinha*, um escrito dialógico entre um soldado velho e um soldado novo (ao estilo característico da prosa hispânica dos séculos XVI e XVII) sobre instruções de conhecimento técnico dos petrechos navais e de artilharia naval.

Em uma breve referência sobre às historiografias portuguesa e brasileira quanto a relativa ausência de certos temas ou de certos corpos militares – seria o caso da Brigada Real da Marinha –, observamos ser esse fato consequência da falta de documentação que se conhece, contendo maiores detalhes sobre a organização (documentos administrativos) e de papéis especificamente militares destas unidades. Em Portugal, podemos observar

¹⁷ Este documento tem uma “revisão” impressa, no ano de 1827, à pena do major graduado da Brigada Real da Marinha Manoel Rodrigues Lucas de Sena, chamado *Escola do soldado de Marinha em utilidade da Armada Real, Brigada Real da Marinha e do comercio mercantil da navegação*, publicação inserida nos *Escritos Marítimos e Acadêmicos* do capitão de mar e guerra José Maria Dantas Pereira de Andrade, militar dedicado ao ensino naval em Portugal no século XIX. Conservado sob guarda da Biblioteca Central da Marinha (BCM), é de nosso conhecimento uma única cópia no Arquivo Histórico Parlamentar (AHP), ofertada pelo autor à época da publicação. É nossa intenção trabalhar com este documento em um futuro artigo, visto que o ano da publicação dele ultrapassa o período cronológico escolhido para análise nesta dissertação.

na obra de Carlos Selvagem, *Portugal Militar*¹⁸. Já no Brasil, a recorrência em usar o texto de L. F. Castilhos Goycochêa, intitulado *A Diplomacia de D. João VI em Caiena*¹⁹, elaborado para o Ministério das Relações Exteriores em 1949, e adaptada para diversas publicações, mostra a carência da descoberta de novas fontes e escritos sobre o assunto. Assim, foi realizada esta investigação – principalmente – na Biblioteca Nacional de Portugal à procura de documentação que contém subsídios para a história militar e institucional da Brigada Real da Marinha, justificamos a necessidade do estudo que aqui conduzimos (e das pesquisas que pretendemos vir a desenvolver).

Desta forma, no primeiro capítulo, que se apresentará dividido em duas partes, tratar-se-á de questões pertinentes às operações anfíbias e combinadas em diversos momentos históricos, em uma perspectiva global, mostrando possíveis viabilidades e limitações deste modo de operação militar. Fazemos uma análise conceitual, ao estilo *case study*, historiográfica e contextualizadora.

Na segunda parte, buscou-se adentrar na esfera da Brigada Real da Marinha, formulando um breve histórico, desde as origens da Infantaria de Marinha em Portugal, no século XVII, com a criação do Terço da Armada Real da Coroa de Portugal, até o momento do Alvará da criação da Brigada Real da Marinha, em 28 de agosto de 1797.

No segundo capítulo será abordado especificamente o processo de ensino para a instrução militar-naval do soldado da Brigada Real da Marinha. Entendemos que o “projeto” da formação do soldado fuzileiro marinho e do soldado artilheiro marítimo vai para além da questão militar. Ele é decorrente das modificações materiais e científicas do mundo marítimo, necessitando, com isso, de novas conformações para as suas atribuições entretanto previstas nos dispositivos regimentais. No último ponto deste capítulo, destacamos brevemente a participação da Brigada Real da Marinha em território sul-americano, no contexto da transmigração da Família Real portuguesa para o Brasil.

Por fim, após a conclusão e a bibliografia, encontrar-se-á ao final desta dissertação a transcrição completa do principal documento aqui analisado (Anexo I), sendo, em seguida, apresentado um vocabulário naval contendo verbetes sobre Marinharia, Infantaria e Artilharia Naval relacionado com o documento transcrito (Anexo II).

¹⁸ SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar: compêndio de História Militar e Naval de Portugal desde as origens do Estado Portucalense até o fim da Dinastia de Bragança*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda (INCM), dezembro de 2006.

¹⁹ GOYCOCHÊA, L. F. Castilhos. *A Diplomacia de D. João VI em Caiena*. In: BRASIL, MINISTÉRIO DA MARINHA – MARINHA DO BRASIL. *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, Vol. 2, Tomo II, 1979, Págs. 383 a 421.

Capítulo 1

De Hastings (1066) à Brigada Real da Marinha (1797): contexto e estratégia anfíbia.

PARTE I

1.1. Contributos para um conceito de operações anfíbias.

Definir qualquer conceito que tenha um componente operacional é sempre uma tarefa desafiadora e, muitas vezes, mutável. Sujeito a mudanças de acordo com o evoluir da tecnologia, estratégia e doutrina ao longo dos anos ou de campanhas, os conceitos correntes são experimentados, corrigidos e, eventualmente, pode-se chegar à conclusão de que a definição utilizada não é adequada. Este trabalho não só é orientado por sua definição disciplinar na História Militar, mas também busca conexões com a História das Ideias, tendo como principal foco a história do pensamento europeu, baseando-se nos escritos de Frank L. Baumer²⁰ e Leonard Krieger²¹, principalmente nas palavras do segundo autor, cuja essência do seu método reside em abrir-se para toda a espécie de expressões do passado, próximo ou mais distante, da atividade humana.

Há alguns componentes observados por diversos autores sobre características para compor o conceito de operação anfíbia. David. J. B. Trim e Mark Charles Fissel colaboraram com a discussão em torno do conceito dizendo que a guerra anfíbia é uma forma de combate que geralmente ocorre nas costas de continentes ou ilhas, na qual forças terrestres são transportadas pela água e combatem ou contra uma conjunção similar de forças ou contra um inimigo terrestre ou aquático. E, finaliza a introdução deste estudo, a partir de uma perspectiva acadêmica, afirmando que este tipo de operação fora

²⁰ BAUMER, Franklin L. *O pensamento europeu moderno*. Lisboa: Edições 70, 1990.

²¹ KRIEGER, Leonard. "The Autonomy of Intellectual History". In: *The History of Ideas: Canon and Variations*. Rochester University Press, 1990.

erroneamente analisado por muito tempo como puramente terrestre ou naval, ignorando sua capacidade de ser estudada como combinada (ou “conjunta”, ou “expedicionária”) pelos estudiosos dos assuntos militares, inclusive, os historiadores²².

Tentaremos aqui esboçar um conceito de “operações anfíbias” que será utilizado em nosso estudo e delineará toda a primeira parte desta dissertação, começando pelo estudo da estrutura e entendimento etimológico destas duas palavras que compõe o cariz teórico deste primeiro capítulo até uma breve apreciação histórico-militar de alguns exemplos.

Deste modo, baseando-se, por exemplo, nas definições de Porto e Albuquerque sobre as operações combinadas e conjuntas na doutrina militar brasileira, escreve Porto e Albuquerque; a primeira como operações (operações combinadas) sob um comando único, embora envolva componentes diferentes. Já a expressão operação conjunta significa ações sob comandos independentes, agindo em cooperação para alcançar determinados objetivos estabelecidos por instância política ou militar superior²³.

Em países como Inglaterra, Estados Unidos ou França, essas expressões possuem outros sentidos. O termo *combined operations* significa simplesmente operações anfíbias. No século XVIII, era comum também usar a expressão inglesa *conjunct operations* com o mesmo sentido²⁴. Em França também foi utilizada a expressão *expeditions mixtes* para designar o mesmo tipo de operações. Assim, tais termos designaram, sempre, operações envolvendo serviços diversos para um mesmo fim, em relação a um mesmo objetivo estratégico. Portanto, essas operações eram, necessariamente, anfíbias no sentido etimológico do termo, o que na literatura militar estadunidense chamou-se de *litoral war*, que em tradução livre podemos chamar de “guerra litorânea” (do latim *litus*, litoral), ou seja, operações realizadas no limiar de dois ambientes geográficos distintos; terra e mar.

Vale lembrar que a guerra litorânea não se limita apenas a operações anfíbias, mas também se concentra em minagem, bloqueio, defesa de portos ou de áreas restritas, apoio a operações terrestres e outras que possam ser realizadas na região marítima fronteira ao litoral, em diversas distâncias. A mais importante das operações litorâneas é, no entanto, o desembarque em território hostil (em inglês, *landing*; em francês, *descente*; em italiano, *sbarco*).

Ademais, a guerra é considerada continental, naval ou litorânea (ou também chamada de limítrofe), entendendo-se por guerra litorânea a que se faz através das costas ou litoral de um ou mais beligerantes. Já a definição de “anfíbio”, entretanto, pode significar um movimento entre quaisquer (de dois) meios diferentes, acrescentando, mais adiante, o fator aéreo (do grego, *amphi*, significa duplo, e *bios*, vida).

Ao juntar essas características para compor um conceito com correntes atuais, a partir de um olhar contemporâneo – em uma tentativa de responder à difícil pergunta “o que é a guerra anfíbia?” ou “do que trata a guerra anfíbia?” –, observamos que a denominação

²² TRIM, David. J. B. e FISSEL, Mark Charles (Orgs.), Op. Cit. p. 1.

²³ PORTO E ALBUQUERQUE, Antônio Luiz. Op. Cit. p. 119.

²⁴ PORTO E ALBUQUERQUE, Antônio Luiz. Op. Cit. p. 120.

operação anfíbia foi e continua a ser usada para uma ampla variedade de ações, dentre as quais destacamos:

- a) Desembarque sem oposição, destinadas a antecipar ações hospitalares ou a reforçar forças amigas;
- b) Desembarque de assalto apenas com um objetivo imediato, com características de Ações Especiais: inflação de danos físicos ou moral, ou aquisição de material ou informação;
- c) Desembarques de assalto, embora sejam mais do que ataque, sejam ações de ocupação de curta duração, não de invasões completas, ou seja, tentativas de conquista ou contra conquista;
- d) “Invasões reais”, ou seja, todo os aspectos que envolvem uma ação de desembarque, incluindo a campanha por terra que se pode seguir;
- e) Operações defensivas realizadas contra um desembarque (seja ela de qualquer natureza).

O trabalho aqui exposto traz exemplos do que pode ser chamado de “guerra anfíbia” no seu sentido mais literal, com ênfase nas operações ao nível tático, mas também traz exemplos a nível da estratégia anfíbia.

Afirmam David J. Trim e Mark Charles Fissel que, assim como na guerra em geral, o que emerge claramente nos estudos sobre a utilização da guerra anfíbia nos Mundos Antigo, Medieval e Moderno é que os corpos militares tiveram que superar consideráveis desafios organizacionais, logísticos e culturais para atingir o êxito desta forma de combater. Essas dificuldades foram muito maiores do que as vivenciadas depois dos anos de 1700 e o advento do Mundo Contemporâneo, quando a combinação de forças militares e navais, apesar de tudo, ainda se mostrava complicada; porém, a existência de exércitos e marinhas fornecia uma base para a montagem de expedições que podemos classificar como “anfíbias” mesmo antes da formação do conceito²⁵.

É necessário também assinalar um universo de autores contemporâneos que consideram as ações anfíbias mais importantes do que organizar e implantar ações ofensivas. Alguns dos ensaios contidos em *Amphibious Warfare 1000-1700* abordam essa perspectiva – sendo importante especialmente em conflitos contra estados que também empregam o poder anfíbio. Certamente, a maioria dos escritos trazem a perspectiva do atacante ou do vencedor. Além disso, quando as operações anfíbias ou combinadas se tornaram mais comuns, os príncipes e estados começaram a implementar soluções para se defenderem dos ataques anfíbios²⁶.

Durante os Mundos Antigo e Medieval enquanto, genericamente, o navio era apenas uma plataforma de combatentes, as operações anfíbias tinham como propósito geral

²⁵ TRIM, David. J. B. e FISSEL, Mark Charles (Orgs.), Op. Cit. p. 38.

²⁶ TRIM, David. J. B. e FISSEL, Mark Charles (Orgs.), Op. Cit. p. 39.

realizar uma defesa em profundidade, em um movimento terra-mar, buscando normalmente a interceptação da força adversária antes que esta efetuasse o desembarque no litoral. Tinham também o propósito de fazer a invasão do território inimigo, em batalha imediatamente após na própria linha litorânea, ou, a seguir, no interior. Nesta forma, o território invadido, que não era possível preservar pela defesa em profundidade, deveria ser resgatado pela defesa territorial. Neste período, prevaleceu o comando único nestas campanhas militares, ou seja, a mesma pessoa comandava o conjunto das forças militares envolvidas nessas operações litorâneas.

Na Grécia Antiga, esse comando recaía nos *nauarchos*, que, em 480 a.C., estavam à frente da frota ateniense e de toda tropa embarcada, durante a defesa contra a invasão persa. Em um momento em que a Grécia já estava ocupada em sua maior parte, não era possível uma defesa territorial eficaz; a oportunidade de efetuar essa defesa territorial tinha existido somente durante a batalha das Termópilas, por Leônidas, rei de Esparta. A defesa final fez-se no mar (defesa naval), durante a batalha de Salamina, quando os gregos derrotaram a esquadra fenícia, aliada persa, e responsável pela função estratégica de defesa das linhas marítimas, e de assegurar os suprimentos essenciais para o bom funcionamento da campanha em terra do exército invasor.

A operação anfíbia de oposição aos invasores, num movimento terra-mar, levou à retirada do exército persa, que cedeu, pela falta de apoio logístico. Tal exército em retirada, acabou por ser completamente batido durante a batalha de Platéia ou Plateias (em 479 a.C.), último confronto militar das Guerras Medo-Persas.

Outro exemplo é a batalha de Eclusa, ocorrida em 1340 no estuário do Zwin, no contexto da Guerra dos Cem Anos. Os ingleses, agindo com sua força anfíbia como uma “muralha externa de defesa” – tinham navios de proa elevada –, venceram os franceses e impediram o desembarque francês em suas ilhas, exercendo longamente, a partir deste episódio, o controle das áreas marítimas em torno da Inglaterra.

Já durante o século XV, vemos a introdução da peça de artilharia de grande porte, com a capacidade de causar danos materiais consideráveis aos navios adversários, o que faz alterar completamente o panorama geral da guerra. O combate agora tende à distância, diminuindo a utilização da técnica da abordagem, modificando também a arquitetura naval, com a redução dos castelos de popa e proa, bem como a utilização da tática: o deslocamento do navio passa a ser perpendicular à direção do ataque, ou seja, a frente de batalha passou a ser a bordada, onde se encontravam dispostas as peças de artilharia.

Em um momento crucial para a reorganização do mundo militar ainda havia espaço para soluções híbridas presentes nos comandos das técnicas e doutrinas militares. Persistiam, portanto, exemplos de comandantes de terra e mar reunidos em um só cargo ao longo dos séculos XVI e XVII. A título de exemplo, podemos observar, nos fins do século XVI, a fracassada expedição contra a cidade de Lisboa. Francis Drake, experiente marinheiro da Era Elisabetana, comandava tanto sua frota quanto um regimento de Infantaria.

Foi a progressiva e lenta especialização dos serviços na guerra que levou à separação entre os comandos de mar e os de terra, em substituição da antiga figura ‘senhorial’, capaz de conduzir todas as operações em diferentes ambientes geográficos. Em 1664, como um modo das Marinhas de Guerra continuarem o controle sobre as operações em terra, em continuação a ação de projeção de poder, foi criada a Infantaria de Marinha, tanto pela Inglaterra quanto pela Holanda, acentuando qualitativamente a sua mobilidade. Apesar destes exemplos, a departamentalização da guerra é obra do século XVIII.

Nenhuma força poderia aplicar-se além-mar, ou em territórios periféricos ocupados por força inimiga sem os recursos dos meios navais. A fim de observar estrategicamente a situação em voga, não restavam muitas alternativas: ou uma campanha terrestre – com consequências desgastantes –, ou um emprego de um desembarque anfíbio, seguido de aprofundamento no território inimigo.

A título de observação, cerca de um quarto do efetivo total de uma embarcação da Marinha Real inglesa ou da Marinha dos Estados Unidos da América (após o movimento de Independência) pertencia à Infantaria de Marinha. Segundo o duque de York, para o recrutamento na Grã-Bretanha, em 1664, a Infantaria de Marinha era constituída por “soldados de terra a fim de estarem prontos a serem distribuídos pela Esquadra de Sua Majestade, preparados para o serviço no mar”²⁷.

A esses soldados couberam, basicamente, três obrigações: lutar a bordo dos navios em caso de eventuais abordagens; tomar e manter posições em terra necessária ou vantajosas tanto para as operações navais como para operações terrestres e, manter a disciplina a bordo dos navios, e, pela destreza dos manejos das armas, incitar os marinheiros a imitá-los. Entre os anos de 1600 a 1758, os ingleses realizaram 67 operações anfíbias na Europa, na América do Norte e Índias Ocidentais e na África. Destas 67, trinta e quatro empregaram mais de quatro mil homens, sendo que trinta, no total geral, lograram êxito²⁸.

1.1.2. Historiografia

Dentre as mais recentes observações para a historiografia da guerra anfíbia publicada por Manuel Díaz-Ordóñez, destaca-se a lacuna historiográfica – assim chamada pelo autor – da análise deste tipo de operação militar nos Mundos Antigo, Medieval e Moderno, sendo este debate essencialmente deixado para o Mundo Contemporâneo. Também este assunto esteve ausente (ou com pouca visibilidade) da análise clássica de Alfred T. Mahan e, mais recentemente, das de Geoffrey Parker, Michael Roberts ou

²⁷ALBUQUERQUE, Porto e, *Apud* VAGTS, Alfred. *Landings operations: strategy, psychology, tactics, politics, from antiquity to 1945*. Washington: Military Service Publishing Company, 1946, p. 229.

²⁸ALBUQUERQUE, Antônio Luiz Porto e. *Op. Cit.* p. 124.

Richard Harding. Para Manuel Díaz Ordonez, analisar os desembarques e as operações combinadas ao longo dos séculos é um ponto importante da história da guerra²⁹.

É sabido também que a maioria dos estudos sobre a guerra anfíbia dão destaque aos séculos XIX e XX, concentrando-se sobretudo no período entre as duas guerras mundiais. Quando se trata desta forma de combate, remete-se a Galipoli (1915-1916), Guadalcanal (1942-1943), Tarawa (1943), aos desembarques na Normandia (1944) e outras batalhas. E ainda ressaltam David J. B. Trim e Mark Charles Fissel que até mesmo os grandes manuais, dicionários histórico-militares e as publicações que se dedicam unicamente ao estudo da guerra anfíbia tendem a ignorar as operações combinadas anteriores à Revolução Industrial³⁰. Nos mostram os mesmos autores um exemplo com base na história institucional do Corpo de Fuzileiros Navais do Estados Unidos. Embora a doutrina militar deste corpo fizesse uso de operações combinadas que remontam à primeira metade do século XIX, a doutrina anfíbia da Segunda Guerra Mundial foi formulada com base em operações apenas a partir da metade do século XX (com exceções de alguns exercícios envolvendo cenários do período da Guerra Civil). O principal rosto deste modelo de combate seria o general Holland Smith, influenciado pelas ideias do major Earl Hancock Ellis, oficial de Inteligência do Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos durante a Primeira Guerra Mundial, autor do manual *Operation 712: Advanced Base Operations in Micronesia*. Escrito em 1921, é conhecido como documento base para desenvolver a campanha anfíbia estadunidense frente aos japoneses durante a Segunda Guerra Mundial³¹.

Thomas More Molyneux (c. 1724-1776), um militar de carreira, é considerado o primeiro teórico da guerra anfíbia, que denominou de *littoral war*. Seu livro *Conjunct expeditions*³², publicado em 1759, e que de forma explícita assinala no título a importância de operações “*carried on jointly by the fleet and army*”, destacava a importância da logística anexa ao desenvolvimento da operação e um comando integrado, não centralizado, como ferramentas básicas para uma campanha vitoriosa. Para chegar a essa conclusão, o autor analisou 68 operações combinadas por ou contra os ingleses, desde o início do período elizabetano, incluindo algumas campanhas em que havia participado diretamente, como Rochefort (1757), St. Malo (junho de 1758) e Cherburgo (agosto de 1758).

Sua primeira conclusão destaca que seu país não possuía uma doutrina anfíbia, sendo as ações desencadeadas pelos britânicos feitas a partir da tradição francesa. Destaca também que, a partir de um estudo das operações anfíbias britânicas nos últimos séculos, existia uma maior porcentagem de êxito entre as operações menores frente as operações

²⁹ ORDONEZ, Manuel Díaz. Presentación dossier. In: La logística anfibia: el poder naval del Imperio español en el Mediterráneo durante el siglo XVIII. *Revista Universitaria de Historia Militar*. Cádiz: Centro de Estudios de Historia Militar. Volume 5, número 10, Año 2016, p. 10.

³⁰ TRIM, David. J. B. e FISSEL, Mark Charles (Orgs.), Op. Cit. p. 9.

³¹ Ver SPELLER, Ian e TUCK, Christopher. *Amphibious Warfare. The Theory and practice of amphibious operations in the 20th century*. Kent: Spellmount Limited, 2001.

³² MOLYNEUX, Thomas More. *Conjunct expeditions: or expeditions that have been carried on jointly by the fleet and army, with commentary on a Littoral War*. Londres: R. and J. Dodsley in Pall-Mall, 1759.

consideradas maiores. Analisou que dentre as campanhas vitoriosas o diferencial estava na liderança concentrada e um planejamento amplo e bem elaborado. Sobre a liderança concentrada, atribuiu o sucesso das pequenas ações ao fato de que apenas um comandante exercia o comando das forças desdobradas. Ele observou que nas grandes ações fracassadas o comando era distribuído por pelo menos dois oficiais seniors. Sobre o planejamento amplo, acreditava que o perigo de um mau planejamento não se encontrava na existência de vários chefes, mas na má coordenação desses controles. Concluiu que a maioria das expedições britânicas fracassadas exigiria pelo menos o dobro do pessoal militar empregue do que o realmente utilizado³³.

Para este teórico, segundo o historiador Manuel Díaz Ordonez, o fator logístico era de crucial importância em uma ação anfíbia; a mobilização de recursos, um sistema de transportes apropriado e dispor de navios específicos para cada tipo de suprimento era essencial para o sucesso da operação³⁴.

Boa parte da publicação de Molyneux se dedica a estabelecer um sistema para facilitar o planejamento e a execução deste tipo de operação. Estas conclusões foram seguidas em parte por comandantes britânicos, no qual explica o êxito das ofensivas inglesas posteriores, como a de James Wolfe contra Quebec em 1759³⁵.

Acompanha o mesmo pensamento John Mac Intyre, que publicou, em 1763, um tratado militar³⁶ cujo principal assunto seria a integração de comando, defendendo também a interação dos recursos necessários nos preparativos de uma ação anfíbia. Mac Intyre enfatizou também a importância da conexão entre as administrações militar e civil. No seu ponto de vista, a administração civil tinha também de implementar eficazmente recursos e mecanismos mais eficientes que deveriam ser utilizados em ações anfíbias.

Ambos os teóricos destacaram, a partir da segunda metade do século XVIII, a relevância do ajuste e perfeita coordenação entre as forças utilizadas durante uma ação militar.

Voltando ao mundo ibérico, encontramos, ainda no século XVIII, o teórico espanhol Jaime Miguel de Guzmán de Avalos y Spinola (1690-1767), segundo marquês de la Mina e capitão general do Exército espanhol, que dedicou algumas páginas do seu livro *Máxima para la guerra...*³⁷ à estratégia anfíbia, sobretudo do ponto de vista da interpretação logística. Ao deixar as considerações táticas em segundo plano, sua escrita foca a importância do confronto às forças anfíbias atacantes com o que chamou de “conciliar-se com o país”. Para Guzmán, a invasão inimiga através de uma força de desembarque pode

³³ ORDONEZ, Manuel Díaz. Op. Cit. p. 13.

³⁴ ORDONEZ, Manuel Díaz. Op. Cit. p. 14.

³⁵ ORDONEZ, Manuel Díaz. Op. Cit. Ibidem.

³⁶ MAC INTYRE, John. *A military treatise on the discipline of the marines forces, when at sea: Together with short instructions for detachments sent to attack on shore.* By John Mac Intire, lieutenant of marines, Londres, T. Davies, in Russel street, Covent-Garden, 1763.

³⁷ GUZMÁN, Jaime Miguél de. *Máxima para la guerra, sacadas de las obras del excelentísimo sr. Marqués de la Mina, capitán general de los exércitos del rey: com un epitome de su vida.*, Tolosa, Pedro Robert impressor, 1776.

causar resistência por parte dos “nacionais” (i.e., populações locais), onde o principal modo de confronto passava pela destruição de recursos de que a força de assalto atacante carecia. Como escreveu o autor, “se a comida é escassa, não há orientação clara, não há espião fiel ou força para aquele que defende a linha de frente”.

Segundo Manuel Díaz-Ordóñez, Guzmán ressalta a importância de garantir a logística local quando não puder ser efetivamente garantida pelo componente naval envolvido na ação. Passa frequentemente pela escrita do marquês de la Mina a ideia de que a melhor forma de combater uma ação anfíbia inimiga é precisamente a destruição ou transferência de todos os recursos ao alcance do inimigo, o que colocaria em dúvida a preparação logística e seu potencial avanço³⁸.

Muito mais tarde, no século XIX, vemos durante a Guerra da Criméia um período de grandes inovações tecnológicas que acabam por influenciar também as ações anfíbias. No começo de um fenômeno que se convencionou chamar de Segunda Revolução Industrial, a invenção dos suprimentos enlatados, um serviço profissional de cuidados médicos no teatro de operações e o uso das novas tecnologias de comunicação (nomeadamente o telégrafo e a fotografia) mostraram-se de grande impacto nos assuntos da guerra, refletindo na dinâmica das respostas estratégicas do conflito e de sua cobertura jornalística, por exemplo.

Para a guerra naval deste conflito, não foi diferente. Destaca-se, por exemplo, o uso em combate das baterias flutuantes blindadas pelas forças inglesas (as precursoras dos navios encouraçados), cuja missão também passava por bombardeamento do terreno inimigo afim de anteceder e apoiar os desembarques da Infantaria, Cavalaria, Artilharia e os seus respectivos materiais.

Já na primeira metade do século XX, a historiografia da guerra anfíbia se preocupou acerca da profissão militar e da divulgação histórica. O general da Royal Marines, George G. Aston, escreve³⁹ sobre as operações na guerra civil chilena, em 1891. Em 1939, encontra-se no trabalho do tenente-coronel A. H. Burne⁴⁰ estudos sobre campanhas anfíbias dos Setecentos, analisando a participação britânica na Holanda. Poucos anos depois, Alfred Vagts publica uma compilação de estudos⁴¹ acerca do tema, aproveitando o protagonismo deste tipo de operação durante a Segunda Guerra Mundial.

Em 1964, uma *História das operações anfíbias* é publicada na Inglaterra, com destino ao público geral, contendo entre seus ensaios desde a invasão da Grã-Bretanha por Júlio César até eventos ocorridos no século XIX. Nota-se um grande vácuo entre os períodos analisados, uma vez que o Mundo Antigo era apenas representado pela já citada

³⁸ ORDÓÑEZ, Manuel Díaz. Op. Cit. p. 14.

³⁹ ASTON, George G. *Letters on amphibious wars*, Londres, Murray, 1911.

⁴⁰ BURNE, Alfred H. “An Amphibious Campaign – North Holland, 1799”, *Army Quarterly*, 39:1 (1939), pp. 103-123.

⁴¹ VAGTS, Alfred. *Landing operations; strategy, psychology, tactics, politics, from antiquity to 1945*, Harrisburg, Pa., Whashington, D.C., Military Service Pub. Co., 1946.

campanha romana e os outros oito capítulos tratavam dos assuntos do Mundo Contemporâneo.

Também durante a segunda metade do século XX, trabalhos realizados sobretudo por militares de profissão começam a analisar o início das operações anfíbias na cronologia histórica. Na publicação organizada pelo tenente-coronel do US Marines Corps, Merrill L. Bartlett⁴², encontra-se textos sobre as ações projetadas do mar para a terra desde a Grécia clássica, a invasão normanda da Inglaterra até as tentativas mongóis de invasão do Japão durante o século XIII. Para Manuel Díaz-Ordóñez, a linha de interpretação de que a guerra anfíbia é tão antiga quanto o homem, foi seguida por outros autores como Valentine J. Belfiglio, Clark G. Reynold e Gary J. Ohls⁴³.

Já nos anos 2000, é o mundo acadêmico que observa a guerra anfíbia a partir da reinterpretção de sua historiografia anglo-saxã, principalmente através dos escritos de Richard Harding. Também Jan Glete escreve sobre a consolidação, nos séculos XVI ao XVIII, de uma nova estratégia em que as armadas e os exércitos se combinavam desenvolvendo ações a partir da terra ou do mar⁴⁴.

Em 2005, o trabalho de David J. B. Trim e Mark Charles Fissel explicitava, como ideia central, que a formação dos impérios europeus durante o Mundo Moderno e a implantação das rotas comerciais mundiais determinaram a necessária interação entre a guerra naval e a terrestre. Exemplifica Manuel Díaz-Ordóñez que, para os ingleses, esta prática já era evidente se entendermos a denominação de seus comandantes com o emprego do termo “capitães de mar e de guerra”⁴⁵. Nesta dualidade pode-se encontrar um meio termo do que seria as operações anfíbias, também conhecidas como operações combinadas durante o século XVIII. Além disso, também escrevem que os estudos dedicados à guerra anfíbia no período pré-industrial ainda são minoria, ignorando a Idade Média e lidando apenas com os períodos mais recentes, examinando principalmente as operações combinadas pela Marinha Real Britânica durante os conflitos do século XVIII entre os impérios europeus e durante as guerras Napoleônicas.

Esta historiografia não sofre apenas de desequilíbrio cronológico. Como assinala Richard Harding, o estudo da guerra anfíbia se mostra de interesse majoritariamente para britânicos e estadunidenses: “as operações combinadas tiveram um fascínio particular pelos cidadãos e políticos ingleses”⁴⁶. Sendo um país formado por território inteiramente insular, as operações anfíbias se mostravam como um modo especial de se fazer a guerra, sendo rotineiro desembarcar tropas vindas do mar para intervir em muitos dos conflitos

⁴² BARTLETT, Merrill L. *Assault from the sea: essays on the history of amphibious warfare*, Annapolis, Md., Naval Institute Press, 1983.

⁴³ ORDÓÑEZ, Manuel Díaz. Op. Cit. p. 15.

⁴⁴ GLETE, Jan. *Warfare at Sea, 1500-1650: Maritime conflicts and the transformation of Europe*, Londres, Routledge, 2002.

⁴⁵ ORDÓÑEZ, Manuel Díaz. Op. Cit. p. Ibidem.

⁴⁶ HARDING, Richard. Sailors and gentlemen of parade: some professional and technical problems concerning the conduct of Combined Operations in the eighteenth century. *Historical Journal* 32 (1989) 35-55.

em que tomava parte. Já para os Estados Unidos, embora não sendo um país insular, tornaram-se efetivamente um devido a sua situação estratégica.

Especialmente ao olhar para a Segunda Guerra Mundial, observamos que a aliança entre estadunidenses, ingleses e outros países só pôde derrotar os países do Eixo realizando operações de desembarque, vide Norte da África (1940-1943), Sul da Itália (1943), Normandia (1944), a campanha no Pacífico (1941-1945), etc. Desde então, esses dois países continuaram interessados em usar as operações de desembarque para projeção de poder. Assinalam David J. B. Trim e Mark Charles Fissel que especialmente os Estados Unidos escolheram as operações anfíbias como uma nova variante da ‘diplomacia dos canhões’. Assim, observamos que a literatura sobre guerra anfíbia, em sua quase totalidade, é tradicionalmente escrita em língua inglesa.

Em suma, a guerra anfíbia é normalmente entendida como algo realizado por forças inglesas e estadunidenses; geralmente estudadas em um contexto cronológico que vai desde a guerra dos Sete Anos, Guerras Napoleônicas, Guerra da Criméia até a Primeira e Segunda Guerras Mundiais. Estudos sobre romanos, saxões, vikings e normandos (todos invasores das Ilhas Britânicas) e os *sea dogs* elisabetanos (nomeadamente Francis Drake) em seus combates contra a monarquia Hispânica, não mudam o fato de que os estudos sobre a guerra anfíbia estão praticamente limitados, em termos históricos, aos Mundos Moderno e Contemporâneo⁴⁷.

1.2. Instrumentos para uma campanha anfíbia

É possível observar ao longo de variados contextos históricos e representadas nos mais diversos suportes artísticos (principalmente no campo iconográfico e literário), tanto em obras portuguesas quanto estrangeiras, a diversidade de componentes materiais que facilitaram a logística das campanhas anfíbias. Por exemplo, encontramos na Tapeçaria de Bayeux, dedicada à batalha de Hastings, uma variedade de meios logísticos que auxiliaram aquela operação anfíbia. Nela, observamos desde as embarcações, meios para as tropas montadas e de abastecimento utilizados para o sucesso da expedição.

Dentre os seus 70 metros de comprimento, a Tapeçaria registra a construção de alguns navios e seu posterior embarque de cavalos, barris de vinhos, víveres e variado armamento. É provável que Guilherme II, duque da Normandia, tenha obtido navios contratando mercenários navais e fretando embarcações em outros principados vizinhos, uma vez que hoje já se discute, como demonstrou Carroll Gilmor, ser impossível Guilherme ter construído um elevado número de embarcações⁴⁸. Em agosto de 1066, um

⁴⁷ TRIM, David. J. B. e FISSEL, Mark Charles. (Orgs.), Op. Cit. p. 12.

⁴⁸ MONTEIRO, João Gouveia. “Hastings (1066): a conquista de Inglaterra – um dia para mudar a Europa”. In: *Grandes conflitos da história da Europa – de Alexandre Magno a Guilherme “o conquistador”*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014, p 238.

mês antes do embate, encontrava-se preparada a expedição, contando com 450 e 600 navios, construídos razoavelmente fiel à sua herança viking, sendo o desenho claramente perceptível na estampa da Tapeçaria.

O desembarque das forças normandas ocorre sem oposição, próximo a Pevensey, na costa de Sussex, em 28 ou 29 de setembro. Quanto à escolha de Pevensey como local de desembarque, pensa-se que Guilherme terá querido evitar Dover por ser uma opção óbvia: como principal porta de entrada do sul da Inglaterra, o rei inglês poderia facilmente reforçar a guarnição local. Além disso, Pevensey se tornara um ponto interessante visto o acesso interior, vindo do norte, oferecendo a praia boas condições para abrigar os navios⁴⁹.

Após o desembarque, Guilherme transfere o seu exército para uma colina que permite uma vista para o porto de Hastings, alguns quilômetros distantes, a leste. Neste ponto, constrói um campo fortificado e envia grupos de reconhecimento para saquear campos vizinhos em busca de suprimentos. A Tapeçaria de Bayeux apresenta cavaleiros normandos em missões de reconhecimento, e Guilherme de Poitiers aponta que o próprio duque da Normandia participara destas missões, acompanhado por um grupo de 25 cavaleiros. A Tapeçaria também nos mostra o resultado das primeiras operações de abastecimento, mostrando os combatentes normandos trazendo ovelhas e porcos e preparando sopas, pães, sendo degustadas em mesas improvisadas com escudos e cavaletes de madeira⁵⁰.



Imagem: Pormenor da Tapeçaria de Bayeux – Séc. XI: o duque da Normandia e os seus guerreiros desembarcam na Inglaterra após o início da expedição. Notar a presença de cavalos a bordo e o estilo dos navios (semelhantes aos barcos vikings).

Já dentre as fontes literárias, encontramos no contexto da tomada de Ceuta, em 1415, o início da Expansão portuguesa levada a cabo através de uma operação anfíbia, o relato

⁴⁹ MONTEIRO, João Gouveia. Op. Cit. p 244.

⁵⁰ MONTEIRO, João Gouveia. Op. Cit. p 246.

pormenorizado de estratagemas e esforços logísticos a fim de buscar o sucesso da operação.

Na *Crónica da Tomada de Ceuta*, de Gomes Eanes de Zurara, busca-se enaltecer em linhas gerais a dinastia reinante na sua época, apresentando no texto os feitos praticados pelos elementos da família real e seu círculo de apoiantes. De acordo com Zurara, sobre a preparação logística, reuniram-se esforços nacionais e internacionais para dar corpo a expedição. São apontadas também na *Crônica* dúvidas do soberano sobre o sucesso da preparação logística, em vista de dois grandes problemas: a necessidade de transportar muitos soldados e provisões até o local do combate e, como o fazer, necessitando de uma “mobilização geral” de todos os meios navais nacionais.

O apoio internacional esteve presente principalmente através da nobreza holandesa. Zurara descreve em todo o capítulo XXVIII a embaixada enviada pelo rei de Portugal aos Países Baixos, com a finalidade de obter meios para engrandecimento da missão, cujo pedido foi aceito. Contudo, o apoio seria solicitado a outros senhores, sob justificativa da empreitada ser um interesse de toda a Cristandade: “(...) mandando logo fazer prestes certos escudeiros com suas procurações abastantes, os quais mandou por toda Galiza e de Biscaia, e a Inglaterra, e a Alemanha fretar navios grossos, quantos se pudessem achar (...)”⁵¹. É necessário destacar – e esta também é uma preocupação contida na *Crônica* – a permanente manutenção do segredo do assalto à cidade, fazendo uso de viagens de embaixadas como colheita de informação sobre defesa e um melhor conhecimento geográfico da região. Deveria ser recolhida informações sobre a cidade e seu litoral: capacidade defensiva das fortalezas e as praias ao redor, pormenores interessantes para as ações de desembarque. Os elementos naturais como os efeitos do vento e correntes marítimas também seriam investigados para melhor entendimento da navegação.

As dúvidas sobre a preparação seriam respondidas na competente mobilização e recrutamento de marinheiros para tratarem da manobra dos navios, e soldados para o combate. Resumidamente, D. João I preparou a missão para Ceuta sob grandes detalhes, partindo preparado para variadas situações: para o combate no mar tinha a vantagem quantitativa de navios, também ia preparado para o cerco prolongado devido aos suprimentos angariados durante a viagem até o objetivo no Norte da África. No local, percebeu que poderia tentar outra via e atrair o adversário para uma armadilha, da qual os portugueses tirariam vantagens. Arriscando esta última hipótese, obtiveram a conquista da cidade em apenas um dia.

Contudo, nenhuma dessas atividades expansionistas, principalmente a captura de grandes cidades, poderiam ter sido alcançadas, se os portugueses não tivessem desenvolvido sua capacidade de combater a partir de campanhas anfíbias.

Para os portugueses, a utilização do Poder Naval foi crucial. O poder militar português concentrava-se em seus navios, sendo impraticável manter uma campanha terrestre longe

⁵¹ CANAS, António José Duarte Costa e BRAGA, Helena Sofia. *Tomada de Ceuta – uma operação anfíbia?* In: Anais do Clube Militar Naval. Lisboa: Vol. CXXVIII, jan.-mar. 1998, p. 46.

de seus navios contra grandes exércitos orientais bem armados. No entanto, o poder naval por si só não alcançaria todos os objetivos traçados e, em particular, não lhes daria o controle dos principais alvos, como as cidades de Malaca e Ormuz, em campanha pelo Oriente. Não obstante, a combinação entre poder naval e pequenas forças terrestres facilmente implantadas após o desembarque – fortemente armadas – lhes trouxe um notável grau de sucesso nas ações litorâneas⁵².

Por exemplo, as naus de Vasco da Gama geralmente carregavam seis peças de artilharia no convés, duas na popa e grande número de falconetes. Essas embarcações, quando atingiam o máximo de tamanho e tripulação, poderiam acomodar até cinquenta peças de artilharia. Algumas, de pequeno calibre, podiam ser montadas em pequenas embarcações para uma maior projeção de fogo, enquanto as de grande calibre (situadas na borda das naus) podiam transformar os navios em grandes baterias flutuantes. Já as caravelas eram navios leves, com pequenas tripulações. Paralelo ao uso das naus e caravelas, os portugueses começaram a empregar embarcações locais. As naus eram inadequadas para uso em rios ou em áreas costeiras rasas; portanto, os portugueses costumavam empregar barcos locais para os grandes trabalhos costeiros. Foi feito também o uso de embarcações menores: galés, barças oceânicas (zambukos), canoas locais (almadias) e barcos fluviais.

Assim, relatos destas viagens marítimas demonstram a importância dos barcos menores para as operações anfíbias portuguesas no Oriente. Um exemplo contido nas memórias de Afonso de Albuquerque serve para ilustrar essa afirmativa: o ataque de Albuquerque a Goa em 1510 dependia da presença de galés e outros pequenos barcos. Enquanto as naus permaneciam no mar, as galés eram enviadas ao rio cheias de homens armados para atacar as fortalezas e posições fortificadas e, eventualmente, receber a rendição da cidade⁵³.

Sobre o armamento, contavam os navios portugueses com forte artilharia, tanto para uso nas embarcações quanto para a defesa das fortalezas que depois construíram. O exemplo da frota de Francisco de Almeida, em 1505, carregava mais de 600 armas de fogo de todos os tipos, desde peças de artilharia de grande calibre tanto de ferro quanto de bronze, sendo algumas projetadas para disparar projéteis de pedra, até armas de mão ou mesmo para uso em pequenas embarcações em auxílio as ações anfíbias. Dentre a tipificação que existe, constava desde bombardas grossas – que podiam medir até 6 metros de comprimento e fogo disparado de um suporte bifurcado –, espingardas e armas de mão.

⁵² Sobre este assunto, ver também: RODRIGUES, Vitor Luis Gaspar. «Adjusting to Asian Seas: Changes in the Structure of Portuguese Naval Warfare (1525-1550)», in *Indo-Portuguese History – Global Trends*, Goa, Maureen and Camvet Publishers Pvt. Ltd., 2005, pp. 457-46; e do mesmo autor «Military Structure of the Portuguese Navy in the Indian Ocean – The first half of the XVIth century», in Kaushik Roy (ed.), *Warfare, State and Society in South Asia, 500 BCE – 2005 CE*, New Delhi, Viva Books, 2010, pp. 319-327.

⁵³ NEWITT, Malyn. “*Portuguese amphibious warfare in the East in the sixteenth century (1500-1520)*”. In: D. J. B. Trim e Mark Charles Fissel (orgs.), *Amphibious Warfare 1000-1700. Commerce, state formation and European expansion*. Leiden: Brill, 2006, p. 112.

Segundo relatos da época, o grande poder de fogo e o efeito aterrorizante dessa artilharia naval fora responsável por bombardeamentos de abertura em muitas das ações anfíbias portuguesas no Oriente, destacando também o caráter psicológico destas ações, mesmo que o dano infligido não tenha sido tão sério quanto se esperava. Também de volta ao campo historiográfico, a partir da perspectiva de “apoio de fogo”, destaca Malyn Newitt o recente interesse na investigação pelo questionamento se as armas e navios portugueses desempenharam, de fato, um papel decisivo na guerra anfíbia do período.

Malyn Newitt demonstra em dois exemplos como o alcance e eficácia dessas armas de fogo poderiam fazer pender a balança – ou não – para uma vitória em um combate durante o século XVI. Primeiro, destaca na primeira expedição de Afonso de Albuquerque contra Ormuz, em 1507, onde ao encontrar uma frota inimiga e com apenas dois tiros de artilharia, teria afundado dois grandes navios, totalizando o afundamento de seiscentas toneladas. E, segundo, anos antes, durante a primeira viagem de Vasco da Gama a Ilha de Moçambique em 1498, um mal sucedido ataque de três horas de duração a uma vila no continente onde supostamente só teria conseguido matar duas pessoas. Ademais, frequentemente a artilharia era utilizada em sua outra vertente dissuasória: empregada para criar pânico na população – não participante do conflito – e como auxílio do trabalho diplomático e de negociações com líderes orientais⁵⁴.

Ao abraçar a lógica de que parte fundamental da engrenagem do Poder Naval português era composta por seus marinheiros e soldados, ao olhar de modo micro para esse corpo social inserido no contexto histórico militar da expansão, é necessário ressaltar que em todos os navios portugueses havia um contingente de soldados. Se encontravam oficialmente registrados ao serviço da Coroa Portuguesa e estavam sujeitos a servir por um período de cinco ou dez anos no Oriente.

Além das tripulações e soldados, nos navios e fortalezas também detinham contingentes de escravos e condenados. Os escravos seriam obtidos para completar equipes de intérpretes, guias locais e empregados em uma variedade de responsabilidades ao redor das fortalezas. Os degredados (condenados), geralmente vindos do Reino para o Oriente, seriam sempre empregados em missões perigosas e combates militares de alto risco.

O grande diferencial do poder bélico português, sem dúvida, se encontrava no navio. A nau era um vaso fortemente armado e preparado para atuar como navio de comércio, mas era também uma importante ferramenta na persecução de uma estratégia anfíbia. A estratégia da junção da mobilidade, apoio de fogo e o rápido desembarque de pequenos contingentes foi a tática adotada nas primeiras expedições – e sucesso militar – no Oriente. Os portugueses que se encontravam irremediavelmente em menor número comparado aos grandes exércitos da Ásia sabiam que a principal vantagem militar que possuíam estava em seus navios. Ao contrário dos castelhanos nas Américas, os

⁵⁴ NEWITT, Malyn. In: TRIM, David. J. B. e FISSEL, Mark Charles (Orgs.), Op. Cit., p. Ibidem.

portugueses raramente eram enfrentados longe do mar e quase nunca experimentavam grandes campanhas terrestres.

A maioria das primeiras conquistas portuguesas foi, portanto, alcançada por ações anfíbias. Sendo assim, os comandantes portugueses sabiam que só podiam operar efetivamente com chances de vitória a partir dos seus navios. Essas ações poderiam variar desde ataques realizados por navios únicos e suas tripulações ou até desembarques em assentamentos costeiros levado a cabo com ajuda de embarcações locais, envolvendo também toda uma frota de naus e embarcações menores com apoio logístico e humano a bordo.

Além do contributo para a estratégia anfíbia, o navio português de grande porte desempenhava uma variedade de funções. Afonso de Albuquerque usava regularmente sua nau capitânia para conselhos de guerra, para receber emissários durante negociações, coordenar um ataque etc. No entanto, as naus eram a base de suprimentos e o refúgio para a gente de mar e a gente de guerra. Esses navios carregavam armas, suprimentos alimentares e materiais que possibilitavam ao combatente português a mobilidade e um melhor equipamento, ao mesmo tempo em que desempenhava também a função de navio de comércio.

Segundo Malyn Newitt, os portugueses descobriram que, limitando-se a utilização das operações anfíbias, podiam manter suas forças mais bem supridas e serem mais móveis do que os exércitos terrestres de seus inimigos⁵⁵. Assim, o poder naval permitiu aos portugueses concentrar suas forças muitas vezes limitadas, movê-las rapidamente para onde eram necessárias e vir em socorro de guarnições que se encontravam sob ataque terrestre.

No entanto, os grandes navios tinham suas limitações. A principal desvantagem se encontrava na dificuldade de fornecer água à frota, fator que muitas vezes passou por moldar a estratégia de uma campanha. Também era considerada uma dificuldade o tamanho das naus. Por exemplo, muitos dos assentamentos da África Oriental eram quase inacessíveis por grandes navios, sendo os estuários de areia em torno de Sofala a explicação da cidade nunca ter se desenvolvido como principal porto português.

As campanhas anfíbias portuguesas, portanto, precisavam de embarcações menores para serem eficazes, e grande parte do combate ocorreu nesses barcos menores. Esses botes geralmente carregavam uma arma de pequeno calibre em sua proa e os homens eram armados com bestas e mosquetes que causavam estragos antes que a agressão inimiga os alcançasse.

Poucos Estados confiaram tão exclusivamente em operações de desembarque e obtiveram tanto sucesso como os portugueses no século XVI. Este tipo de combate permitiu que um dos menores Estados da Europa se tornasse uma potência militar e atingisse objetivos militares de uma maneira que seria improvável se os portugueses se

⁵⁵ NEWITT, Malyn. In: TRIM, David. J. B. e FISSEL, Mark Charles (Orgs.), Op. Cit., p. 118.

limitassem a combates terrestres ou tentassem simplesmente usar seus navios para efetuar bloqueios. Durante aproximadamente vinte anos, os portugueses empregaram sua estratégia anfíbia particular no Oriente. Paralelo a isto, nenhum poder asiático possuía navios de guerra que iguallassem ao poder de fogo e à capacidade oceânica portuguesa e, muito do sucesso dessa campanha vem da resistência à tentação de serem atraídos para longe de seus navios, onde poderiam ser facilmente vencidos por forças numerosas. Assim, este sistema juntamente com uma linha de bases navais fortificadas lhes permitiu impor grande controle sobre o comércio no Oriente, confrontando e derrotando numerosos povos e tomando deles o comando dos mares.

Já na década de 1750, encontramos em um mapa pertencente à época de Francisco Assis de Távora, 3º marquês de Távora, quando Vice-Rei da Índia, um pormenor da expedição militar comandada por ele contra a Fortaleza de Piro, do rei de Sunda. Destacase na iconografia a representação da linha costeira centrada na Fortaleza de Piro, as movimentações de sua armada, o desembarque e o movimento das tropas. As ações contra o rei de Sunda podem ser entendidas no âmbito das reformulações do governo do Estado da Índia implementadas pelo 3º marquês de Távora a partir de 1750, onde cuidou de atender às questões do fomento do comércio e do governo civil e militar. Assim, arregimentou tropas, apesar de problemas com o soldo; organizou companhias; e ordenou a expedição militar contra a Fortaleza de Piro, no final do ano de 1752, e ataques contra Pondá e Zambaulim⁵⁶.

Em destaque no mapa (precisamente no índice alfabético remissivo indicativo dos fortes e movimentos das tropas), hoje na coleção de Iconografia e Cartografia da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), nota-se o desembarque, formatura e marcha dos soldados que se utilizaram de pequenas embarcações para se aproximar do objetivo; no título da iconografia encontramos as palavras “armada ligeira” para designar essas galés de desembarque.

⁵⁶ RODRIGUES, José Damião. Um tempo de ruptura? (1750-1778). In: COSTA, João Paulo Oliveira e; RODRIGUES, José Damião; OLIVEIRA, Pedro Aires. *História da Expansão e do Império português*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014, p. 289.



Imagem: “Planta iconográfica e cenográfica de uma parte das terras do rei de Sunda em que se teve a Armada, lugar do desembarque e marcha das tropas e a rendição da Fortaleza de Piroque conquistou no dia 4 de novembro passado o Ilustríssimo Sr, Marquês de Távora Vice Rei e Capitão General deste Estado da Índia. Feito no dia 4 de fevereiro de 1753”. 64x95 cm. Biblioteca Nacional de Portugal.

Olhando para outra potência marítima utilizadora das ações anfíbias, em um outro contexto histórico, afirma o historiador estadunidense David Syrett que a cooperação e o apoio de uma marinha de guerra forte foram uma das maiores vantagens desfrutadas pelo exército britânico na segunda metade do século XVIII⁵⁷. A fim de se adequar às exigências estratégicas tanto da Guerra dos Sete Anos quanto da Guerra de Independência dos Estados Unidos da América, as forças armadas britânicas começaram a desenvolver e utilizar em larga escala as habilidades e técnicas de guerra anfíbia. O resultado desta adequação surge em um esquema altamente sofisticado para a época na condução dos desembarques anfíbios, permitindo aos britânicos explorar o “modo terrestre” das vantagens do Poder Naval.

As campanhas contra Louisbourg, Quebec, Guadeloupe, Belle Isle, Martinica e Havana durante a Guerra dos Sete Anos devem seu sucesso à habilidade do esforço conjunto entre a Marinha e o Exército britânico em transportar suas forças através dos mares e desembarcá-las em praias hostis. Segundo David Syrett, as invasões sobre Nova York, Rhode Island, Pensilvânia, Santa Lúcia e Carolina do Sul, durante a Guerra de

⁵⁷ SYRETT, David. “British amphibious operations during the Seven Years and American Wars”. In: BARTLETT, Merrill L. (Org.). Assault from the sea: essays on the History of Amphibious Warfare. Annapolis: United States Naval Institute, 1983, p. 51.

Independência dos Estados Unidos da América, teriam sido impossíveis sem o aprimoramento das técnicas de guerra anfíbia e lições aprendidas durante o conflito anterior, a Guerra dos Sete Anos⁵⁸.

Para isto, um planejamento detalhado – a importância do segmento logístico anexa ao desenvolvimento da operação, seguindo as diretrizes do teórico Thomas More Molyneux – era necessário para transferir forças terrestres de um navio para terra em formação de batalha. Convencidos de que os preparativos dessas expedições anfíbias tinham que ser feitos muito antes da expedição partir ou chegar no seu destino, é neste período em que os britânicos desenvolvem procedimentos e equipamentos específicos para transportar e transferir tropas dos navios para a costa.

A fim de manter a organização das tropas terrestres embarcadas no mar, os transportes, mercantes e navios de apoio envolvidos nesta operação anfíbia levavam uma bandeira indicativa de sua unidade militar ou que tipo de carga que levava. A cadeia de comando e comunicações do Exército era mantida no mar, através de um conjunto de sinais à vista do comandante em chefe do exército naquela operação. Estes sinais e bandeiras permitiam aos respectivos comandantes exercer o controle sobre suas tropas a bordo dos variados navios⁵⁹.

No âmbito do planejamento da operação, a busca pela informação para o momento do assalto ficava sob a responsabilidade de pequenos grupos de soldados explorar praias para reconhecer a região por trás do local do assalto. Exemplifica David Syrett a participação de 40 soldados enviados pelo general James Wolfe para um reconhecimento na noite anterior ao desembarque as Ilha de Orleans, no rio São Lourenço. Sendo também realizadas conferências nas quais a operação seria explicada aos oficiais subalternos⁶⁰.

A preparação passava também pelos soldados a bordo dos navios transportes. Segundo Syrett, geralmente um soldado do Exército inglês durante a segunda metade do século XVIII carregava – além do mosquete⁶¹, baioneta, roupa de cama e equipamentos individuais – 60 cartuchos de munição, rações para alguns dias e cantil com um preparo de água e rum. Assim, era necessário a diminuição deste equipamento, principalmente a roupa de cama e os itens individuais, com a finalidade de torná-los mais leves, deixando o equipamento excedente nos navios de transporte. A fim de manter seco todo o armamento ao primeiro contato com a água, eram mantidos mosquetes, baioneta e cintos de cartuchos acima da linha dos ombros, cobertos com pequenos pedaços de tecido de couro para impedir que se molhassem.

Inserida nas lições aprendidas após a campanha fracassada à Rochefort em 28 de setembro de 1757 passava pelas forças britânicas a necessidade do desenvolvimento de equipamentos adequados para a prática dos desembarques. O principal foco desta

⁵⁸ SYRETT, David. In: BARTLETT, Merrill L. (Org.), Op. Cit., p. 52.

⁵⁹ SYRETT, David. In: BARTLETT, Merrill L. (Org.), Op. Cit., p. Ibidem.

⁶⁰ SYRETT, David. In: BARTLETT, Merrill L. (Org.), Op. Cit., p. Ibidem.

⁶¹ Fuzis de pederneira (flintlock) tipo “Brown Bess”, modelo India Pattern ou versão similar, calibre .75 (19.05mm).

capacitação se encontrava no desenvolvimento de novas embarcações de desembarque. O primeiro tipo, maior, possuía 36 pés de comprimento, 10 pés de largura, 2 pés de profundidade e equipado com 20 pares de remos. O segundo tipo de embarcação de fundo chato era menor, possuía 30 pés de comprimento, 9 pés de largura, com a mesma profundidade e montado para agrupar 16 remadores. Exceto pelo tamanho e número de remadores, as embarcações eram iguais: fundo plano, construídos em clínquer e dirigidos por leme destacável. Dentro de cada embarcação, na quilha, encontravam-se dois arcos para içar o barco para dentro e fora da água. Acompanhados com o número necessários de remos, eram encontrados também um mastro, velas e adriças necessárias.

Não só durante a guerra dos Sete Anos, mas também durante a guerra de Independência dos Estados Unidos da América, a novidade foi utilizada em larga escala: em 1776, durante a campanha em Staten Island, o Exército britânico construiu uma série destas embarcações com capacidade de até 100 soldados, tendo como diferencial rampas montadas para transporte e desembarque de peças de artilharia⁶².

Sendo transportados para o local do desembarque anfíbio a partir dos conveses dos navios de guerra e navios de transportes, essas pequenas embarcações de desembarque geralmente encontravam-se sob comando de um oficial subalterno (tenente) ou sargento da Marinha, que aguardava o sinal do oficial de desembarque para baixar até a água, assim que os soldados encontravam-se nos barcos. Geralmente esses barcos transportavam em torno de 40 soldados, sentados um de frente para o outro em duas filas, estando os comandantes e sargentos nos lugares da popa. Enquanto se encontravam nos barcos, os soldados recebiam ordens para permanecer sentados, em silêncio e não disparar seus mosquetes. Após receber o sinal de bandeira correspondente para o prosseguimento da missão, os barcos eram postos em formação a fim de começarem sua viagem rumo ao objetivo, o desembarque em território inimigo⁶³.

Já presentes na água, no momento em que são postos em formação, os oficiais da Marinha encarregados do desembarque organizavam as pequenas embarcações em uma formação que lembra a ordem de batalha de um exército: primeiro, eram agrupados em escalões, inserido nesses escalões eram formados duas ou três linhas paralelas (dependendo das condições disponíveis e da natureza do local do desembarque), sendo a colocação de cada barco determinada pelas tropas a bordo (armas, serviços e especialidades)⁶⁴. Com o intuito de simplificar e facilitar a organização visual, cada barco possuía um número pintado à proa e uma pequena bandeira indicando a unidade levada a bordo. Com o desembarque feito em escalões, era planejado que assim que um escalão chegasse à costa outro desembarcasse a seguir sem impedimentos.

Como exemplo disto, escreve David Syrett que um dos principais motivos pelo fracasso do desembarque britânico em Rochefort em 28 de setembro de 1757 fora a

⁶² SYRETT, David. In: BARTLETT, Merrill L. (Org.), Op. Cit., p. 54.

⁶³ SYRETT, David. In: BARTLETT, Merrill L. (Org.), Op. Cit., p. 54.

⁶⁴ SYRETT, David. In: BARTLETT, Merrill L. (Org.), Op. Cit., p. Ibidem.

incapacidade de reforçar rapidamente o primeiro escalão de desembarque nas praias francesas⁶⁵.

No momento do desembarque, normalmente, o primeiro escalão era composto por pequenas tropas de assalto, sendo a maioria da força de desembarque (tropas de Infantaria) vindo a seguir, nos escalões seguintes. Por último, seguiam as tropas de Artilharia e Cavalaria e seus respectivos equipamentos, apenas desembarcando depois de a Infantaria já estar estacionada em terra. Em paralelo, dispunha os soldados em momentos anteriores ao desembarque com apoio de fogo da artilharia para destruir as defesas e manobras de diversão deste e de outros navios destacados para apoiar o desembarque, com a finalidade de confundir os defensores. Exemplifica David Syrett que durante o processo de desembarque de tropas em Cancele Bay, em 1758, se deu com este esperado apoio, onde o Almirante Howe destacou os navios HMS *Rose*, HMS *Flambotough* e HMS *Diligence* “para cobrir o desembarque das tropas, limpar a praia e silenciar as baterias inimigas”⁶⁶.

Assim, tendo em vista as adaptações empreendidas no decurso da campanha da Guerra dos Sete Anos, as forças britânicas ganharam significativamente com a exploração do Poder Naval através da guerra anfíbia no teatro de operações da América do Norte. Uma Marinha com capacidade de conduzir operações anfíbias, com domínio do planejamento e das habilidades necessárias para organizar uma logística detalhada, possibilitou, principalmente ao Exército britânico, uma grande mobilidade estratégica durante a segunda metade do século XVIII.

⁶⁵ SYRETT, David. In: BARTLETT, Merrill L. (Org.), Op. Cit., p. 55.

⁶⁶ SYRETT, David. In: BARTLETT, Merrill L. (Org.), Op. Cit., p. Ibidem.

PARTE II

1.3. Do Terço da Armada Real da Coroa de Portugal à Brigada Real da Marinha

É a seguir aos acontecimentos de 1580, ligados à sucessão ao trono de Portugal que encontramos os primeiros subsídios para a história dos corpos de Infantaria de Marinha em Portugal e, conseqüentemente, as origens históricas da Brigada Real da Marinha. Unidas em uma estratégia comum e por estarem sob as mesmas ameaças, durante este período, as operações navais da Coroa de Portugal se encontram ligadas às da Coroa de Castela, sendo fortemente influenciada não só nas estratégias militares-navais, mas, também, nos tipos de navios de guerra utilizados⁶⁷.

Afirma Alves Salgado, a partir dos conceitos de Jan Glete⁶⁸, que as estratégias navais podem se dividir em ofensivas e defensivas; a primeira, caracterizada com ações dirigidas contra territórios inimigos e as suas linhas de navegação e, a segunda, com operações para proteção de território e linhas de comunicação. Nas duas situações, implicam organizações, estruturas e meios diferentes. E, durante o período da União Ibérica, Portugal se viu na necessidade de utilizar ambas as estratégias, muitas vezes em simultâneo, principalmente por imposição da Coroa de Castela⁶⁹.

Até aos anos iniciais do século XVII, as forças navais de Portugal, nomeadamente a Armada das Ilhas e a Armada da Costa, eram empregadas numa estratégia defensiva, na proteção das suas conquistas atlânticas e suas rotas, bem como seus territórios conquistados no Oriente e suas rotas para o Reino. Entretanto, o poder naval luso – incluindo também pessoal e seus estaleiros – era utilizado pelas forças da Coroa de Castela, em campanhas ofensivas contra potências protestantes do Norte da Europa, como na Campanha dos Açores (1581, 1582 e 1583), a Grande Armada (1588), também chamada Felicíssima Armada ou Invencível Armada (segundo a historiografia inglesa), armadas contra a Inglaterra (1596 e 1598) e a campanha contra a Armada da Irlanda (1601)⁷⁰.

Com a trégua estabelecida com a Inglaterra e, em seguida, com as províncias holandesas rebeldes, nas primeiras décadas do século XVII se dá na Coroa de Castela uma alteração do paradigma operacional naval, passando-se a seguir uma estratégia defensiva. Embora a Armada del Mar Oceano se tivesse mantido com a implementação desta nova estratégia, sua concepção estrutural se encontrou alterada, uma vez que passou

⁶⁷ SALGADO, Augusto Alves. *O Mundo Atlântico Militar no período Filipino*. In: Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime. Lisboa, maio 2011. p. 2.

⁶⁸ GLETE, Jan. *Navies and Nations*, Stockholm: Almqvist & Wiksell International, 1993, vol. I, pp.18-21.

⁶⁹ SALGADO, Augusto Alves. Op. Cit. pp. 3.

⁷⁰ Idem, p. 4.

a ser composta por pequenas armadas locais – Armada de Portugal, Armada da Galiza, etc. – que somente em caso de necessidade se reuniriam na Armada del Mar Oceano⁷¹.

Sobre o pessoal empregado, mesmo apesar da existência de alguns números relativos à quantidade de indivíduos de todos os grupos sociais ligados ao mar e às atividades marítimas existentes no reino ou nos territórios ultramarinos, pouco se sabe sobre suas identidades e sobre sua respectiva vida social ou econômica⁷². No que se refere à chamada “gente de mar” (tripulantes de navios), segundo os estudos de Amélia Polónia⁷³, nas décadas finais do século XVI a Coroa de Castela já enfrentava o problema da falta desses elementos para guarnecer seus navios, recorrendo à contratação de portugueses para suprir suas necessidades. Em Portugal, neste mesmo período, as principais regiões de recrutamento deste pessoal com experiência se encontravam no Algarve e nas região do Entre-Douro-e-Minho⁷⁴.

Quanto aos oficiais, o processo de nomeações para os cargos de chefia nas Armadas de Portugal se iniciava com a escolha do capitão-mor da armada, um nobre, sendo em seguida escolhido os capitães restantes, cabendo ao monarca a nomeação deste pessoal, sempre por proposta do Vice-Rei ou dos Governadores. Sobre os outros oficiais dos navios da Coroa de Portugal em cooperação com outras armadas, apesar de poucas informações pessoais sobre esses oficiais, possivelmente deveria existir uma relação direta com o que era aplicado nos navios da Coroa de Castela. Observa-se o exemplo da legislação marítima castelhana de 17 de março de 1608, que obrigava cada galeão da Real Armada, sem especificar a origem, a embarcar dois carpinteiros e dois calafates⁷⁵, fazendo o paralelo com a gente de guerra, que embarcava sempre nos navios ibéricos.

Observando Portugal, Leonor Freire Costa⁷⁶ aponta alguns aspectos sobre o recrutamento e organização destes carpinteiros e calafates, também chamados de mestres de construção naval.

O que gostaríamos de aqui destacar é o uso generalizado, por parte da Coroa, do trabalho requisitado. Foi em defesa de garantir a construção de um grande número de navios na Ribeira de Lisboa, mas também em outros portos e estaleiros da costa portuguesa, que desde 1492⁷⁷ um contingente fixo de carpinteiros navais e calafates eram recrutados e permanentemente vinculados à Ribeira de Lisboa, prontos para servirem o monarca na construção das Naus. Necessidade semelhante levou à constituição de um

⁷¹ Idem, p. 4.

⁷² Idem, p. 8.

⁷³ POLÓNIA, Amélia. *Vila do Conde. Um porto nortenho na Expansão Ultramarina Quinhentista*. Tese policopiada, vol. II, Porto, Faculdade de Letras, 1999, pp.406-407.

⁷⁴ SALGADO, Augusto Alves. Op. Cit. p. 8.

⁷⁵ Idem, p. 15.

⁷⁶ Para saber mais sobre a atividade, situação socioeconômica e presença geográfica destes profissionais nas freguesias da cidade de Lisboa, ver: COSTA, Leonor Freire. *Carpinteiros e calafates da Ribeira das Naus: um olhar sobre Lisboa de Quinhentos*. In: *Penélope. Fazer e desfazer a História*. Número 13, ano 1994.

⁷⁷ Ano da primeira carta de privilégio que constituiu e fixou o número de carpinteiros navais entre 100 até 300. Confirmada por D. Manuel em 1498, nesta já se fala em um número de 300 carpinteiros.

corpo de oficiais de construção naval na cidade do Porto, em Vila do Conde e em Azurara, com estatuto semelhante aos de Lisboa, embora os respectivos contingentes não atingissem a escala dos da capital.

A seleção destes profissionais ocorria através de um exame executado pelo Mestre da Ribeira, um de carpintaria e outro de calafetagem, os principais da “hierarquia profissional”. Era permitido a este contingente exercer sua atividade fora do estaleiro régio, auferindo salários mais elevados, comparativamente aos pagos pela Coroa. Estes profissionais, a final, se encontravam sob o recurso do trabalho compulsivo, obrigados a abandonar qualquer empreitada que tivesse em mãos e a dirigirem-se à Ribeira das Naus quando necessário.

Aos restantes nobres embarcados, normalmente com funções apenas militares, era habitual recompensá-los com a atribuição de cargos no Oriente ou no Brasil. Esta prestação de serviço militar no mar acabou por ser formalizada em 1621, com a criação de um corpo de soldados especializados da Coroa de Portugal, o Terço da Armada Real da Coroa de Portugal. Segundo Alves Salgado, esta força nasce com o objetivo de tentar suprir o problema que atingia às duas coroas: a falta de formação e qualidade dos soldados que embarcavam nos navios das armadas.⁷⁸ Paralelo a isto, esta estrutura militar tinha como característica principal o combate ao corso, garantindo o regresso seguro dos navios das conquistas ultramarinas à metrópole, sendo usados para o combate em situações de abordagem ou para quando a proximidade do inimigo permitia o uso das armas portáteis, fazendo assim, com que a Coroa de Portugal tivesse uma participação mais ativa na política naval da Coroa de Castela.

A data de criação do Terço da Armada Real da Coroa de Portugal foi tratada por Jorge Semedo de Matos, que avançou algumas novidades sobre a criação e organização desta unidade militar.⁷⁹ No artigo que seguimos de perto, o autor repensa, utilizando extensa documentação, a data convencionada a partir da análise original de Gastão de Melo Matos⁸⁰ em 1932, que, por sua vez, fundamenta-se nos escritos de D. Francisco Manuel de Melo⁸¹. Segundo Semedo de Matos, Gastão de Melo Matos equivocou-se ao considerar o ano de criação do referido Terço ligando-o diretamente à nomeação de D. António de Ataíde, conde da Castanheira e de Castro d’Aire, para o cargo de capitão general da Armada da Coroa de Portugal, ocorrida em 3 de julho de 1618. Cita Manuel Severim de Faria em *Annaes de Portugal*⁸² como uma fonte contendo outras informações que apontam para a criação em 1621 e corrobora a sua afirmativa a partir da análise de Charles

⁷⁸SALGADO, Augusto Alves. Op. Cit. p. 16.

⁷⁹MATOS, Jorge Semedo de. *O Terço da Armada Real da Coroa de Portugal (1621). Novas informações sobre a sua criação e organização*. Academia de Marinha. Lisboa, 1999.

⁸⁰ MATOS, Gastão de Melo. *Subsídios para a história dos corpos de infantaria de marinha em Portugal. Notícias do Terço da Armada Real*. Lisboa: Imprensa da Armada, 1932.

⁸¹ MELO, Dom Francisco Manuel de. *Epanáforas de vária história portuguesa*, Introdução e apêndice documental de Joel Serrão. Lisboa, 1977.

⁸² FARIA, Manuel Severim de. *Annaes de Portugal (anos de 1621 e 1622)*. Biblioteca Pública de Évora, Códice CIII-2, p. 153.

Boxer em artigo publicado no *Harvard Library Bulletin*⁸³, trabalho que contém a descrição de um grande número de documentos impressos e manuscritos sobre a vida de D. António de Ataíde como cartas, planos, relatos de ações navais, pareceres e apontamentos, de importante relevância para a compreensão da história portuguesa deste período a partir da vida militar naval e política deste personagem.

Em 1618, apesar de D. António de Ataíde ter o parecer favorável do próprio rei, outros problemas não lhe permitiram dar forma a esta unidade militar. Em resumo, apontam essas novas evidências para a data de 18 de abril de 1621, tendo como pano de fundo os acontecimentos da subida ao trono do rei Felipe IV de Espanha (III de Portugal) e o reatar das hostilidades com a Holanda, realizando, verdadeiramente, a ordem para se formar um “batalhão de 800 soldados” portugueses “pagos de Verão e de Inverno” para auxiliar o esforço de guerra espanhol⁸⁴.

Quanto à composição do corpo, escreve Gastão de Melo Matos ser o Terço da Armada “comparável ao da infantaria espanhola, em que um terço tinha normalmente 10 companhias, sem que este número fosse taxativo”. Seus oficiais superiores eram compostos pelo mestre de campo, comandante e o sargento mor, a quem era responsabilizado pela formação e administração, sendo auxiliado por ajudantes, cujo número variava segundo o efetivo do Terço. Cada companhia tinha um capitão como comandante, com exceção a uma, comandada pelo mestre de campo. Os postos restantes eram preenchidos por “nombramento”, provinham de nomeação feita pelo chefe direto: o capitão nomeava os oficiais de sua companhia, alferes, sargento, cabos de esquadra, furriel tambores, pífanos etc. Era competência de o mestre de campo nomear o capelão-mor, o auditor do Terço, o capitão de campanha (encarregado da execução da justiça), o tambor-mor, o físico, o cirurgião e o botica. Gastão de Melo Matos completa que esta unidade adotava o armamento padrão da infantaria castelhana do século XVII, tendo em cada companhia grande número de soldados armados com piques e os restantes com mosquetes (no centro dos esquadrões e em número reduzido, devido seu peso e imobilidade) e arcabuzes (distribuído nos flancos dos esquadrões, por ser mais leve), levando ao centro as bandeiras. Como consequência da evolução tecnológica, o mosquete foi se tornando mais manejável, substituindo o arcabuz nesta composição tática, sobre o qual tinha a vantagem de muito maior alcance⁸⁵.

Em resumo, é no mundo atlântico, principalmente no Atlântico Sul, que encontramos as primeiras referências para compor um histórico de ações de combate desta força de infantaria embarcada. Empregues nas armadas regulares e de socorro, desde 1624 até os anos da Restauração da Independência, viriam a combater sobretudo na costa brasileira. É o caso da grande operação que largou de Lisboa em 22 de novembro deste ano, comandada pelo general D. Manuel de Menezes para reconquista da cidade de Salvador ocupada pelos holandeses, a chamada “Jornada dos Vassalos”, passando pelos

⁸³ BOXER, Charles. The Naval and Colonial Papers of Dom Antonio de Ataíde. In: *Harvard Library Bulletin*, vol 5, Winter 1951, n.º 1, 1961, pp. 24-50.

⁸⁴ MATOS, Jorge Semedo de. Op. Cit. p. 16.

⁸⁵ MATOS, Gastão de Melo. Op. Cit. p. 12.

reencontros com navios holandeses entre 1626 e 1627, as armadas de socorro a Pernambuco em 1632, e ações de escolta à navios provenientes do Brasil e da Índia contra corsários em 1636. Os nomes de personagens, datas e número de contingente envolvidos nessas operações podem ser encontrados nos trabalhos de Gastão de Melo Matos.

1.3.1. O Terço da Armada Real durante a Guerra da Restauração (1640-1668)

É de forma regular que aparecem notícias sobre a participação do Terço da Armada Real nas campanhas da restauração da independência, onde encontramos – principalmente na documentação do Conselho de Guerra, compilada e analisada sobretudo por Gastão de Melo Matos –, algumas das movimentações e ações de combate do contingente de Infantaria de Marinha portuguesa no final da primeira metade do século XVII.

É novamente em *Subsídios para a história dos corpos de Infantaria de Marinha...* de Gastão de Melo Matos, que se encontram esses relatos (ao melhor estilo “História da batalha”), a partir da documentação que foi possível encontrar, como ressalta o autor. É necessário destacar o frequente alerta que o autor faz sobre a suposição da participação deste Terço em um cerco ou em uma batalha, uma vez que é também a partir das notícias de onde se encontravam seus comandantes (mestres de campo e sargentos-mor), através de cartas ou despachos governamentais, que afirmava a participação desta unidade militar em tal embate. Por exemplo, aquando do início desta campanha, Gastão de Melo Matos sugere que é possível que o Terço da Armada estivesse no Brasil, “visto que em Lisboa não havia navios nem tropas portuguesas”⁸⁶. Outras fontes utilizadas frequentemente pelo autor para compor a geografia da presença do Terço da Armada nestes anos de 1640-1668 são os documentos da Biblioteca da Ajuda, da Chancelaria de D. João IV (pertencente à Torre do Tombo) e os relatos contidos em *História de Portugal Restaurado*, de D. Luís de Menezes, conde da Ericeira.

De uma maneira geral, Gastão de Melo Matos sugere que o Terço da Armada se dividia em três frentes de atuação no período do conflito: a principal parte deste contingente seria utilizada nas batalhas como terço de infantaria de modo “tradicional”, presente principalmente entre as linhas do exército do Alentejo; a seguir, um certo número de soldados compondo um destacamento que tinha por missão guarnecer navios de cruzeiro; e, por último, força de menor dimensão, que ficava sempre em Lisboa⁸⁷.

O Terço da Armada Real do Mar Oceano contava como mestre de campo D. Sebastião de Vasconcelos e Menezes e tinha o castelhano Diogo Sánchez del Pozo como Sargento-mor. Em 1641 esta unidade militar envolveu-se nos primeiros combates da Restauração, na costa de Cádiz, encontrando a cidade espanhola fortemente guarnecida, o que resultou

⁸⁶ Idem, p. 27.

⁸⁷ Idem, p. 75.

em algumas perdas. É também nesta data aproximada que se encontra a primeira referência ao serviço de guarda do rei confiada ao Terço da Armada Real do Mar Oceano⁸⁸.

Em 1643, o terço da armada participou das invasões da Estremadura espanhola sob o comando do conde de Óbidos, com destacada participação nas ações ao cerco de Vila Nueva del Fresno, onde foi responsável pelo bombardeamento da praça, utilizando peças de artilharia transportadas a partir da cidade de Olivença. Na primavera seguinte, estava entre as forças comandadas pelo luso-brasílico Matias de Albuquerque, futuro conde de Alegrete, na batalha de Montijo, onde Gastão de Melo Matos sugere ter o Terço da Armada sofrido do mesmo procedimento do restante da infantaria durante a batalha. Separados durante o primeiro ataque – em parte pela fuga da própria cavalaria – os infantas portugueses reordenaram-se e repeliram o inimigo, obrigando-os a atravessar o rio Guadiana, tendo a vitória sido assegurada com a ocupação do campo de batalha, entretanto abandonado ao anoitecer pelos soldados dos Habsburgo⁸⁹.

No ano de 1646, o terço continuou a servir nas campanhas do Alentejo, onde havia a preocupação de invasão, tendo transferido o seu quartel permanente para esta região. Entre essas ações, o terço tomou parte da recuperação da cidade de Mourão. Após o regresso do seu aquartelamento à Lisboa, com o início da década de 1660 até o final da campanha, esteve presente em pequenos combates e, mais expressivamente, na marcha de saída de Estremoz para reconquistar Évora aos castelhanos, onde o Terço teve papel central.

Após o regresso à Lisboa, em setembro de 1667 já se encontram registros da presença do Terço da Armada guarnecendo o Palácio Real junto com o Terço de Lisboa que, segundo Gastão de Melo Matos, tinha a finalidade de inibir um possível golpe dos partidários do infante D. Pedro.

1.3.2. O Regimento do Príncipe Regente (1668-1682)

Assim como fizeram D. João IV e D. Afonso VI, D. Pedro tira proveito do Terço da Armada para sua guarda, decretando que este seria o seu regimento pessoal no Paço da Ribeira. Gastão de Melo Matos atribuiu significado especial a esta medida, que seria não só uma distinção, mas fruto da necessidade de ter um maior número de forças para a sua guarda. Para acentuar a especificidade da unidade, o corpo passava a chamar-se *regimento*⁹⁰.

⁸⁸ Idem, p. 28.

⁸⁹ Idem, p. 38.

⁹⁰ Idem, p. 77.

É sabido que no início do ano de 1670, o Regimento do Príncipe contava com 15 companhias, tendo esse número sido reduzido para 11 companhias, sem contudo se diminuir o número de soldados. Durante toda a década de 1670 há relatos de que o Regimento fora utilizado em ações de escolta em meio a continuação da obrigação de correr a costa e esperar as naus da Índia e do Brasil contra ataques de pirataria, nomeadamente a presença de uma companhia a bordo da fragata *Santa Maria de Saboia* encarregada de ir à ilha Terceira buscar o rei D. Afonso VI, e leva-lo à Lisboa.

1.3.3. O Terço da Armada nos fins do século XVII e durante a Guerra de Sucessão de Espanha (1682-1715)

Gastão de Melo Matos nos traz um decreto sobre a participação de soldados do Terço da Armada no contexto de uma sublevação no Maranhão em 1684 contra a Companhia Geral do Comércio. No ano seguinte, foi designado como governador do território para combater este incidente o tenente general de Cavalaria Gomes Freire de Andrade, tendo sob seu comando – designado pelo mesmo decreto – 150 soldados, sendo 100 soldados, 1 capitão e 6 oficiais pertencentes ao Terço da Armada⁹¹.

Parece relevante também ressaltar os acontecimentos verificados nos anos de 1695 e 1696, destacados por Gastão de Melo Matos, marcados pela participação de contingentes do Terço da Armada para dominar uma sublevação na ilha de São Miguel e uma outra ação de bloqueio marítimo na costa marroquina. Segundo as anotações de Gastão de Melo Matos, na primeira, quase todo (se não todo) o contingente envolvido na ação era desta unidade de infantaria embarcada. Sobressaem como figuras deste episódio o Ajudante do Terço da Armada, João dos Santos Ala, responsável por desembarcar e transmitir ordens ao conde da Ribeira Grande, capitão e senhor da ilha, e o desembargador Luís Pimentel da Costa, que acompanhou a expedição com ordens de pôr fim à revolta e iniciar a devassa. Uma esquadra composta por duas fragatas e duas “fragatinhas”, sob comando do conde de Ribeira Grande, foi mandada formar para bloquear os portos de Salé e Mamora, tradicionais “ninhos” de piratas e corsários magrebinos⁹².

Durante a participação portuguesa nas campanhas da Guerra de Sucessão de Espanha, Gastão de Melo Matos destaca que, durante as primeiras movimentações antes dos embates, o Terço da Armada encontrava-se em Lisboa ou já em marcha a caminho da Beira, onde se pensava virem a ocorrer os principais confrontos. E será na região fronteiriça que terá lugar toda a campanha, sendo a cavalaria a principal tropa empregada nos combates, e tendo o Terço da Armada desempenhado um papel secundário, principalmente na campanha de 1706, guarnecendo e completando outros terços, sob comando de variados mestres de campo de infantaria.

⁹¹ Idem, p. 88.

⁹² Idem, p. 93.

Gastão de Melo Matos refere que soldados do Terço da Armada estariam entre as tropas do Terço de D. Cristóvão José da Gama (Terço de Caminha) utilizadas na ocupação e no posterior ataque de Alcântara, em 17 de dezembro de 1706, sendo então as tropas portuguesas aprisionadas. Destaca a pouca documentação encontrada atinente a este confronto, remetendo para as cartas contidas no Arquivo Histórico Militar entre o secretário de Estado Diogo de Mendonça Côrte Real e o embaixador de Portugal junto à Carlos III, o conde de Assumar⁹³.

Já em novembro de 1707, publicava-se o *Regimento pelo qual S. M. há por bem de dar nova forma a sua Cavalaria e Infantaria*, em que se reorganizava a Infantaria em Regimentos de 12 companhias de 50 homens, sendo uma de granadeiros. Segundo Gastão de Melo Matos, o Terço da Armada foi mantido, passando a ser chamado Regimento da Armada, assumindo novo nome possivelmente em finais de 1707 ou início de 1708. O autor comprova esta nova denominação a partir de um decreto do Conselho de Guerra de 22 de fevereiro de 1708, em que se verifica “conservar no seu antigo cargo o coronel Antônio de Saldanha, pertencente ao Regimento da Armada”⁹⁴.

Segundo Alberto Cutileiro, é possível que esta designação – Regimento da Armada – tenha permanecido até 1750, data em que o Regimento da Junta do Comércio passou a se chamar também por Regimento da Armada, existindo assim dois regimentos, o 1º e o 2º Regimentos da Armada Real, também referidos por Regimentos de Infantaria de Marinha. Quanto ao uniforme, tendo como exemplo os oficiais, iniciou-se a longa tradição que durará até 1797 – ano da criação da Brigada Real da Marinha. O uniforme tradicional era constituído por uma casaca verde (com canhões das mangas em vermelho), na cabeça o tricórnio de feltro negro encanudado, de abas e com presilhas, e na mão o espontão de lança, como símbolo de comando⁹⁵.

Em 1762, chegou a Portugal o conde de Lippe com a missão de reorganizar o Exército, modificando-o completamente e ao pormenor, da doutrina ao tipo de equipamento. Por exemplo, adotou-se o fuzil francês Vauban. Dentre os decretos de reorganização, em 1763 foi publicado um documento que se estendeu à Marinha de Guerra. Nele, seriam criados o 1º e o 2º Regimentos de Infantaria de Marinha, também conhecidos como Regimentos de Infantaria da Corte ou 1º Regimento da Armada Real e 2º Regimento da Armada Real. Já para a Artilharia, criou-se o Regimento de Artilharia de Marinha, ainda que só em dezembro de 1791, servindo o Regimento de Artilharia do Forte de São Julião da Barra como unidade base para esta formação⁹⁶.

⁹³ Idem, p. 105.

⁹⁴ Idem, p. 108.

⁹⁵ CUTILEIRO, Alberto. *O uniforme militar na Armada – três séculos de História*. Lisboa: Amigos do livro Editores, Tomo I, 1983, p. 193.

⁹⁶ Idem, Tomo II, p. 101.

1.3.4 A Brigada Real da Marinha

Como vimos na Introdução deste trabalho, o Alvará com força de Lei de 28 de agosto de 1797 criou a Brigada Real da Marinha, um corpo vocacionado para guarnecer a artilharia das embarcações de guerra, atuar como infantaria de desembarque, bem como preparar e conservar os petrechos navais e de artilharia das mesmas embarcações. Essa Brigada é composta, em grande parte, por soldados dos dois Regimentos de Infantaria de Marinha e do Regimento de Artilharia da Marinha, criados em 1791. Segundo José António Rodrigues Pereira, o primeiro reunia e recrutava o pessoal para a Infantaria de Marinha, responsável pela segurança e disciplina a bordo dos navios; em combate, a Infantaria de Marinha ocupava os cestos das gáveas para dali tentar atingir os soldados inimigos que trabalhavam no convés e, especialmente, os oficiais reunidos na tolda. Já o Regimento de Artilharia de Marinha recrutava e treinava os artilheiros dos navios da Armada Real. Isto num período em que alguma preocupação com a instrução e o treinamento para utilização das peças em combate já se fazia presente⁹⁷. A Brigada Real da Marinha passava a ganhar uma nova forma, reunida em três divisões: a Divisão de Artilheiros, a Divisão de Fuzileiros e a Divisão de Artífices e Lastradores. Seu efetivo totalizava 5.222 praças.

Segundo o Alvará com força de Lei de 28 de agosto de 1797, o Decreto de 11 de novembro de 1797 e a Resolução de 28 de março de 1798, a Brigada Real da Marinha era composta por:

- Inspetor-Geral do corpo com, pelo menos, o posto de chefe de esquadra (equivalente ao atual vice-almirante) e que comandava as três divisões. Estava subordinado à Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, ao Conselho do Almirantado e à Junta da Fazenda da Marinha⁹⁸.
- Três chefes de divisão. Eram os comandantes das três divisões (equivalentes aos atuais contra-almirantes), subordinados ao Inspetor Geral.
- Três capitães de fragata. Desempenhavam as funções de segundos-comandantes de cada uma das divisões.
- Dois primeiros-tenentes. Desempenhavam as funções de ajudantes dos comandantes das divisões.

⁹⁷ PEREIRA, José António Rodrigues. CASTRO, Paulo. *Da Armada Real para a Marinha Imperial: as Unidades e Organismos que ficaram no Brasil e as que voltaram para Portugal*. Lisboa: Comissão Cultural da Marinha, 2018, p. 34.

⁹⁸ Sobre o que propriamente compete a um Inspetor Militar, recomenda-se a leitura do Artigo 34 do *Regulamento de Ordenanças para o Reino de Portugal publicado por ordem de sua Alteza Real*, de 21 de fevereiro de 1816. Ver AMARAL, Manuel. *A luta política em Portugal nos finais do Antigo Regime III – A aplicação da Reforma do Exército em 1803 (1805-1823)*. Lisboa: Tribuna da História, 2011.

1ª Divisão. Composta por 10 companhias de *artilheiros marinheiros*, cada uma comandada por um capitão-tenente e constituída por 177 oficiais e artilheiros marinheiros.

2ª Divisão. Composta por 12 companhias de *fuzileiros marinheiros*, cada uma comandada por um capitão-tenente e constituída por 177 oficiais e fuzileiros marinheiros.

3ª Divisão. Composta por 9 companhias de *artífices marinheiros* e uma de *lastradores marinheiros*, cada uma comandada por um capitão-tenente. As companhias de artífices e lastradores eram constituídas, respectivamente, por 132 e 140 oficiais e marinheiros.

Contava também com Músicos, dependentes do estado maior da Brigada, dispunha de 2 mestres de música, 16 músicos, 2 tambores-mores e 4 pífaros.

Além disso, cada divisão teria ainda um quartel-mestre, com a patente de primeiro-tenente. A primeira e segunda divisão teriam ainda, cada uma, um ajudante e um porta-bandeira. A primeira divisão teria também mais um tambor-mor⁹⁹.



⁹⁹ PEREIRA, José António Rodrigues. CASTRO, Paulo. Op. Cit. p. 34.

Imagem (página anterior): grande uniforme de primeiro tenente (à esquerda) e de praça de artilharia (à direita), segundo o plano de uniformes de 1797. Na frente da barretina, o monograma formado pelas letras “AM” (Artilharia de Marinha), com coroa para os oficiais e sem a coroa para os praças. Sobre a pala, uma placa de metal onde está gravado o número da companhia. Na manga esquerda, uma peça de artilharia em tecido de lã, designando a especialidade. Ilustração de Alberto Cutileiro.

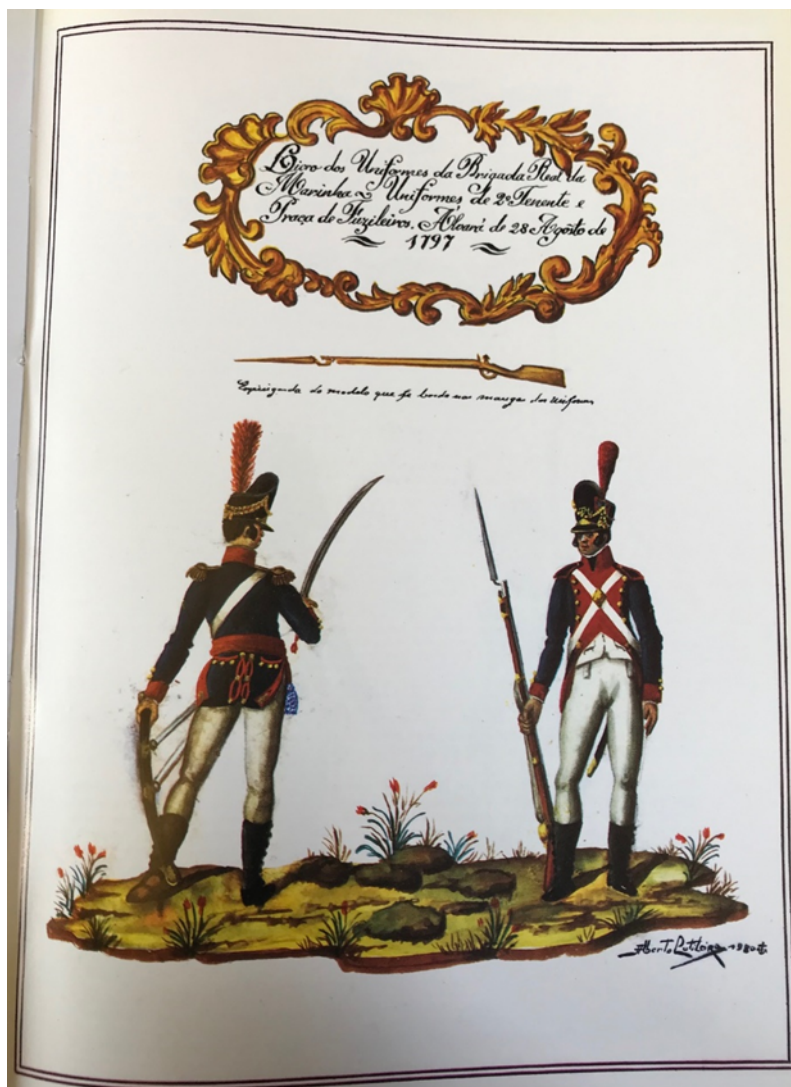


Imagem: grande uniforme de segundo tenente (à esquerda) e de praça fuzileiro (à direita), segundo o plano de uniformes de 1797. O monograma das barretinas é formado pelas letras “FM” (Fuzileiros da Marinha) e, como no caso anterior, só o oficial ostenta a coroa real. Na manga esquerda de ambos os uniformes aparece bordada, em vez de peça de artilharia, uma espingarda conforme o modelo. A praça está armada com uma espingarda inglesa “Brown Bess”. Ilustração de Alberto Cutileiro.

Quanto à instrução, é perceptível a preocupação com a formação dos soldados artilheiros, fuzileiros, artífices e lastradores desde o documento fundador da Brigada Real da Marinha. Nele, destacam-se os parágrafos XLIII, XLIV e LIII. O primeiro alerta sobre a importância da leitura e atualização intelectual do oficial da Brigada: determina que haja uma sala, próximo aos arsenais, para reunir tudo o que fosse publicado entre livros, desenhos e modelos sobre construção, aparelho, navegação, artilharia e tática naval. Ao

final, possui diretrizes para o Inspetor-Geral “animar a todos os que ali quiserem estudar”. Os seguintes tratam da instalação de uma Escola Prática de Artilharia, ficando a cargo do Inspetor-Geral o seu pronto funcionamento e ao major de Artilharia ou capitão de fragata dos artilheiros marinheiros a responsabilidade do comando da Escola e das “convenientes lições”.

Vale ressaltar que, até os finais do século XVIII, a instrução técnica do pessoal da Armada seria, basicamente, ministrada a bordo dos navios, o que Jorge Manuel Moreira Silva chamou de “formação on-job”¹⁰⁰. Afirma também que o treino de manobra era, praticamente, a única necessidade em termos de formação, visto que o pessoal de Artilharia e Infantaria era oriundo do Exército até a criação da Brigada Real da Marinha, em 1797. Será também neste mesmo ano que se estabelece a primeira escola técnica de Marinha, voltada para a instrução da Artilharia¹⁰¹.

Quanto à organização de aquartelamento e primeiras instruções dos dois grupos que nos interessam neste trabalho, destaca-se: os artilheiros marinheiros pertencentes a 1ª Divisão da Brigada Real da Marinha, após a saída do Alvará de 28 de agosto, foram organizados a bordo da nau *Nossa Senhora de Belém e D. José*¹⁰². Além da instrução básica que era ministrada, aos artilheiros marinheiros cabiam algumas obrigações, especificamente:

“(…) em cada companhia haverá uma parte destinada às obras pertencentes à Artilharia, os quais são, a construção de carretas, talha e palamenta para o serviço das peças (…)

“(…) será guarnecido pelo mesmo corpo de artilheiros marinheiros, o presídio da Trafaria, junto do qual se estabelecerá uma bateria que servirá de exercício, e onde se darão as necessárias lições aos artilheiros; e se lhes dará depois o exercício ao alvo o maior número de vezes que for possível, não se lhes deixando ignorar coisa alguma do que hão de praticar no mar, e antes procurando até ter modelos em que possam se instruir de tudo (…)

Nota-se, então, que não havia uma concentração de todos os artilheiros marinheiros num mesmo local. A instrução era segmentada entre vários locais, apesar de existir o quartel da Divisão, onde era dada a instrução básica, sendo depois destacados para a instrução prática junto às baterias. Após a realização da instrução básica, estes artilheiros

¹⁰⁰ Da mesma forma acontecia na Royal Navy, que baseava a preparação dos seus oficiais no treino de bordo, sentindo a necessidade de criar uma academia em 1863 (a Britannia Royal Naval College, em Dartmouth).

¹⁰¹ Por determinação do Conselho do Almirantado, em 14 de fevereiro de 1797. Sua instalação se deu a bordo da fragata *Princesa do Brasil*, fundeada na enseada de São José de Ribamar. Ver SILVA, Jorge Manuel Moreira. *A Marinha de Guerra Portuguesa desde o regresso de D. João VI a Portugal e o início da Regeneração (1821-1851) – Adaptação a uma nova realidade*. Dissertação de Mestrado em História Marítima apresentada a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2009.

¹⁰² CARDOSO, J. Freire. e CANECO, M. Leal. *Escola de Artilharia Naval no seu bicentenário*. VIII Colóquio da Comissão Portuguesa de História Militar – Preparação e formação militar em Portugal. Lisboa, 1997, p. 214.

eram distribuídos pelas naus ou comissionados em terra, não deixando de pertencer à 1ª Divisão, regressando ao seu quartel sempre que lhes fosse determinado¹⁰³.

Além disso, a criação da Brigada Real da Marinha libertou o Regimento de Artilharia da Corte – ligado ao Exército – que desde 1762, ano de sua criação, tinha também por missão destacar homens para guarnecer as fortalezas marítimas, o castelo de São Jorge, o presídio das Beirolas e os navios da esquadra¹⁰⁴. Somente no final de 1801 é que a Brigada Real da Marinha absorveu todo este encargo de enviar artilheiros para as embarcações de guerra. A partir de 1801 e até à Guerra Peninsular, o Regimento de Artilharia da Corte limitou-se a guarnecer a Torre de Belém, a Torre Velha, Forte de São Lourenço e fortaleza de Cascais, em operações na linha de defesa de Lisboa¹⁰⁵. Segundo José Justino Teixeira Botelho, era raro não aparecer na documentação pessoal, oficiais e praças do Regimento de Artilharia da Corte, a menção de combates no mar ou longa narração de expedições marítimas em muitos territórios ultramarinos durante este período.

Os fuzileiros marinhos pertencentes à 2ª Divisão da Brigada Real da Marinha, cujas instalações iniciais não se conseguiu precisar, tinham como principal função a defesa das embarcações, o treino de marcha e o exercício de alinhamento na “prontidão do ataque”, tanto por filas, como em pelotões. Alerta ainda o Alvará de 28 de agosto de 1797 que a instrução será deixada sempre aos cuidados do oficial responsável, isto é, o capitão de fragata ou major do referido corpo e praticada até exaustão. Era também da responsabilidade do mesmo oficial a instrução de marcha e evolução com armamento individual da 1ª Divisão da Brigada Real da Marinha, a divisão de artilheiros marinhos.

¹⁰³ CARDOSO, J. Freire. e CANECO, M. Leal. Op. Cit. p. 215.

¹⁰⁴ A reorganização do Regimento de Artilharia da Corte, em 1763, reforçou a ordem que companhias de artilheiros fossem destacadas para manejar as peças das embarcações de guerra. Além disso, através de um plano de estudos aprovado em julho de 1763, determinou-se que o Regimento de Artilharia da Corte e o Regimento de Artilharia de Lagos, no Algarve, fossem também instruídos em exercícios de bordo. A título de exemplo, no ano de 1765, 226 artilheiros estiveram distribuídos em cinco embarcações de guerra. Em 1768, 157 artilheiros. Em 1769, 104 artilheiros. Entre 1771 e 1777, a média de artilheiros do Exército embarcados era de 55 homens. Em agosto de 1798, ano das operações da esquadra do marquês de Niza no Mediterrâneo, em razão da grande necessidade, havia 538 artilheiros do referido Regimento a bordo dos navios de guerra.

¹⁰⁵ BOTELHO, José Justino Teixeira. *Novos subsídios para a História da Artilharia portuguesa*. Lisboa: Publicações da Comissão de História Militar, 1944, p. 53.

Capítulo 2

Políticas reformistas no contexto revolucionário: a instrução ao soldado da Brigada Real da Marinha.

2.1. O período mariano

O reinado de D. José I, sobretudo após a ascensão política de Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras e, depois, marquês de Pombal, foi caracterizado por uma tentativa de transformar a estrutura da sociedade portuguesa a partir de ações políticas. Houve uma expansão sobretudo em três direções: a afirmação e consolidação do Estado enquanto entidade institucional; a afirmação de um núcleo político dirigente do Estado e da sociedade portuguesa; e uma ação reformadora global que buscava um intervencionismo ativo sobre as realidades nacionais¹⁰⁶. Uma outra área de intervenção específica foi a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, entregue a Martinho de Melo e Castro, destacado político e diplomata, que assumiu a responsabilidade de dirigir todos os assuntos relativos à Marinha de Guerra, Mercante e dos territórios de ultramarinos.

Sua chegada à secretaria em 1770 pode ser entendida em um contexto de grandes esforços para a modernização da Armada Real portuguesa, inserida em um momento político pouco favorável para as instituições militares, observadas e melhoradas apenas nos momentos de crise e iminente conflito com potências estrangeiras. Desde 1757 até 1764, encontramos alvarás que procuraram instituir tentativas de modernização e capacitação do pessoal embarcado¹⁰⁷, embora sem sucesso tangível.

No final da década de 1770, após o envolvimento da Coroa portuguesa na guerra dos Sete Anos e das lutas na América do Sul para a posse dos limites sul do território brasileiro, a morte do monarca D. José I e a subida ao trono de D. Maria I, em 1777, levaram ao afastamento do marquês de Pombal do comando político do Governo. Segundo algumas interpretações, se inicia um período de regresso das posições sociais e privilégios por parte daqueles que haviam sido perseguidos ou afastados do poder pelo

¹⁰⁶ SERRÃO, José Vicente. Sistema político e funcionamento institucional no Pombalismo. In: COSTA, Fernando Marques da; DOMINGUES, Francisco Contente; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. (Org.). *Do Antigo Regime ao Liberalismo – 1750-1850*. Lisboa: Vega, sem data, p. 12.

¹⁰⁷ A exemplo disto, o Alvará de 18 de março de 1757 instituía uma classe de guardas-marinha com a graduação de alferes, sendo efetivamente os primeiros alunos admitidos somente em 1762, vindo a ser extinta no ano de 1774; enquanto que, em 1764, na cidade do Porto, o rei mandou criar 12 postos de tenentes-de-mar e 18 guardas-marinhas para servirem em duas fragatas de 24 e 30 peças construídas por iniciativa dos negociantes da cidade, afim de combater piratas e saqueadores, nascendo assim a Aula Náutica do Porto.

antigo secretário de Estado dos Negócios Interiores do Reino¹⁰⁸. Apesar dos jogos de bastidores, não se verificou crise sucessória. O processo que se convencionou chamar de “Viradeira” ficou marcado pela reintegração de alguma primeira nobreza da corte, antes alienada¹⁰⁹.

Segundo José Damião Rodrigues, o período mariano parece ter correspondido a um retorno a uma situação de equilíbrio tradicional de poder, mesmo com algumas linhas de força definidas no reinado anterior ainda atuantes. As secretarias de Estado continuaram a exercer as decisões políticas, como no período pombalino, e os chefes de algumas secretarias continuaram à frente de suas pastas por um largo número de anos, assim como também esteve Sebastião José de Carvalho e Melo. Dentre os ministros em exercício que permaneceram no cargo durante o reinado de D. Maria I, Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, e Aires de Sá e Melo, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, asseguraram a transição entre os reinados de D. José I e D. Maria I, conservando os fios condutores das políticas internas e externas da monarquia, com destaque para o trabalho de Martinho de Melo e Castro¹¹⁰.

Em paralelo, é implementado um programa reformista que visava a reorganização do império, aprofundando a sua dimensão atlântica, num movimento que vinha já dá viragem do século, em uma nova concepção de uma política colonial com especial ênfase no mundo luso-brasileiro, onde uma Marinha moderna e poderosa mostrava-se fundamental para proteger os interesses nacionais no mar e conter uma ameaça francesa pós-Revolução. Assim, a partir de 1793, iniciou-se um processo de modernização na Armada Real portuguesa sob os cuidados de Martinho de Melo e Castro, abrangendo as áreas de material, pessoal e infraestrutura, onde a criação da Brigada Real da Marinha, em agosto de 1797, se encontrava inserida.

2.2. A Marinha de Guerra para Melo Castro e D. Rodrigo de Sousa Coutinho

Martinho de Melo e Castro nasceu em Lisboa a 11 de novembro de 1716, filho de Francisco de Melo e Castro, da Casa dos condes de Galveias, e D. Maria Joaquina Xavier Madalena e Silva. Destinado à carreira eclesiástica, frequentou o colégio da Purificação da Companhia de Jesus, em Évora. Neste local, distinguiu-se pela sua capacidade intelectual e sentido dialético que, na futura carreira diplomática tanto havia de o distinguir.

¹⁰⁸ RODRIGUES, José Damião. Continuidades e projectos reformistas (1777-1807). In: OLIVEIRA E COSTA, João Paulo. RODRIGUES, José Damião. OLIVEIRA, Pedro Aires. *História da Expansão e do Império português*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014, p. 296.

¹⁰⁹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Pombal e a aristocracia. *Camões. Revista de Letras e Culturas Lusófonas*. Lisboa: n.º 15-16, p. 34-41.

¹¹⁰ RODRIGUES, José Damião. In: COSTA, João Paulo Oliveira e; RODRIGUES, José Damião; OLIVEIRA, Pedro Aires. Op. Cit., p. 297.

Em 1739, o rei D. João V nomeou-o cónego da Sé de Lisboa, com 23 anos de idade. Servia a carreira eclesiástica mas a sua inclinação e o pendor intelectual da época levam-no a dedicar-se aos estudos políticos. Em 1751 inicia sua carreira diplomática sendo nomeado pelo rei D. José I enviado da Coroa portuguesa junto dos Estados-Gerais das Províncias Unidas. Após relevantes serviços, o monarca nomeia-o, em 1754, embaixador em Londres, sendo a consagração do jovem diplomata, visto a relevância do cargo e a importância das relações entre Portugal e Grã-Bretanha especialmente naquele período. Inserido à Corte britânica, sua preocupação com a defesa do território português foi um dos elementos que caracterizou a ação de Melo e Castro frente aos diplomatas estrangeiros. Após seis anos de permanência em Londres, regressa a Lisboa, em 1770, para ocupar a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos.

Exercendo a liderança da pasta por mais de 25 anos, procedeu a uma completa renovação da esquadra e à modernização da organização e das infraestruturas de apoio. Foram a percepção da ameaça de guerra com a França Revolucionária e a necessidade de proteger o comércio marítimo, principalmente com o Brasil, bem como a necessidade de salvaguardar as costas metropolitanas e a proteção dos já então reduzidos territórios do Oriente, os motivos que terão levado ao impulso de desenvolvimento da Armada Real.

Quanto à construção naval, em um período de sete anos, construíram-se no Arsenal de Marinha 18 navios de guerra (sendo quatro naus ou navios de linha) e renovaram-se outros seis no dique daquele estaleiro. É neste período que os navios construídos ou modernizados ao abrigo desta ação passam a ser batizados com nomes de personalidades – reis, príncipes e figuras históricas – abandonando os tradicionais nomes de santos católicos. Por exemplo, a nau *Nossa Senhora do Pilar* (1763-1793) é rebatizada com o nome *Conde D. Henrique* (1793-1822).

Foi criado um quadro de pessoal na Armada Real, uma vez que, até então, o recrutamento e a desmobilização destes homens eram feitos à medida das necessidades vigentes. No âmbito do ensino, em 1779, foi criada a Academia Real de Marinha, para a formação dos oficiais da Marinha de Guerra e Mercante, que funcionaria até 1837. Em 1782, nascia a Companhia Real dos Guardas-Marinhas e a sua respectiva Academia Real dos Guardas-Marinha, sendo o seu primeiro Diretor o capitão-de-mar-e-guerra José Maria Dantas Pereira, cuja missão era fornecer uma apurada formação académica e prática (sobretudo em Construção, Náutica, Manobra, Tática e Artilharia Naval) dos futuros oficiais, tendo em vista um melhor preparo para guarnecer os novos navios. Em relação aos oficiais, é criado o Quadro de Oficiais da Armada Real, composto por 4 chefes-de-esquadra (hoje contra-almirantes), 8 chefes-de-divisão (hoje comandantes), 30 capitães-de-mar-e-guerra, 30 capitães-de-fragata, 70 capitães-tenentes, 140 primeiros-tenentes, 140 segundos-tenentes, sendo regularizado os respectivos soldos e equiparando-os aos do Exército, até então maiores. Para além desta reorganização do pessoal, ainda assim a falta de oficiais experientes para guarnecer os novos navios obrigou à contratação de oficiais estrangeiros, majoritariamente britânicos, principalmente para o controle da artilharia.

O cargo de Intendente dos Armazéns foi criado, com extinção do cargo de Provedor dos Armazéns da Guiné e Índia, terminando a transmissão hereditária deste serviço. No âmbito da administração e contabilidade, foi criada a Contadoria dos Armazéns da Guiné e Índia que, a partir do Alvará de 3 de junho de 1793, passa a ser designada por Arsenal da Marinha.

Para os assuntos de direção superior e administração naval foi criado o Conselho do Almirantado, pelo Decreto de 25 de Abril de 1795, sendo composto por um presidente (o secretário de Estado de Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos), quatro conselheiros (oficiais gerais do Corpo de Marinha), um tradutor de línguas (paisano), um secretário (oficial graduado do Corpo de Marinha) e três ajudantes (paisanos).

Em matéria de infraestruturas, a Real Fábrica de Cordoaria e o Dique do Arsenal, entretanto construído, foram decisivas para manter o abastecimento e reparo dos navios. O primeiro visava o abastecimento de amarras, cabos, massame, velame, bandeiras e toda a palamenta necessária à Marinha de Guerra e Mercante. Fundada em 1771, veria o seu edifício ser construído na rua da Junqueira apenas em 1779. O segundo, uma das primeiras docas secas da Europa, serviu para reconstruir alguns navios de linha e receber os maiores navios que então se construíam. Em paralelo, fundou-se o Arsenal da Bahia, no Brasil, e reorganizou-se o Arsenal da Índia, em Goa, mostrando-se destacadas bases de apoio à operacionalidade em pontos distantes da metrópole.

O outro elemento decisivo no período à frente da Secretaria da Marinha foi D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Nascido em Chaves a 4 de agosto de 1745, era filho de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Governador de Angola, e próximo de Pombal. Coursou no Colégio dos Nobres e estudou posteriormente na Universidade de Coimbra. Iniciou sua carreira diplomática como ministro na Corte de Turim onde esteve até 1795. Neste ano foi chamado a Portugal para substituir Martinho de Melo e Castro na Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, por ocasião do falecimento do antigo cónego da Sé de Lisboa. Assim, passou a ser o continuador da obra de reorganização iniciada por aquele estadista.

Entre as realizações da sua administração está a criação do Corpo de Engenheiros Construtores Navais, a Real Junta da Fazenda da Marinha (como organismo de gestão da construção e recepção dos navios) e o Real Hospital de Marinha, à época o hospital mais moderno de Lisboa. Além dos trabalhos de reorganização da Armada portuguesa, também contou com seu apoio a *Sociedade Real Marítima Militar e Geográfica para o Desenho, Gravura e Impressão de Cartas Hydrográficas, Geográficas e Militares* instituída através de sua iniciativa, em 1798.

Sobre a prática do ensino militar naval, o Alvará assinado pelo Príncipe Regente D. João em novembro de 1800 atendeu a regularização das viagens de instrução de Guardas-Marinha, ou, como escrito no documento, “exercícios de mar”. Ficava ordenado que em todos os anos (em tempos de paz), nos meses de férias da Academia Real dos Guardas-Marinha, fosse destacada uma corveta onde embarcassem guardas-marinha, voluntários

e mais ainda quem os comandantes de companhia destinasse para exercitar no mar o conteúdo aprendido na referida Academia¹¹¹.

Também durante seu período como secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos impulsionou a exploração sistemática, em bases científicas, dos territórios ultramarinos. Neste contexto, ordenou a “viagem filosófica” de Alexandre Rodrigues Ferreira ao Brasil (1783-1792), tendo a expedição percorrido rios e caminhos das capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, e a tentativa de Lacerda de Almeida da travessia da África de Leste para Oeste. Foi também durante a sua estada frente à secretaria que Pedro João Baptista e António José realizaram a travessia do mesmo continente, entre Angola e Moçambique, durante os anos de 1802 a 1810.

Favorável à aliança luso-britânica, foi considerado pelo governo francês como um insolente. Durante a permanência em Lisboa do general Lannes, como representante do governo francês, foi imposta ao Príncipe Regente em 1803, a sua exoneração, juntamente com a do secretário de Estado da Guerra e Negócios Estrangeiros, D. João de Almeida, conde das Galveias. No contexto da transferência da Corte portuguesa para o Brasil em 1807, foi nomeado secretário de Estado da Guerra e dos Negócios Estrangeiros. Faleceu no Rio de Janeiro em 26 de janeiro de 1812, com 67 anos.

2.3. O livro “*Instrucçoens para a Brigada Real da Marinha, principiando pêlla escólla do Soldado até á de Pelotão*”

O documento em destaque, pertencente ao início do século XIX e anônimo, constitui um dos textos militares mais completos sobre a preparação do soldado da Brigada Real da Marinha nos finais do Antigo Regime português. Consideramos também como uma valiosa peça para a compreensão e a compilação de dados sobre o ensino militar naval neste período e decisivo para compor a história institucional da Brigada Real da Marinha. Mesmo quando comparado a outros escritos do mesmo gênero literário – destaque para o Livro III e a forma dialógica como método utilizado para transmitir a instrução ao soldado recruta –, destaca-se pela sua riqueza na dimensão técnica, como por exemplo, as lições direcionadas aos artilheiros marinhaes. É composto por três livros, nos quais são abordados ensinamentos primários aos soldados até o nível de Pelotão. Em todo texto, destaca-se um caráter oficial, evidenciando a disciplina e hierarquia entre patentes. Também se nota a formalidade entre os interlocutores (particularmente nos diálogos do Livro III), ao mesmo tempo em que se utiliza uma linguagem pragmática, como em todo manual militar.

Quais as motivações do autor? Sem dúvida, sua motivação passa pelo olhar das mudanças materiais e científicas do mundo marítimo, onde busca contribuir para a

¹¹¹ Decreto de 13 de novembro de 1800. Documento sob guarda do Arquivo Histórico da Marinha (AHM), Lisboa. Localização: índice 32 (Documentação avulsa até 1910), caixas 75 a 82.

profissionalização e aperfeiçoamento técnico do soldado recém ingresso desta unidade militar. Quais os seus objetivos? Redigir um manual, não de caráter teórico, mas sim com características de fácil entendimento, prático, destinado a oficiais e oficiais inferiores¹¹² da Brigada Real da Marinha encarregados da instrução dos soldados recrutas (a quem o texto chama de “Instruidor”).

No que diz respeito à datação do documento, presumimos que tenha sido escrito cerca de 1804, sendo o único indicativo temporal em todo o documento sobre sua produção o título do Livro II, “*Rezumo do exercício de Artilharia da Marinha ensinado no Fôrte de Xabrégas para uzo dos Navios de Guerra em o Anno de 1804*”. Acreditamos que tal texto possa ter sido redigido alguns anos antes ou depois, uma vez que os exercícios e tecnologia relatadas são contemporâneas das utilizadas no início do século XIX. Por fim, ao que foi possível investigar, nada sabemos sobre sua autoria.

2.3.1. A provável influência

Sobre a utilização de textos antigos, o próprio autor de *Instruções para a Brigada Real da Marinha, principiando pêlla escôlla do Soldado até á de Pelotão* não refere, em momento algum, quais às fontes que serviram de inspiração, visto que a obra não apresenta nenhum texto introdutório ou algo similar. Em relação às fontes cujas características são aproximadas, encontramos semelhanças com *O Soldado Prático*, de Diogo do Couto, um clássico da literatura da Expansão portuguesa, semelhanças (nos aspectos literários e linguísticos), particularmente o Livro III. A relação entre essas duas obras apresenta-se através do gênero dialógico, gênero bem característico da prosa hispânica, largamente utilizada entre os séculos XVI e XVII. Aliado à herança clássica e humanista, trata-se de um gênero pertinente para a especulação das mais variadas matérias. Tanto em nosso documento quanto em *O Soldado Prático*, o diálogo serve para formar e informar, próximo também do diálogo ciceroniano, enquanto reflexão didática¹¹³.

Tanto na obra de Couto quanto no Livro III do nosso documento, encontramos semelhanças também nas coordenadas espaço-temporais que suportam o funcionamento do diálogo. Em nosso caso, os dois personagens participantes – um soldado novo, recruta, e um soldado velho, instrutor – coincidem em um ambiente de instrução militar (uma fortificação ou um quartelamento) onde uma conversação sobre ensino-aprendizagem se desenvolve. Mantendo-se fiel as características do gênero dialógico, nosso documento faz dos personagens autores e espectadores ao mesmo tempo, uma vez que se estabelece entre os personagens um intercâmbio de assuntos e ideias.

¹¹² Designação, à época, para o atual posto de sargento.

¹¹³ GARCÍA MARTÍN, Ana María. Introdução. In: Diogo do Couto, *O Soldado Prático*. Coimbra: Angelus Novus Editora, 2009, p. 33.

São também próximas da mesma temática e com algum tipo de filiação com *O Soldado Prático*, as obras espanholas *Itinerario de navegación de los mares y tierras occidentales*, de Juan Escalante de Mendoza (1575), os *Diálogos de la vida del soldado*, de Diego Nunez Alba (1552), e a portuguesa *Reformação da milícia e governo do Estado da Índia oriental*, de autoria de Francisco Rodrigues Silveira (1621-22), onde experiências de vida militar são relatadas a outros que se iniciarão nela.

Por fim, curiosamente, o documento aqui analisado, supostamente escrito cerca de 1804, surge poucos anos depois da publicação da primeira edição do *Soldado Prático*, em finais do século XVIII, precisamente em 1790, a partir de um interesse pela obra coutiana por parte da Academia Real das Ciências de Lisboa, que buscava manuscritos inéditos do autor, sendo encarregado pela edição o acadêmico António Caetano do Amaral¹¹⁴.

À luz do que aqui foi exposto, não nos parece despropositado afirmar que o autor de *Instrucçoens para a Brigada Real da Marinha, principiando pêlla escólla do Soldado até á de Pelotão*, ao compor sua obra, se encontrava familiarizado com o diálogo coutiano, na medida em que o Livro III, composto por um diálogo, demonstra uma compreensão da metodologia utilizada por Diogo do Couto.

2.4. Estrutura interna: análise e comparação crítica

Ao longo de sua estrutura, as *Instrucçoens para a Brigada Real da Marinha*, apresenta uma divisão em três livros: Livro I – “*Instrucçoens para a Brigada Real da Marinha, principiando pêlla escólla do Soldado até á de Pelotão*” (o mesmo nome do título do documento); Livro II – “*Rezumo do exercicio de Artilharia da Marinha ensinado no Fôrte de Xabrégas para uzo dos Navios de Guerra em o Anno de 1804*”; Livro III – “*Artilheiro Maritimo ou Compêndio de instruções para o artilheiro do mar ordenado em forma de diálogo por Methodo claro para uzo dos Soldados da Brigada Real da Marinha*”.

Enquanto o primeiro livro se preocupa com o que convencionamos chamar de instrução básica (noções de ordem unida, vozes sobre instrução de tiro e noções sobre manuseio e manutenção do equipamento) ligada à pratica da Infantaria, os seguintes livros são constituídos, sobretudo, por preceitos relacionados com o tratamento das forças de Artilharia e seu conhecimento técnico (posicionamento da guarnição frente à peça e em parada, os diferentes calibres e projéteis utilizados pela Marinha de Guerra, vozes de exercicio de Artilharia, o conhecimento e manuseio da carreta da peça e conhecimento dos petrechos navais) sendo todas estas instruções o primeiro contato do soldado recruta com a sua iniciante vida militar.

¹¹⁴ MARTÍN, Ana María García. Op. Cit., p. 17.

2.4.1. Livro I: “*Instrucçoens para a Brigada Real da Marinha, principiando pêlla escólla do Soldado até á de Pelotão*”

A instrução individual ao soldado de Infantaria, o aprendizado da tecnologia vigente e o manejo e disparo das armas de fogo utilizadas pela Brigada Real da Marinha no início do século XIX constituem o foco principal do Livro I. A este respeito, lembramos que, segundo os historiadores João Cardoso e Leal Caneco, o percurso do soldado recruta da Brigada Real da Marinha após a sua incorporação se dava em vários locais, sendo o primeiro o quartel da Divisão, onde era dada a instrução básica, sendo depois destacados para a instrução prática junto das baterias os que buscavam a habilitação em Artilharia, por exemplo¹¹⁵.

É necessário observar que, para o sistema de ordem unida aplicada a estes pelotões da Brigada Real da Marinha para uma primeira instrução, estas lições estão intimamente ligadas aos ensinamentos da época do conde de Lippe em Portugal. Assim, os “exercícios das tropas” e o modo de instruir um recruta são próximos aos contidos nas diretivas publicadas em 1763, divididas em 77 pontos e estudadas por Duarte Quirino Pacheco de Souza, que as chamou de “um misto de ensinamentos prussianos e ingleses”¹¹⁶. É sabido que essas medidas tinham por objetivo incidir principalmente na reestruturação orgânica da instituição militar, na preparação dos combatentes e, em paralelo ao exemplo prussiano, em um considerável reforço disciplinar. Como afirma Rui Bebiano, o objetivo que se pretendia, aos níveis dos diversos graus e da disciplina, era forçar uma uniformização de comportamentos, na altura praticamente inexistente¹¹⁷. Ademais, ao longo do século XVIII se consolidou a noção de que a disciplina era uma condição *sine qua non* para a eficácia da instituição militar. De acordo com Foucault, através da disciplina, “o soldado tornou-se algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina que se precisa (...). Dessa forma, foi ‘expulso o camponês’ e foi lhe dada a ‘fisionomia de soldado’”¹¹⁸.

Em paralelo, este documento nos apresenta desde o seu título novas informações e utilização de novos conceitos, também no campo da terminologia militar. É o caso do termo *Pelotão*, que tem por significado parte de uma subdivisão de um batalhão, menor unidade em que a manobra é possível realizar, considerada unidade elementar do combate. Este termo é visto pela primeira vez no manual *Novo methodo para dispor hum corpo de Infantaria de sorte que possa combater com a Cavallaria em campanha raza*, publicado em 1767, sob os auspícios do conde de Lippe, tendo a tradução para o português feita por Joaquim de Noronha, sargento mor do Regimento de Schaumbourg Lippe. Essas

¹¹⁵ CARDOSO, João Freire; CANECO, M. Leal. Op. Cit., p. 215.

¹¹⁶ SOUZA, Duarte Quirino Pacheco de. *Algumas observações à obra do Conde de Lippe em Portugal*. In: VIII Colóquio da Comissão Portuguesa de História Militar – Preparação e formação militar em Portugal. Lisboa, 1997, pp. 249-266.

¹¹⁷ BEBIANO, Rui. *A pena de Marte: escrita da guerra em Portugal e na Europa (séculos XVI-XVIII)*. Coimbra: Minerva Coimbra, 2000, p. 430.

¹¹⁸ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Editora Vozes, 28ª edição, 2004, p. 117.

pequenas medidas eram fruto da reorganização militar voltada principalmente a ação sobre a instrução e disciplina, buscava a construção de um novo Exército, pretendendo aproximar a instituição militar aos padrões modernos.

Sendo assim, já se encontra nas notas iniciais deste *Livro I* as primeiras revelações de um corpo social muito particular, onde serão revelados preceitos legais e hierárquicos, buscando já ambientar o soldado recruta com o “novo mundo” neste seu primeiro contato com a vida militar. Em seguida, nas primeiras palavras direcionadas aos instrutores, pede-se o compromisso para que as instruções sejam sempre proferidas em tom firme e claro, a fim de que possam ser bem entendidas pelo novo soldado¹¹⁹. Já a segunda nota introdutória informa que o oficial ou oficial inferior¹²⁰ encarregado do ensino dos recrutas (chamado pelo texto de “Instruidor”) será responsável por fazer um exemplo daquilo que lhe foi ensinado e explicado, não avançando a próxima lição sem que todos os recrutas estivessem certo do que foi demonstrado¹²¹.

O primeiro aspecto abordado é sobre a posição – do corpo – do soldado em marcha. Relaciona-se diretamente com uma das principais e mais características alusões à formação de um soldado de Infantaria, que buscava combater enfileirado. Sobre isto, encontra-se 17 notas onde se descreve e exemplifica os primeiros movimentos referentes à ordem unida, como deve ser feito o passo e, pela primeira vez ensinado, por exemplo, a posição dos membros superiores no momento da marcha: “ombros e braços sempre em posição natural, sem que estejam repuxados para cima, os braços pendentes em uma curva como naturalmente caem ao corpo sem aperto, ficando a palma da mão virada um pouco para fora: o dedo mínimo atrás unido a costura da pantalona”¹²².

Segue-se para a descrição do exercício das vozes de comando “olhar à direita!”, ou o modo inverso, acompanhada da respectiva ação do soldado para o cumprimento desta ordem.

¹¹⁹ *Instruções.*, I. 2 anverso.

¹²⁰ Designação, à época, para o atual posto de sargento.

¹²¹ *Instruções.*, I. 2 anverso.

¹²² *Instruções.*, I. Idem.



Imagem: companhia do Corpo de Fuzileiros trajando uniforme histórico da Brigada Real da Marinha (divisão de fuzileiros marinheiros) em continência, após o comando de “olhar à direita!”. Parada militar em homenagem aos 700 anos da Marinha de Guerra portuguesa. Lisboa, Praça do Comércio, 12 de dezembro de 2017, foto do autor.

Neste espaço inicial do nosso documento estão também os primeiros ensinamentos quanto à posição dos pés em marcha. Nas notas 7 e 8 o ensinamento é referente ao movimento de meia volta (tanto para a direita quanto para a esquerda), sendo executada em dois tempos, onde o Instrutor mandará “meia volta à direita!”, “o soldado deve fazer um oitavo a direita, levar o pé direito atrás, o enfranque do pé de frente e abre 2 polegadas do talão esquerdo e pegar ao mesmo tempo na patrona pelo canto com a mão direita”¹²³.

Entre as notas 9 e 13 o livro nos mostra o posicionamento do pouso dos pés durante a marcha, determinando o seu comprimento e a velocidade que será executada. O Instruidor, tendo feito ver ao soldado como se marcha, mandará: “em frente!”, “marcha!”. O documento segue com uma descrição minuciosa de como será feito o balancear do corpo enquanto alterna-se os movimentos da perna esquerda e direita durante a execução do movimento. Ao suspender da marcha, sob à voz de “pelotão!”, “alto!” do Instruidor, é ensinado ao soldado como assentar os pés no chão, sempre executando o movimento com postura firme.

¹²³ *Instrucçoens.*, I. 2 reverso.

Já as notas 18 e 19, finalizando as indicações sobre como proceder em relação ao posicionamento do corpo e dos movimentos já citados, o Instruidor ensina a posição da arma ao ombro. A partir de minuciosa explicação, o Instruidor destaca a posição esticada do braço esquerdo, o cotovelo ligeiramente para fora e o braço junto ao corpo como principais características para manter a arma segura junto ao corpo no momento da marcha.

Entre as notas 20 e 86 o principal assunto se torna o “movimento do manejo das armas”, como diz o documento, onde o soldado recruta se habituará aos exercícios pertinentes ao posicionamento do mosquete junto ao corpo, seu carregamento, fixação da baioneta e como utilizar uma espada.

Quanto ao carregamento, o compêndio de instruções separa o aprendizado desta lição em 12 tempos (ou 12 diferentes ações) estando o mosquete apto para o disparo ao final deste processo. Como típico mosquete de pederneira (*flintlock*) inglês, popularmente conhecido como *Brown Bess*, utilizado pelas forças portuguesas desde as reformulações implementadas pelo conde de Lippe, durante a segunda metade do século XVIII, também envolve neste processo o uso de uma vareta em paralelo ao uso da pólvora.



Imagem (página anterior): mosquetes de pederneira (*flintlock*), conhecido como *Brown Bess*, similar aos utilizados por tropas portuguesas ao final do século XVIII. Estes, pertencentes ao modelo “India Pattern”, encontram-se armados com sua respectiva baioneta. Museu da Torre de Londres, fevereiro de 2019, foto do autor.

O primeiro tempo, feito em dois movimentos, ensina como deitar a arma sobre o braço esquerdo, de modo seguro, segurando a braçadeira, a fim de deixar a mão direita livre para dar continuidade ao processo, estando a coronha da arma encostando ao corpo na altura das costelas e a boca da arma na altura dos olhos. Em seguida, o processo de carregamento do cartucho se inicia com a abertura da caçoleta com a mão direita, tomando o cartucho entre os dentes e rompendo-o até encontrar a pólvora, depositando-o na caçoleta e apertando o cartucho junto da abertura com o dedo polegar, levando a mão direita atrás do fuzil, finalizando este processo com o fechamento da caçoleta com os dois primeiros dedos da mão esquerda. Depois, entorne a pólvora no cano, retire a vareta e leve a extremidade delgada da mesma a entrada do cano e pressionar a pólvora ao fundo.

O ensinamento para fazer a pontaria consta da nota 33, deixando claro o movimento dos braços, do corpo, e o fechar do olho esquerdo e dirigir o olho direito ao longo do cano, basicamente como ainda se faz atualmente. A nota 34 nos ensina sobre como encostar no gatinho e como fazer fogo.

Quanto à instrução com baionetas, as notas 59 e 66 indicam instruções para o procedimento de armar e desarmá-las na boca do mosquete. A primeira instrução ensina desde como posicionar em segurança a coronha da arma no chão, próximo aos bicos dos pés, enquanto a mão esquerda, pegando pelo cabo da baioneta, afixa rapidamente na boca do cano. A segunda instrução, de como desarmar, caracteriza-se pelo movimento feito pela mão direita, que meterá a baioneta na bainha e voltará a pôr a mão na arma, posteriormente o soldado virará para a vanguarda, ficando sobre posição de descanso sobre a arma.

Ao final dos ensinamentos do “manejo das armas”, nas notas 87 e 88 são explicados os dois tipos de cargas realizadas, a carga precipitada e a carga à vontade, cuja finalidade será habituar o soldado a executar rapidamente e com perfeição todos os movimentos anteriormente ensinados. A primeira, a cada voz ordenada pelo Instrutor (1ª voz: “Carregar”; 2ª voz: “Dois”; 3ª voz: “Três” e 4ª voz: “Quatro”) é feita uma ação até que o mosquete esteja pronto para ser utilizado. Na primeira voz, cada soldado deita a sua arma, abre a caçoleta, tira o cartucho, rompe-o e prepara-se para adicioná-lo à arma. Na segunda voz, fecha a caçoleta, passa a arma ao lado esquerdo, sacode o cartucho dentro da arma e bota-o dentro. Durante a execução da terceira voz, o soldado tira a vareta e a desce pelo cano do mosquete e bate o cartucho com duas pancadas. E, por último, a quarta voz indica que o soldado deve devolver a vareta ao seu local original e, em seguida, levar o mosquete ao ombro. Já a nota 88, para executar a carga à vontade, o Instruidor dará a voz “carregar!”, se o soldado estiver com a arma ao ombro, e executará sem interrupção os quatro tempos marcados para a carga precipitada, anteriormente ensinada.

Dentre as notas 89 a 93 os ensinamentos são relativos aos tipos de fogos (ou tiros) habitualmente executados por um soldado de Infantaria da Brigada Real da Marinha. É explicado que há dois tipos de fogos normalmente executados, os fogos diretos e os fogos oblíquos. O primeiro tipo de fogo, o fogo direto, o Instrutor dirá como advertência “fogo por pelotão!”, e seguirá cinco vozes (1ª voz: “pelotão!”; 2ª voz: “preparar!”; 3ª voz: “apontar!”; 4ª voz: “fogo!”; 5ª voz: “carregar!”). Durante a voz de “preparar!”, se executará em um só tempo os três movimentos indicados na nota número 32. Durante a voz de “apontar!”, a primeira fileira passa o pé direito a retaguarda do esquerdo, ficando o calcanhar esquerdo distante do pé direito seis polegadas. A segunda fileira levará ao mesmo tempo o pé direito ao lado direito pouco mais de seis polegadas, assentando-o algum tanto atrás do alinhamento. Durante a voz de “carregar!”, cada fileira toma posição que fica ordenado no “manejo da arma”, pondo sucessivamente a arma ao ombro logo que acabe de carregar, tomando a sua primeira posição. Após darem fogo, os soldados conservarão a arma na mesma posição até receberem a voz de “carregar!”, sendo possível também receber as vozes de “ao ombro arma!” ou “baioneta!”. O segundo tipo de fogo, o fogo oblíquo será executado a direita ou a esquerda pelas mesmas vozes do fogo direto, sendo a diferença que a voz de “pelotão!” será cada vez precedida da advertência “oblíquo à direita!” ou “oblíquo à esquerda!”. Sendo o fogo oblíquo à direita, a voz de “preparar!”, a primeira e segunda fileira fazem um oitavo à direita, unindo logo os dois calcanhares. A voz de “apontar!”, o pé direito dos soldados das duas fileiras tomam posição semelhante quando se dá a voz para fogo direto, dirigindo cada soldado da segunda fileira a sua arma pela direita do seu chefe de fila. A voz de “carregar!”, executa-se o que se ensinou na nota número 86. No fogo oblíquo à esquerda, a segunda fileira aponta pela esquerda do seu chefe de fila e todos os soldados em ambas as fileiras conservam os pés na sua posição.

Ademais, o autor acrescenta uma nota sobre o “fogo por filas à vontade”, destacando-se este modo de tiro por ser o único em que o soldado disparava a sua arma seguidas vezes e independentemente de alguma voz de comando. Para isso, o Instrutor ou o oficial executaria duas vozes (1ª voz: “fogo à vontade!”; 2ª voz: “fogo!”) e, durante a segunda voz, todas as filas de cada pelotão darão fogo sucessivamente da direita para a esquerda, vindo a continuar atirando cada soldado, logo que acaba de carregar. Por fim, quando se mandar parar os fogos, qualquer que seja, se mandará tocar um rufo ou o Instrutor dirá “rufo!”, sendo este sinal determinante para cessar qualquer disparo, levando o soldado sua arma ao ombro, em seguida¹²⁴.

¹²⁴ No Livro II (*Rezumo do exercício de Artilharia da Marinha ensinado no Fôrte de Xabrégas para uzo dos Navios de Guerra em o Anno de 1804*), como veremos a seguir, é o único momento em que se apresenta neste compêndio de instruções ensinamentos a partir de toques de caixa para sinais, neste caso, voltado aos artilheiros marítimos.



Imagem: disposição da caixa (à direita) em meio a passagem do convés para a terceira bateria no navio-museu HMS *Victory*, comissionado pela Royal Navy em 1778, típico navio de 1ª classe (ou navio de linha) da passagem do século XVIII para o XIX. Portsmouth, fevereiro de 2019, foto do autor.

Após os exercícios de manejo das armas, fogos e todos os outros movimentos referidos pelo Instruidor, os soldados entrarão em uma fileira, tocando-se apenas pelo cotovelo, com a finalidade de exercitar o ato de marchar, instruções descritas entre as notas 94 a 109 do documento. A primeira instrução se trata da marcha ordinária (ou marcha direta, segundo o documento), sendo iniciada pelas seguintes vozes (1ª voz: “pelotão em frente!”; 2ª voz: “guia à esquerda!”; 3ª voz: “marcha!”) ditas pelo Instruidor. Após a voz de “marcha!”, a fileira romperá vivamente com o pé esquerdo. O Instruidor mandará marchar um homem bem ensinado dois passos adiante do soldado posto à direita ou à esquerda da fileira segundo o lado aonde for assinalado o guia, e ordenará a este soldado que marche exatamente sobre as pegadas do que o precede, conservando sempre a distância de dois passos. Será sempre observado pelo Instruidor as seguintes regras para os soldados: unir-se levemente ao cotovelo do seu vizinho; não abrir o cotovelo esquerdo nem o braço direito; ceder à pressão que vem do lado do guia e resistir a que vem do lado oposto; conservar sempre a cabeça direita e os olhos fixos no chão, a doze ou quinze passos de distância adiante de qualquer lado que o guia seja indicado; se um soldado

perceber que está muito adiantado ou atrasado, buscará pouco a pouco o seu lugar, alongando ou encurtando o passo de um modo quase invisível.

Em seguida, o Instruidor fará compreender aos soldados recrutas que o alinhamento só se conservará marchando através da regularidade dos passos e pelo contato do cotovelo caso contrário, se um fizer um passo maior que o outro, ou se um marchar depressa e outro mais devagar, ou não observarem o contato dos cotovelos, será impossível marchar na mesma altura do seu vizinho, formando aberturas entre si.

Dentre as notas 110 a 120 surge o último assunto do Livro I. Em um primeiro momento, o Instruidor exercitará primeiro os soldados a se perfilarem homem a homem, com a finalidade de compreender melhor os princípios do alinhamento. Para isto, mandará marchar dois passos à frente os dois primeiros soldados do lado direito e tendo-os perfilado, advertirá sucessivamente a cada soldado que se ponha sobre o alinhamento dos dois primeiro; a cada advertência que lhe fizer o Instruidor o soldado deve se perfilar, soltar a cabeça e os olhos à direita, marchará na cadência do passo ordinário dois passos adiante encurtando o último atrás do alinhamento novo, que nunca deve exceder. Depois, por meio de pequenos passos, sem que o corpo balanceie, se irá colocar ao lado do homem a que se deve encostar, de modo que a linha dos seus olhos e a dos ombros se achem na direção do soldado da sua direita, tendo um leve contato do cotovelo deste, sem que o seu se abra. Na seguinte nota, a explicação de que o alinhamento à esquerda se fará semelhante.

Seguem-se as últimas notas do Livro I, tendo ainda o alinhamento como ponto de interesse, descrevendo alinhamentos à retaguarda, conversões à direita e à esquerda e mudanças de direção dos alinhamentos.

2.4.2. Livro II: “*Rezumo do exercício de Artilharia da Marinha ensinado no Fôrte de Xabregas para uzo dos Navios de Guerra em o Anno de 1804*”

Neste livro, supomos que o autor tivesse por objetivo tratar de modo mais pedagógico e com a maior clareza possível as vozes, comandos e a prática da instrução de artilharia naval. Tendo em vista a complexidade da peça junto a “mobilidade” sobre a qual é obrigada a manobrar sobre as ondulações do mar, as palavras do matemático francês Pierre Charles François Dupin – citado no *Compendio theorico-pratico de Artilharia Naval*, compêndio letivo da Academia Real dos Guardas-Marinha, escrito em 1829 por António Lopes da Costa Almeida, futuro primeiro Director da Escola Naval – esclarecem alguns dos desafios enfrentados pelos artilheiros marítimos:

“a manobra da artilharia naval é talvez mais importante do que ainda a dos navios. Ela oferece dificuldades muito superiores as da artilharia terrestre,

porque a bordo é necessário meter em bateria e carregar a peça sobre um pavimento móvel e que em muitas vezes sofre extraordinárias inclinações de bombordo a estibordo, ou de popa a proa. E, no meio destes movimentos tão diversos, manobrando em um lugar muito estreito, é preciso descobrir o segredo de apontar por uma direção, a maior parte das vezes diversas daquela em que existe o objeto que se pretende ferir, e sempre tal, que o projétil participando das oscilações do navio vá por uma derrota diagonal ou curvilínea ferir o objeto”¹²⁵.

Por outro lado, em termos de manual de instrução para a artilharia naval, não é despropositado afirmar que o nosso compêndio nos dá indicações, mesmo que poucas, de ser um modelo precursor para tal método educativo, visto que não encontramos em nossa pesquisa outro documento similar antes de 1804. A propósito disto, todos os manuais e outras publicações sobre artilharia naval adotadas pela Escola Prática de Artilharia Naval durante os anos após a sua fundação sofreram influência do documento aqui analisado¹²⁶. Este Livro II, *Rezumo do exercício de Artilharia da Marinha ensinado no Fôrte de Xabregas para uzo dos Navios de Guerra em o Anno de 1804*, se torna base para produzir outros documentos formadores de artilheiros navais para a Marinha de Guerra portuguesa durante a segunda metade do século XIX, a título de exemplo, destacamos o *Guia do marinheiro artilheiro*, de autoria do tenente Augusto Zeferino Teixeira (sem data); o *Manual do marinheiro artilheiro*, de autoria do primeiro tenente Rodrigo Augusto Teixeira Pinha, de 1866; e *Alterações ao exercício de artilharia naval de desembarque*, sem autor, aprovada em portaria de 13 de janeiro de 1875.

O Livro II encontra-se subdividido em quatro partes, comprovando a diversidade da preparação de um soldado recruta da Brigada Real da Marinha que opta por obter a habilitação de artilheiro marítimo. Na primeira parte, encontramos a *Primeira nomeação de postos, que deve fazer o Comandante*; trata-se de um conjunto de pequenos desenhos e suas respectivas explicações mostrando qual a disposição que devem tomar os soldados artilheiros marítimos frente à peça ou durante uma parada. A seguir, encontramos *Toques de caixa para os sinais*, conjunto de sons, emitidos a partir de toques de caixa, que funciona como alternativa da passagem das ordens aos subordinados. Na terceira parte, *Vozes para o exercício de artilharia da Marinha*. E por último, *Vozes que deve dar o Comandante da Bateria*.

¹²⁵ ALMEIDA, António Lopes da Costa. *Compendio theorico-pratico de Artilharia Naval. Extractado e redigido das obras dos mais celebres e modernos autores e acomodado para servir de compendio letivo da Academia Real dos Guardas-Marinha*. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1829, p. II.

¹²⁶ Fundada em 26 de julho de 1863. Para mais informações sobre os manuais de instrução da Escola Prática de Artilharia Naval, ver: CASTEL-BRANCO, João Agnello Vellez Caldeira. *Nota sobre o ensino prático de Artilheria Naval*. Congresso pedagógico hispano-português-americano (seção portuguesa). Lisboa: Imprensa Nacional, 1892.

Em *Primeira nomeação dos postos que deve fazer o Comandante*, encontramos os primeiros aprendizados sobre as posições que as guarnições de soldados artilheiros marítimos devem tomar à vanguarda, em parada e em rebate (combate). Forte influenciador dos compêndios de instruções que virão (no que se refere aos “exercícios de peça”) os ensinamentos contidos neste livro são semelhantes à sequência apresentada por António Lopes da Costa Almeida, no Apêndice II do seu *Compendio theorico-pratico de Artilharia Naval*, publicado em 1829, pela Academia Real das Ciências de Lisboa.

Os exercícios práticos a bordo dos navios são constantemente realizados por soldados artilheiros marítimos da Brigada Real da Marinha e marinheiros. O número de homens empregados no serviço de cada boca de fogo depende de sua diferente manobra e calibre do projétil, sendo os soldados artilheiros marítimos “protagonistas” do processo de carregamento e disparo, enquanto aos marinheiros restam um “papel auxiliar”, responsáveis por um serviço de desatracação, atracação e limpeza da peça, auxiliado por ferramentas como pés de cabra, espeques e soquete. Quanto aos calibres utilizados e respectiva quantidade de homens necessárias para colocá-la em funcionamento, o documento faz referência em um pequeno quadro, dividindo-os em quatro guarnições. A 1ª guarnição opera o calibre 36 (contando com 14 homens), a 2ª guarnição opera os calibres 24 e 18 (contando com 12 homens), a 3ª guarnição opera os calibres 12 e 9 (contando com 10 homens) e a 4ª guarnição opera os calibres 6 e 3 (contando com 8 homens).

Quanto à posição à vanguarda, exemplificada no compêndio de instruções com 14 soldados e marinheiros, apresentam-se na primeira fileira, da direita para a esquerda: 1º servente (soldado), 2º servente (marujo), 3º servente (marujo), 4º servente (marujo), penúltimo servente (marujo), último servente (marujo) e o chefe de peça (soldado). Na segunda fileira, também da direita para a esquerda, são apresentados: 1º servente (soldado), 2º servente (marujo), 3º servente (soldado), 4º servente (marujo), penúltimo servente (marujo), último servente (marujo) e o porta cartuxo (pajem).

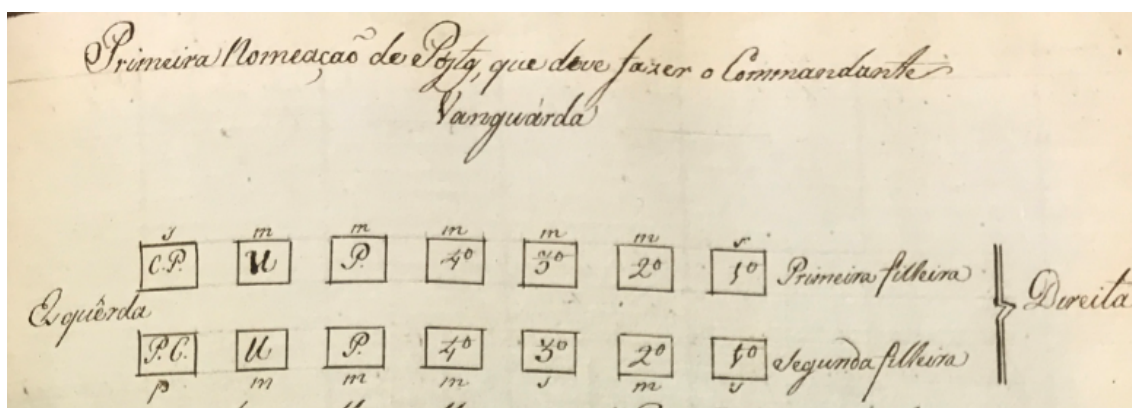


Imagem: disposição do contingente de soldados e marinheiros em formatura em parada. O chefe de peça, designado na ilustração por “C.P.”, aparece à testa da formação, à esquerda. Fonte: *Instruções para a Brigada Real da Marinha, principiando pela escola do soldado até a de pelotão*; Livro II, pg. 21 anverso.

Quando a 1ª guarnição assume a posição em rebate, o compêndio de instruções apresenta a função específica de cada um dos quatorze componentes, assumindo os homens da segunda fileira a posição à esquerda da peça: 1º servente (segundo carregador), 2º servente (pé de cabra, dá a bala e taco), 3º servente (bota fogo), 4º servente (sem designação específica), penúltimo servente (desbolina) e o último servente (colhe as talhas). Enquanto os homens da primeira fileira assumem a posição à direita da peça: 1º servente (primeiro carregador), 2º servente (espeque, dá lanada e soquete), 3º servente (sem designação específica), 4º servente (sem designação específica), penúltimo servente (desbolina, dá lanada e soquete) e o último servente (colhe as talhas). Assumem posições no centro o chefe de peça e o porta cartucho.



Imagem: disposição do contingente de soldados e marinheiros em formatura em rebate (combate). Ao meio, uma peça de calibre 36, com 14 homens, ladeados pelos serventes à esquerda e à direita. Ao centro, no meio da peça, o chefe de peça, designado na ilustração por "C.P.". Fonte: *Instruções para a Brigada Real da Marinha, principiando pela escola do soldado até a de pelotão*; Livro II, pg. 21 reverso.

Já na formatura em parada, a 1ª guarnição apresenta-se primeiro com a primeira fileira, começando pelo 1º servente e liderados pelo chefe de peça. A segunda fileira vem a seguir, começando pelo porta cartucho e terminando com o primeiro servente.

Quanto às seguintes guarnições, tanto durante a formação em rebate quanto em parada, apresentam-se de modo semelhante, apenas com a diferença de não apresentar alguns dos serventes. Assim, a 2ª guarnição não apresenta os 4ºs serventes, a 3ª guarnição não

apresenta os 4ºs e 3ºs serventes e a 4ª guarnição não apresenta os 4ºs, 3ºs e 2ºs serventes, como se vê nas figuras adiante. Portanto, na nomeação de postos dessas três guarnições a diferença está na diminuição dos marujos.

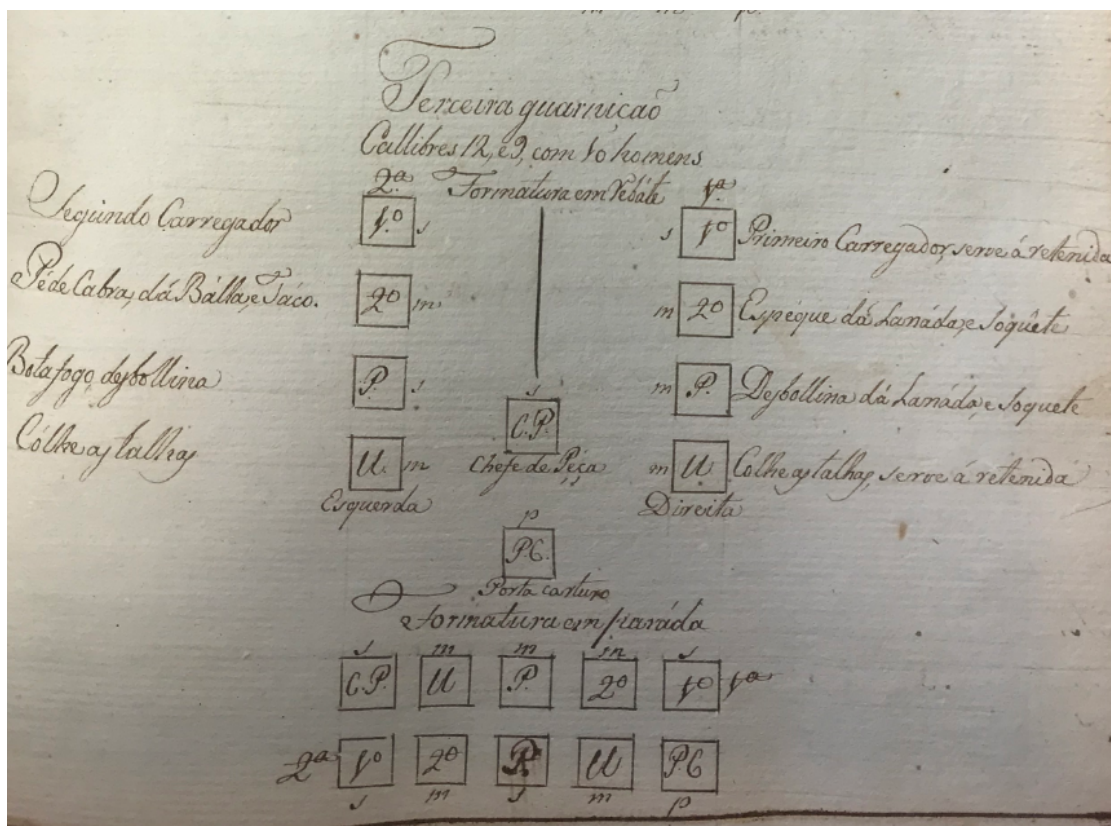


Imagem: disposição do contingente de soldados e marinheiros, em formatura em rebate e em formatura em parada, quando da utilização das peças de calibre 12 e 9, com 10 homens. Fonte: *Instruções para a Brigada Real da Marinha, principiando pela escola do soldado até a de pelotão*; Livro II, pg. 22 averso.

A seguir, em uma segunda subdivisão do Livro II, nos mostra o compêndio de instruções para soldados recrutas da Brigada Real da Marinha como reconhecer as ordens quando emitidas a partir de toque de caixa, que, ao lado do apito de marinheiro, já era largamente utilizada pelas Marinhas de Guerra como alternativa de transmissão de ordens aos subordinados no início do século XIX.

Em *Toques de Caixa para os Sinais*, as instruções se dão através de rufos, rebates e pancadas. Assim, para iniciar o exercício em parada tocará um grande rufo; e a chamada para combate, toque de rebate. Para cessar o fogo e o exercício, um rufo. Para a nomeação dos postos, duas pancadas. Para desatracar a artilharia, duas pancadas dobradas. Para atracar em peito de morte, um rufo no fim das pancadas. Para atracar em meias voltas, duas pancadas dobradas. Para desguarnecer a bateria, marcha dobrada. Para principiar o fogo de combate, dois golpes de rebate. Para principiar o fogo à vontade, dois golpes de faxina. Para conteirar à direita, um rufo e uma pancada. Para conteirar à esquerda, um rufo e duas pancadas. Para ver reto, um rufo e três pancadas. A desarvorar, dois rufos e

uma pancada. Ao convés do inimigo, tocará dois rufos e duas pancadas. A meter à pique, dois rufos e três pancadas. Para acudir a abordagem, a chamada alternada com rufos. Para o exercício de combate, rebate alternado com rufos.

Em uma terceira subdivisão do Livro II, nos são apresentadas 20 notas contendo *Vozes do exercício de Artilharia da Marinha*, vozes de comando frente à peça para os soldados artilheiros marítimos, em modo similar aos comandos contidos no Livro I, voltado aos soldados fuzileiros marinheiros. A primeira voz, executada a partir de toque de caixa, ordena a posição de sentido, observando todos os soldados a atenção e o silêncio ao final do toque. Após da segunda voz “a seus postos à direita e à esquerda!”, a fileira da vanguarda anda à direita e a da retaguarda, à esquerda.

A seguir, a nota número 3 ensina, precisamente, sobre o posicionamento do soldado recruta frente à peça de artilharia. Os soldados que compõe a primeira fileira tomarão os lugares à direita da peça e os soldados da segunda fileira à esquerda da peça. Voltando-se para ela, os soldados perfilam-se. O chefe de peça e porta cartucho, que são os últimos das fileiras, assumem posições especiais: o primeiro, anda à esquerda e marcha afim de posicionar-se um palmo e meio afastado dos olhos do suplemento, ao mesmo tempo em que o segundo anda à direita e fica marchando no mesmo terreno, até ouvirem a voz de “alto!”.

Assim se desenvolvem as outras 17 notas, atentas aos treinamento do soldado frente à peça de artilharia: ordens e posicionamentos para o desatracar a artilharia, escorvar, abaixar as pontarias, apontar e dar fogo, procedimentos de limpeza de peça e novo carregamento.

Na quarta e última subdivisão do Livro II, o compêndio de instruções apresenta as *Vozes que deve dar o Comandante da Bateria*, para duas situações distintas: durante os exercícios em parada e em rebate (combate). Para uma melhor compreensão dos ensinamentos, o compêndio de instruções nos mostra um quadro contendo um conjunto de 21 vozes que são emitidas em três momentos distintos, *antes do combate, no combate e depois do combate*. São elas: 1ª: “sentido”, 2ª: “aos seus postos à direita e à esquerda”, 3ª: “marcha”, 4ª: “chefe de peça faz nomeação dos postos”, 5ª: “desatracar artilharia” (antes do combate); 6ª: “escorvar”, 7ª: “abaixar as pontarias”, 8ª: “apontar”, 9ª: “firmar as pontarias e dar fogo”, 10ª: “retirar da bateria”, 11ª: “ala”, 12ª: “carregar”, 13ª: “limpar a peça”, 14ª: “unir o cartuxo”, 15ª: “calçar bala e taco”, 16ª: “meter em bateria”, 17ª: “ala” (no combate); 18ª: “atracar artilharia”, 19ª: “desguarnecer a bateria”, 20ª: “formar à retaguarda”, 21ª: “marcha” (depois do combate).

O exercício em parada pode ser executado com a voz, ou sem ela (a partir de toques de caixa). Ao exercício executado através da voz, após ter mandado as cinco primeiras vozes e estar atracada a artilharia, continua a executar as vozes desde a sexta até a décima sétima, que são, segundo o documento, “as doze vozes com as quais se servem a artilharia em combate”¹²⁷. Ao exercício executado sem a voz,¹²⁷ explica o documento que os soldados

¹²⁷ *Instrucçoens.*, II. 26 anverso.

serventes, a cada pancada da caixa, executam os mesmos movimentos que se faz com a vozes do comandante.

A seguir, o documento instrui sobre a passagem dos soldados de bombordo para estibordo (ou inversamente), manobra executada quando o inimigo passava a outro bordo ou quando estava em ambos. Para isso, se daria o aviso para iniciar a movimentação (“servir a bateria de bombordo!”, “servir a bateria de estibordo!” ou “servir as duas baterias!”) às guarnições desejadas (“primeira ou segunda peça!” ou “peças de toda a bateria!”). Em uma nota de observação, ressalta caso seja a bateria do convés, devem-se deixar atracadas as peças em meias voltas; porém, se forem as da coberta, devem-se retirar as peças da bateria e dar-lhe meias voltas com as talhas. Ao final deste exercício, dão-se as vozes “desguarnecer a bateria!”, “formar à retaguarda!” e “romper!”.

O exercício em rebate, a movimentação que o documento mostra a seguir, deve ser executada sempre que haja a suspeita da proximidade de um inimigo. Assim, logo que toque a rebate, o comandante passa em revista as peças da bateria e manda fazer o sinal de caixa (duas pancadas) para a nomeação dos postos. Logo que o sinal de desatracar a artilharia (duas pancadas dobradas) e de escorvar (uma pancada) sejam executados, o chefe de peça verifica a mesma, a fim de estar em condições para fazer fogo. Alerta o autor que, quando se toca a rebate deve trazer nos guarda cartuchos dois cartuchos, porque ao fechar as escotilhas ficará cada peça servida com três tiros.

2.4.3. Livro III: “Artilheiro Marítimo ou Compêndio de instruções para o artilheiro do mar, ordenado em forma de diálogo por Methodo claro para uzo dos Soldados da Brigada Real da Marinha”

Neste último livro, e como já mencionado anteriormente, encontramos o diálogo de estilo ciceroniano (cuja característica é formar e informar) como mais um instrumento pedagógico para o aprendizado dos soldados artilheiros marítimos da Brigada Real da Marinha. Funciona como um conjunto de perguntas (feitas pelo soldado novo, assinalado no documento pela letra “R”) e respostas (a cargo do soldado velho, assinalado no documento pela letra “V”), com a finalidade de conhecer e mostrar a função de exercícios, conceitos e equipamentos vistos pela primeira vez aos soldados artilheiros marítimos.

Subdividido em sete capítulos, que versam sobre temas já relacionados anteriormente, e apresentados agora com maior especificidade. Tratam de temas como *o exercício com a peça; do conhecimento da pelamenta e demais utensílios que servem no exercício e no combate; o modo de fazer as pontarias; do conhecimento das partes de uma peça e sua carreta; do modo de vestir e guarnecer a artilharia; dos diferentes modos de atracar a artilharia* e, por último, *no qual se trata de fazer costuras, alças, passar luvas atracar as portas, fazer vinhateiras, gaxêta e falçaçar.*

No capítulo 1º, sobre *os exercícios com a peça*, inicia-se o texto com o soldado velho (descrito no texto como “Veterano”) a ensinar como é dividido o exercício de peça no mar: “sabei primeiro que o exercício de peça no mar divide-se em mandamentos; este em tempos, e estes subdividem-se em movimentos”¹²⁸. A seguir, apresenta o soldado novo (descrito no texto como “Recruta”) a primeira pergunta: “o que são mandamentos?”. Assim, evolui todo o texto do Livro III, o soldado novo funcionando como *domandatori*, e efetivamente dirigindo os temas que se desenvolvem no diálogo, assumindo o soldado velho o papel de esclarecedor de dúvidas, demonstrando o significado de conceitos pertencentes ao mundo militar-naval.

No capítulo 2º, *do conhecimento da pelamenta e mais utensílios que servem no exercício e combate, os quais todo o Soldado de Marinha deve saber de cor os seus usos e configurações*, continua o soldado Recruta na função de *domandatori* e dirige agora perguntas sobre equipamentos, pelamenta e utensílios que assessoram os exercícios e combates, recebendo detalhadas respostas do soldado Veterano. Assim, inicia o diálogo perguntando “que pelamentas e utensílios são estes?”¹²⁹, obtendo a seguinte resposta do soldado Veterano: “eu vos digo todos um por um, a tapa da peça com a sua gaixeta, a pranchada com a sua gaixeta, o vergueiro, o contra vergueiro, as talhas, o xapuz, a soleira, a palmeta, o diamante, a verruma, a goiva, o repuxo, a broca, o espeque, o pé de cabra, o soquete, a lanada (ou ambos em uma só haste), os tacos, as balas, a pirâmide, a lanterneta, a palanqueta e a bala encadeada”¹³⁰.

Inicia-se o capítulo 3º, *do modo de fazer as pontarias*, respondendo o soldado Veterano que precisar voltar ao 4º mandamento, que conta com 7 tempos, que falam em pontarias. Explica que ali só ensinou como deveria se preparar e como os serventes trabalham, agora, neste capítulo, explicará as diferentes quantidades de tiros, em termos técnicos.

Já o capítulo 4º trata *do conhecimento das partes de uma peça e sua carreta*. Em nota “introdutória” ao capítulo, o autor diz que os antigos chamavam – na artilharia naval – de meios canhões e terços canhões às bocas de fogo que atiravam corpos grosso; e as que não eram muito compridas as denominavam colubrinas e meias colubrinas. E, escreve também, não perdendo o nome de canhões em toda a Europa, entre os portugueses chamam também de peças. Assim, o que atira com uma bala de 24, se diz “canhão de 24” ou “peça de 24”.

Inicia-se o capítulo 5º, *do modo de vestir e guarnecer a artilharia*, perguntando o soldado Recruta o que é vestir a artilharia, como se põe o vergueiro, como se gurne uma talha e outros procedimentos técnicos do preparo da peça.

¹²⁸ *Instrucçoens.*, III. 29 anverso.

¹²⁹ *Instrucçoens.*, III. 34 reverso.

¹³⁰ *Instrucçoens.*, III. 34 reverso.

O capítulo 6º, *dos diferentes modos de atracar a Artilharia*, é apresentado em duas partes (Artigo 1º e Artigo 2º), nas quais o soldado Veterano explica como desenvolver este trabalho na coberta, no convés, na tolda e no castelo do navio.

Já o capítulo 7º, o último deste livro, é destinado a orientar os soldados recrutas da Brigada Real da Marinha a trabalhar com cabos (cordas). Chama-se *no qual se trata de fazer costuras, alçar, passar levas, arrebens, atracar as portas, fazer vinhateiras, gaxeta e falçar*, e divide-se em dois artigos. Assim, pergunta o soldado Recruta, por exemplo, o que são costuras, costuras redondas, alças para cadernaes, e seus respectivos usos.

Por fim, concluímos que as instruções contidas neste compêndio mostram-se relevantes para a formação técnica de tais soldados com todo um conjunto de ensinamentos claros e objetivos, sobretudo entre a Divisão de Fuzileiros Marinheiros, representando uma importante contribuição no sentido de uma profissionalização e maior disciplina dos militares, tendo impacto direto sobre as operações em que a Brigada Real da Marinha tomaria parte. Como principal exemplo do que dizemos, referimos que a campanha de Caiena nos mostra que as ações de desembarque, assalto e principalmente a utilização da Infantaria de Marinha seguiu o padrão apresentado no documento analisado, uma vez que essas ações foram desencadeadas por pequenas unidades (pelotões) e percebemos nos relatos conhecidos o destaque do uso do soldado de Infantaria para a tomada dos objetivos táticos.

2.5. A Brigada Real da Marinha e a conquista de Caiena

Com a invasão do território português em 1807 pelos exércitos de Napoleão, a partilha do reino de Portugal entre franceses e espanhóis e a transmigração da Corte Joanina para o Brasil, surgiu a ideia de uma retaliação, um ataque, nas colônias espanholas e francesas na América do Sul. A estratégia elaborada visava, conjuntamente, a extensão das fronteiras do território do Brasil a Norte, dominando a Guiana Francesa, e a Sul até o rio da Prata, ocupando as colônias espanholas próximas de Montevideú¹³¹.

A conquista de Caiena em 1809, que levou à dominação da Guiana Francesa pelos portugueses até 1817, foi precedida de dois atos políticos formais, um declarando nulo todos os tratados assinados com a França e o outro de declaração de guerra à mesma nação. Esta ruptura corroborava, assim, uma sequência de atitudes diplomáticas que procurava, a partir de circunstâncias muito adversas, garantir os interesses portugueses na América do Sul. A importância da região amazônica para o tabuleiro estratégico português tinha a sua relevância desde o século XVII e, no Setecentos, foi reafirmada durante a governança do secretário de Estado Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro marquês de Pombal, e mais tarde com o secretário de Estado D. Rodrigo de Sousa

¹³¹ RODRIGUES, José Damião. A Monarquia Luso-Brasileira (1808-1822). In: COSTA, João Paulo Oliveira e; RODRIGUES, José Damião; OLIVEIRA, Pedro Aires. Op. Cit., pp. 327-332.

Coutinho, que, aliás, quando do início do conflito com a França fez com que seu irmão, D. Francisco de Sousa Coutinho, governasse a província do Pará. Assim, apresentavam-se ao menos três objetivos para invadir a capital da Guiana Francesa, Caiena: uma retaliação, um objetivo geopolítico mais amplo, e outro, menor. A retaliação é clara, visto os acontecimentos recentes da invasão de tropas franco-espanholas ao reino português. Quanto aos objetivos geopolíticos, o primeiro, buscava incorporar a Guiana e torná-la uma plataforma de presença portuguesa no Norte da América do Sul e no Caribe; o terceiro, mais restrito, buscava fixar uma fronteira pelo Oiapoque, garantindo um amplo território ao Norte de Macapá, aumentando assim as condições de segurança da Bacia e da Foz do Amazonas¹³².

Segundo Arno Wehling, a incorporação de Caiena como expressão de um objetivo geopolítico que visasse o Norte da América do Sul e ao Caribe era possível, mas, à luz da documentação conhecida, não foi uma opção aconselhada. Tal atitude poderia ser entendida, pela Inglaterra, como uma intromissão em uma área considerada da sua influência. O interesse do Governo do Rio de Janeiro foi a anexação provisória visando uma posterior negociação diplomática, tornando o episódio de Caiena um importante elo numa cadeia político-diplomática e militar, permitindo a consolidação e o reconhecimento de limites que atendiam à antiga preocupação geopolítica de Portugal, e de proteger a Foz e a Bacia do Amazonas¹³³.

No que toca às ações da Brigada Real da Marinha nesta campanha na região amazônica, encontramos escassa informação documental e estatística sobre os efetivos da Brigada Real da Marinha que tomaram parte destes acontecimentos. Sabemos que boa parte dos navios da Armada Real portuguesa foram empregues na viagem da Família Real para o Brasil, ficando em Lisboa apenas os navios que não se encontravam operacionais. Assim também ocorreu com os soldados da Brigada Real da Marinha, seguindo a bordo dos navios da esquadra grande parte dos seus efetivos, ficando apenas em Lisboa uma parte reduzida deste corpo. Também é difícil precisar quão numeroso foi o contingente de soldados de Marinha utilizado nas ações militares, visto que não existe nenhum documento da época que especifique o número de integrantes da Brigada Real da Marinha que acompanharam a esquadra para o Brasil. Consequentemente, não se consegue uma distinção entre cada um dos corpos militares que tomaram parte nos vários episódios da tomada de Caiena.

No final de 1808 foi organizada na capital da província do Pará uma expedição, comandada pelo tenente coronel Manuel Marques e contando com o auxílio de forças navais inglesas, destinada à ocupação da margem direita do rio Oiapoque, a fronteira estabelecida pelo Tratado de Utrecht, mas ainda sob posse francesa. O destacamento era composto por duas companhias de granadeiros dos Regimentos de Linha da guarnição de Belém; uma companhia de caçadores de cada um desses regimentos; voluntários do

¹³² WEHLING, Arno. A conquista de Caiena – 1809. Retaliação, expansão territorial ou fixação de fronteiras? In: *Revista Navigator*. Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM). vol. 6, n 11, 2010, p. 11.

¹³³ WEHLING, Arno. Op. Cit., p. 12.

Regimento de Macapá; uma companhia de artilharia com 3 peças de artilharia e um obus, totalizando 405 praças combatentes e mais um capelão e um cirurgião.

A esquadra, sob comando do capitão de mar e guerra inglês James Lucas Yeo, era composta por uma fragata, 2 brigues, uma escuna, 2 cúteres, 3 barcas canhoneiras e 3 navios transportes. Acrescidos de 346 homens que embarcaram nestes navios, as forças reunidas compunham-se de 751 praças com 3 peças de artilharia, um obus e 12 navios totalizando 93 peças de artilharia¹³⁴. Nesta força encontravam-se os elementos da Brigada Real da Marinha, mas pelos motivos expostos desconhecemos quantos eram e como operaram.

¹³⁴ BRASIL. MINISTÉRIO DA MARINHA. História Naval Brasileira. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, Vol. 2, Tomo II, 1979, p. 388.

CONCLUSÃO

No âmbito desta investigação, escolhemos dissertar sobre um ponto específico – o treinamento de soldados recrutas – da história institucional de uma unidade militar que buscava reestruturar-se no decurso das mudanças tecnológicas do mundo marítimo na passagem do Setecentos para o Oitocentos. A novidade em trazer pormenores sobre a trajetória da Brigada Real da Marinha, um tema que, em Portugal e no Brasil, apenas está a dar os seus primeiros passos, foi um aspecto preponderante na nossa decisão em estudá-la. Ao mesmo tempo, a negligência a que tem sido votada a história da Infantaria de Marinha nestes dois países dificulta a realização deste projeto, condicionando assim o seu resultado.

Em resumo, o período cronológico abordado no nosso estudo (1770-1809), revelou ser, sem dúvida, um dos mais importantes relativamente às alterações da orgânica e funcionamento da Armada Real portuguesa durante a transição do mundo Moderno para o Contemporâneo.

Neste período, recapitulando o que ao longo do texto discorremos, observamos que a partir da chegada de Martinho de Mello e Castro à chefia da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos – aonde se manteve por mais de 25 anos (1770-1795) – iniciou-se uma completa renovação da esquadra e a modernização da organização e das infraestruturas de apoio da Armada Real portuguesa. Dentre as razões que terão levado ao desenvolvimento da Armada Real portuguesa por iniciativa deste governante, encontramos a ameaça de guerra com a França, a necessidade de proteger o comércio marítimo, principalmente com o Brasil, bem como a necessidade de guardar as costas metropolitanas contra atividades corsárias berberes e francesas e a proteção dos já reduzidos territórios no Oriente.

Estes esforços de remodelação se dão em um momento político pouco favorável para as instituições militares, obrigando assim à redução drástica das despesas da Armada Real portuguesa, aumentadas apenas nos momentos de crise e iminente conflito com potências estrangeiras. Em paralelo, se desenvolve através do final da década de 1770, a subida de D. Maria I ao trono, em 1777, culminando com o afastamento do marquês de Pombal frente ao comando político do Governo, onde observa-se casos de remodelação mas também de continuidade na estrutura política e social do país, sobretudo entre a primeira nobreza da corte.

Segundo recentes interpretações da Viradeira, o período mariano parece ter correspondido a um retorno a uma situação de equilíbrio tradicional de poder, mesmo que com a persistência de algumas linhas de força do reinado anterior. As secretarias de Estado continuaram a tomar as decisões políticas, como no período pombalino, e os chefes de algumas secretarias continuaram à frente de suas pastas por um largo número de anos, assim como também esteve Sebastião José de Carvalho e Melo. Dentre os ministros em exercício que permaneceram no cargo durante o reinado de D. Maria I, Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, e Aires de Sá e Melo, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra,

asseguraram a transição entre os reinados de D. José I e D. Maria I, conservando os fios condutores das políticas internas e externas da monarquia, com destaque para o trabalho de Martinho de Melo e Castro.

Ao final de Setecentos, a Coroa portuguesa junta-se à primeira coligação contra os franceses, frente à conjuntura política e militar revolucionária que modificara os equilíbrios na Europa e cujas ondas de choque propagaram-se a outros continentes. Neste contexto, a posição tomada pelos portugueses foi benéfica, por exemplo, na sua economia, crescendo consideravelmente durante este período.

Junto ao pensamento de neutralidade é implementado um programa reformista que visava o aprofundando da sua dimensão atlântica, num movimento que vinha já do período anterior, resultante de uma nova concepção de uma política colonial com especial ênfase no mundo luso-brasileiro, onde uma Marinha moderna e numerosa mostrava-se fundamental para proteger os interesses nacionais no mar e conter uma ameaça francesa pós-Revolução. Assim, a partir de 1793, iniciou-se um processo de modernização na Armada Real portuguesa sob os cuidados de Martinho de Melo e Castro, abrangendo as áreas de material, pessoal e infraestrutura, onde a criação da Brigada Real da Marinha, em agosto de 1797, se encontrava inserida.

Não passa ao largo da constituição da Brigada Real da Marinha – desde o seu Alvará de criação – um conjunto de princípios emergentes ligados aos corpos militares e, em particular, ao mundo naval como, por exemplo, o aprimoramento e profissionalização do seu contingente, fenómeno vivido em paralelo por outras potências navais da Europa e largamente analisado por autores como Norbert Elias e Nicholas A. M. Rodger. Esta investigação corrobora assim a ideia de que, para os agentes políticos, o desenvolvimento da profissionalização naval só poderia ser alcançado pelo constante treinamento de seus soldados e o aperfeiçoamento técnico e intelectual dos seus oficiais. Neste contexto, a Brigada Real da Marinha não era diferente. E reiteramos que desde o seu documento fundador, o Alvará com força de Lei de 28 de agosto de 1797, esteve presente a preocupação em apresentar diretrizes concretas para o fomento das capacidades de seus oficiais e soldados.

No mais, observamos que a principal fonte aqui analisada – transcrita na íntegra e apresentada no final desta dissertação como “Anexo I” –, foi, sem lugar para dúvidas, a máxima expressão desses esforços para uma melhor capacitação dos soldados recrutas da Brigada Real da Marinha; tornando-se também o documento base que guiou alguns planos e disposições posteriores principalmente para o treinamento de recrutas artilheiros para a Marinha de Portugal ao longo de todo o século XIX.

Este documento, *Instrucçoens para a Brigada Real da Marinha, principiando pêlla escólla do Soldado até á de Pelotão*, conta com grande detalhe a perspectiva portuguesa sobre novos e modernos usos e costumes da atividade fim, por exemplo, de um artilheiro naval à época da Marinha de Nelson. Ao longo do texto, o autor procurou apresentar um ensinamento reformulado e adequado à conjuntura militar-naval da passagem do Setecentos para o Oitocentos. Dedicado, por inteiro, ao tratamento dos primeiros conhecimentos da Infantaria de Marinha e Artilharia de Naval, este documento constitui, um dos mais completos tratados militares da história institucional da Brigada Real da Marinha. Porém, o documento também encerra fragilidades. Sente-se a ausência de

preceitos relativos ao combate da Infantaria de Marinha quando embarcada, atuando nas gáveas, conveses e castelos dos navios, como descreveu o capitão de navio Don José Maria Chacón, oficial da Armada Real espanhola, em seu tratado¹³⁵ pouco posterior e similar ao documento aqui analisado. É ainda de destacar as similitudes literárias que este documento partilha com as obras de Diogo do Couto, entretanto impressas.

Já as ações militares da Brigada Real da Marinha na América do Sul continuam, ainda hoje, por explorar e aprofundar a partir das pesquisas nos arquivos brasileiros. Buscaremos trabalhar o assunto no futuro próximo, prometendo ao leitor o esforço de lançar luz sobre o assunto que fica temporariamente sem atenção particular.

O nosso estudo, além de pretender aprofundar o conhecimento atual sobre a Armada Real portuguesa no fim do século XVIII e início do século XIX, também forneceu contributos significativos para o conhecimento mais específico da história institucional da Brigada Real da Marinha neste período. É possível perceber, através de sua trajetória, ser esta unidade militar um corpo de elite, contendo em seu histórico, desde 1621, a relevância da Infantaria de Marinha para proteção dos navios da Armada Real portuguesa, de sua costa e de territórios ultramarinos. É ainda possível descortinar a sua atuação como guarda real, até tornar-se um corpo vocacionado para guarnecer a artilharia das embarcações de guerra e atuar como infantaria de desembarque.

¹³⁵ CHACÓN, José Maria. *Instruccion militar para el navio de Su Majestad "Soberano". Dada por su comandante el capitan de navio de la Real Armada Don José Maria Chacón*. Habana: Oficina de D. José Bolona, Impresor de la Real Marina por S. M. – Ano de 1828.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I – Fontes

1 - Fontes manuscritas

ANTT – Arquivo Nacional – Torre do Tombo

LO – Coleção Leis e Ordenações

Alvará com força de Lei, pelo qual a Rainha criou uma Brigada Real da Marinha para guarnição das naus e embarcações de guerra.

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

BNPFG – Fundo Geral

Instrucçoens para a Brigada Real da Marinha, principiando pêlla escólla do Soldado até á de Pelotão.

BPE – Biblioteca Pública de Évora

Códice CIII-2. FARIA, Manuel Severim de. *Annaes de Portugal (anos de 1621 e 1622).*

AHM – Arquivo Histórico da Marinha (Portugal)

Índice 32 (Documentação avulsa até 1910)

- *Decreto de 13 de dezembro de 1800. Regularização das viagens de instrução de Guardas-Marinha.*

- *Alvará de 14 de setembro de 1807, que dá nova forma a Brigada Real da Marinha.*

2 - Fontes impressas

ALMEIDA, António Lopes da Costa. *Compendio theorico-pratico de Artilharia Naval. Extractado e redigido das obras dos mais celebres e modernos autores e acomodado para servir de compendio letivo da Academia Real dos Guardas-Marinha.* Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1829.

CHACÓN, José Maria. *Instruccion militar para el navio de Su Majestad “Soberano”. Dada por su comandante el capitan de navio de la Real Armada Don José Maria Chacón.* Habana: Oficina de D. José Bolona, Impresor de la Real Marina por S. M., 1828.

GUERREIRO, Bartolomeu. *Jornada dos vassallos da coroa de Portugal para recuperar a cidade de Salvador da Baía.* Lisboa: 1625.

GUZMÁN, Jaime Miguél de. *Máxima para la guerra, sacadas de las obras del excelentísimo sr. Marqués de la Mina, capitan general de los exércitos del rey: com un epitome de su vida.*, Tolosa: Pedro Robert impressor, 1776.

MAC INTYRE, John. *A military treatise on the discipline of the marines forces, when at sea: Together with short instructions for detachments sent to attack on shore. By John Mac Intire, lieutenant of marines*, Londres: T. Davies, in Russel street, Covent-Garden, 1763.

MELO, Dom Francisco Manuel de. *Epanáforas de vária história portuguesa*. Introdução e apêndice documental de Joel Serrão. Lisboa: 1977.

MOLYNEUX, Thomas More. *Conjunct expeditions: or expeditions that have been carried on jointly by the fleet and army, with commentary on a Littoral War*. Londres: R. and J. Dodsley in Pall-Mall, 1759.

NEVES, José Acúrcio das. *História geral da invasão dos franceses em Portugal e da restauração deste reino*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1810-1811, 5 vols.

II – Estudos

ALBUQUERQUE, Antônio Luiz Porto e. Operações combinadas e conjuntas e operações anfíbias. Uma apreciação histórica sobre a estrutura de comando. In: *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 2º Trimestre de 1997.

AMARAL, Manuel. Napoleão em guerra com Portugal. In: *A Transferência da Capital e Corte para o Brasil*. Lisboa: Tribuna da História, 2007, pp. 245-256.

_____. *A luta política em Portugal nos finais do Antigo Regime III – A aplicação da Reforma do Exército em 1803 (1805-1823)*. Lisboa: Tribuna da História, 2011.

ARAÚJO, Ana Cristina de. Portugal sob o fogo cruzado da Revolução. Das Invasões Francesas ao Vintismo. In: *Revista História*, Ano XXI, Nova Série, No 19 (Novembro de 1999), pp. 50-58.

ASTON, George G. *Letters on amphibious wars*. Londres, Murray, 1911.

BARBOSA, Ferreira. Para um conceito de Operações Anfíbias. In: *Anais do Clube Militar Naval*. Lisboa: Vol. CXVI, jul.-set. de 1986, pp. 419-426.

BARREIROS, José Baptista. *Preliminares da primeira invasão francesa em Portugal*. Braga: Delegação Bracarense da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1959.

BARTLETT, Merrill L. (Org.). *Assault from the sea: essays on the history of amphibious warfare*. Annapolis, Md.: Naval Institute Press, 1983.

BAUMER, Franklin L. *O pensamento europeu moderno*. Lisboa: Edições 70, 1990.

- BEBIANO, Rui. *A pena de Marte: escrita da guerra em Portugal e na Europa (séculos XVI-XVIII)*. Coimbra: Minerva Coimbra, 2000.
- BOTELHO, José Justino Teixeira. *Novos subsídios para a História da Artilharia portuguesa*. Lisboa: Publicações da Comissão de História Militar, 1944.
- BOXER, Charles. The Naval and Colonial Papers of Dom Antonio de Ataíde. In: *Harvard Library Bulletin*, vol 5, Winter 1951, n.º 1, 1961.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA DEFESA – EXÉRCITO BRASILEIRO. *Introdução à Estratégia*. Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado Maior do Exército – Curso de Preparação e Seleção (CP-ECEME), 2011.
- BRANDÃO, Fernando Manuel Castro. *A política externa portuguesa e a aliança defensiva de 1799 com a Rússia*. Lisboa: (s.n.), 1974.
- BRANDÃO, Raul. *El Rei Junot*. Lisboa: Arquimedes Livros, 2006. (Fac-simile da edição de 1912).
- BURNE, Alfred H. An Amphibious Campaign – North Holland, 1799. In: *Army Quarterly*, 39:1 (1939), pp. 103-123.
- CANAS, António José Duarte Costa e BRAGA, Helena Sofia. Tomada de Ceuta – uma operação anfíbia? In: *Anais do Clube Militar Naval*. Lisboa: Vol. CXXVIII, jan.-mar. 1998.
- CARDOSO, João Freire. CANECO, M. Leal. Escola de Artilharia Naval no seu bicentenário. In: *VIII Colóquio da Comissão Portuguesa de História Militar – Preparação e formação militar em Portugal*. Lisboa, 1997.
- CARDOSO, José Luís. *O pensamento econômico em Portugal nos finais do século XVIII (1780-1808)*. Lisboa: Editorial estampa, 1989.
- CASTEL-BRANCO, João Agnelo Vellez Caldeira. Nota sobre o ensino prático de Artilharia Naval. In: *Congresso pedagógico hispano-português-americano* (seção portuguesa). Lisboa: Imprensa Nacional, 1892.
- CERRO, Pablo Ortega del. La profesionalización de la oficialidad naval española, 1750-1800: aproximación a sus destellos desde las sombras. In: *Vegueta. Anuario de la Facultad de Geografía e Historia*. 16, 2016, p. 224.
- _____. Theory and praxis of the professionalisation of the Portuguese Navy: The Navy officer corps, 1750-1807. In: *The International Journal of Maritime History*. Vol. 32 (3). 2020, pp. 551-572.
- COELHO, Latino. *História política e militar de Portugal desde os fins do século XVIII até 1814*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1874-1891, 3 vols..
- COSTA, Fernando Dores. Capitalistas e Serviços: empréstimos, contratos e mercês no final do século XVIII. In: *Análise Social*, 116-117, quarta série, vol. XXVII (1992), pp. 441-460.

COSTA, Leonor Freire. Carpinteiros e calafates da Ribeira das Naus: um olhar sobre Lisboa de Quinhentos. In: *Penélope. Fazer e desfazer a História*. Lisboa: Número 13, ano 1994.

CRUZ, Miguel Dantas da. *Portugal perante o Sistema Internacional dos finais do século XVIII – 1792-1807*. Dissertação de Mestrado em História, Defesa e Relações Internacionais apresentada ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) e Academia Militar (AM), 2008.

CUTILEIRO, Alberto. *O uniforme militar na Armada – três séculos de História*. Lisboa: Amigos do livro Editores, Tomo I, 1983.

DUTRA, Francis A. The social and economic world of Portugal's elite seafarers, 1481-1600. *Mediterranean Studies*, XIV, 2005.

ELIAS, Norbert. *The Genesis of the Naval Profession*. Dublin: University College Dublin Press, 2007.

FORJAZ, Jorge Pamplona. *Os Colaço: uma família portuguesa em Tânger*. Lisboa: Guarda-Mor, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Editora Vozes, 28ª edição, 2004.

GARCÍA MARTÍN, Ana María. Introdução. In: Diogo do Couto, *O Soldado Prático*. Coimbra: Angelus Novus Editora, 2009.

GLETE, Jan. *Navies and Nations*, vol. I, Stockholm, Almqvist & Wiksell International, 1993.

_____. *Warfare at Sea, 1500-1650: Maritime conflicts and the transformation of Europe*, Londres, Routledge, 2002.

GOTTERI, Nicole. *Napoleão e Portugal*. Lisboa: Teorema, 2006.

GOYCOCHÊA, L. F. Castilhos. A Diplomacia de D. João VI em Caiena. In: BRASIL, MINISTÉRIO DA MARINHA – MARINHA DO BRASIL. *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, Vol. 2, Tomo II, 1979, Págs. 383-421.

HARDING, Richard. Sailors and gentlemen of parade: some professional and technical problems concerning the conduct of Combined Operations in the eighteenth century. *Historical Journal*, 32 (1989) 35-55.

HUNTINGTON, Samuel P. *O Soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora (BIBLIEX), 1996.

KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora (BIBLIEX) e Companhia das Letras (co-edição), 1996.

KRIEGER, Leonard. The Autonomy of Intellectual History. In: *The History of Ideas: Canon and Variations*. Rochester University Press, 1990.

LAINS, Pedro. Foi a perda do império um momento crucial do subdesenvolvimento português? In: *Penélope. Fazer e desfazer a História*, Lisboa, 1989.

LIGHT, Kenneth. A viagem marítima. In: *A Transferência da Capital e Corte para o Brasil*, coordenação de Kenneth Light. Lisboa: Tribuna da História, 2007.

MACEDO, Jorge Borges de. História Diplomática portuguesa: constantes e linhas de força. Lisboa: *Revista Nação e Defesa*, 1987.

_____. *O Bloqueio Continental: a economia e guerra peninsular*. Lisboa: Gradiva, 1990.

MATOS, Gastão de Melo. *Subsídios para a história dos corpos de infantaria de marinha em Portugal. Notícias do Terço da Armada Real*. Lisboa: Imprensa da Armada, 1932.

MATOS, Jorge Semedo de. *O Terço da Armada Real da Coroa de Portugal (1621). Novas informações sobre a sua criação e organização*. Lisboa: Academia de Marinha, 1999.

MONTEIRO, João Gouveia. Hastings (1066): a conquista de Inglaterra – um dia para mudar a Europa. In: *Grandes conflitos da história da Europa – de Alexandre Magno a Guilherme “o conquistador”*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Pombal e a aristocracia. In: *Camões. Revista de Letras e Culturas Lusófonas*. Lisboa: n.º 15-16, pp. 34-41.

NEWITT, Malyn. Portuguese amphibious warfare in the East in the sixteenth century (1500-1520). In: D. J. B. Trim e Mark Charles Fissel (Orgs.), *Amphibious Warfare 1000-1700. Commerce, state formation and European expansion*. Leiden: Brill, 2006.

O’CONNOR, R. G. The U.S. Marines in the 20th Century: Amphibious Warfare and Doctrinal Debates. In: *Military Affairs*, 38:3 (Oct. 1974).

ORDONEZ, Manuel Díaz. Presentación dossier. In: La logística anfibia: el poder naval del Império espanhol en el Mediterráneo durante el siglo XVIII. In: *Revista Universitaria de Historia Militar*. Cádiz: Centro de Estudios de Historia Militar. Volume 5, número 10, Ano 2016.

PEREIRA, Ângelo. *Dom João VI, príncipe e rei*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1953-1958.

PEREIRA, José António Rodrigues; CASTRO, Paulo. *Da Armada Real para a Marinha Imperial: as Unidades e Organismos que ficaram no Brasil e as que voltaram para Portugal*. Lisboa: Comissão Cultural da Marinha, 2018.

POLÓNIA, Amélia. *Vila do Conde. Um porto nortenho na Expansão Ultramarina Quinhentista*. Tese de Doutoramento em História, vol. II, Porto: Faculdade de Letras, 1999, vol. II.

RODRIGUES, José Damião. Um tempo de ruptura? (1750-1778). In: COSTA, João Paulo Oliveira e; RODRIGUES, José Damião; OLIVEIRA, Pedro Aires. *História da Expansão e do Império português*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014, pp. 264-295.

_____. Continuidades e projectos reformistas (1777-1807). In: COSTA, João Paulo Oliveira e; RODRIGUES, José Damião; OLIVEIRA, Pedro Aires. *História da Expansão e do Império português*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014, pp. 296-320.

_____. A Monarquia Luso-Brasileira (1808-1822). In: COSTA, João Paulo Oliveira e; RODRIGUES, José Damião; OLIVEIRA, Pedro Aires. *História da Expansão e do Império português*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014, pp. 321-339.

_____. Conflitos imperiais, geopolítica e fronteiras: um projeto português para as Guianas no período das revoluções. *Revista de História Moderna*. Anales de la Universidad de Alicante, n.º 36 (2018), pp. 295-322.

SALGADO, Augusto Alves. O Mundo Atlântico Militar no período Filipino. In: *Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime*. Lisboa: 2011.

SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar: compêndio de História Militar e Naval de Portugal desde as origens do Estado Portucalense até o fim da Dinastia de Bragança*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda (INCM), 2006.

SERRÃO, José Vicente. Sistema político e funcionamento institucional no Pombalismo. In: COSTA, Fernando Marques da; DOMINGUES, Francisco Contente; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. (Org.). *Do Antigo Regime ao Liberalismo – 1750-1850*. Lisboa: Vega, sem data.

SILVA, Jorge Manuel Moreira. *A Marinha de Guerra Portuguesa desde o regresso de D. João VI a Portugal e o início da Regeneração (1821-1851) – Adaptação a uma nova realidade*. Dissertação de Mestrado em História Marítima apresentada a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2009.

SORIANO, Luiz. *História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal compreendendo a história diplomática, militar e política deste reino desde 1777 até 1834*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1866-1890, 19 vols.

SOUSA, Alfredo Botelho de. Perda e restauração da Baía. In: *Anais do Clube Militar Naval*, vol. XLVII, 1916, pp. 554-590, 679-686, 711-731.

_____. Guerra contra os holandeses no Brasil. In: *Anais do Clube Militar Naval*, vol. XLVII, 1916, pp. 777-802; vol. XLVIII, 1917, pp. 15-34, 136-153, 250-262; vol. LX, 1929, n.º 5-6, pp. 63-29; n.º 9-10, pp. 77-105; n.º 11-12, pp. 51-80; vol. LXI, 1930, n.º 1-2, pp. 37-65.

SOUZA, Duarte Quirino Pacheco de. Algumas observações à obra do Conde de Lippe em Portugal. In: *VIII Colóquio da Comissão Portuguesa de História Militar – Preparação e formação militar em Portugal*. Lisboa: 1997, pp. 249-266.

SPELLER, Ian e TUCK, Christopher. *Amphibious Warfare. The Theory and practice of amphibious operations in the 20th century*. Kent: Spellmount Limited, 2001.

SYRETT, David. British amphibious operations during the Seven Years and American Wars. In: BARTLETT, Merrill L. (Org.). *Assault from the sea: essays on the History of Amphibious Warfare*. Annapolis: United States Naval Institute, 1983.

TEIXEIRA, Nuno Severiano. BARATA, Manuel Themudo (Coord.). *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003, 5 vols..

TRIM, David. J. B. e FISSEL, Mark Charles (Orgs.). *Amphibious Warfare 1000-1700. Commerce, State Formation and European Expansion*. Leiden-Boston: BRILL, 2011.

VAGTS, Alfred. *Landings operations: strategy, psychology, tactics, politics, from antiquity to 1945*. Washington: Military Service Publishing Company, 1946.

VENTURA, António. Portugal e a Revolução Francesa: da Guerra do Rosilhão à Guerra das Laranjas. In: *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003, vol. 3.

VICENTE, António Pedro. Portugal face à Revolução Francesa. In: *Portugal e os Conflitos Internacionais. Para uma história militar*. Lisboa: Chiado, Consultores de Informação, 1995.

WEHLING, Arno. A conquista de Caiena – 1809. Retaliação, expansão territorial ou fixação de fronteiras? In: *Revista Navigator*. Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM). vol. 6, n.º 11, 2010.

ANEXOS

Anexo I – Transcrição do documento

“Instruções para a Brigada Real da Marinha, principiando pela escola do Soldado até á de Pelotão”.

Livro I: *“Instruções para a Brigada Real da Marinha, principiando pela escola do Soldado até á de Pelotão”.*

N. 1

Todas as vezes que estas instruções forem separadas por um ? horizontal devem ser também separadas ao mandar: aquelas que estiverem antes da ? serão pronunciadas com toda clareza de modo que se entendam bem, demorando para isso algum tanto a vez na última vez ? que estiverem depois da mesma ? serão proferidas com tom firme, e portanto: desta última forma serão dadas todas as vozes que marcarem o momento de qualquer execução.

N. 2

O Oficial ou Oficial Inferior (a quem chamaremos de Instruidor) encarregado do ensino dos Recrutados depois de lhes ter ensinado e explicado qualquer movimento antes de que estes o executem lhes farão ver com um exemplo como eles devem praticar o que se lhes mandou por ser a imitação o meio mais breve de aprender taxará as lições conforme a capacidade de cada Soldado não passando em tempo algum os Soldados a matérias subsequentes sem estarem muito certos nas antecedentes.

Posição do Soldado

N.3

O Soldado deve ter os ? sobre a mesma linha e unidos quanto a estrutura do homem o permitir: os pés quase em ? igualmente virados para fora, os joelhos direitos entezar as pernas, as espraduas metidas para dentro, os ombros em uma posição natural sem que estejam repuxados para cima, os braços pendentes em uma curva como naturalmente caem ao corpo sem aperto ficando a palma da mão virada um pouco para fora: o dedo mínimo atrás unido a costura da pantalona. A cabeça direita sem affectação conservando-se livre nos seus movimentos e posta de maneira que olhe naturalmente e que alcance com a vista a distância de 15 a 20 passos e finalmente o corpo ? sobre os quadris sem que fiquem negligente nem constrangido o Soldado.

N.4

O Instruidor em tanto nesta postura lhe ensinará a voltar a cabeça para um outro lado, a direita e a esquerda, e para isto mandará “olhar a direita!”. O Soldado logo que se pronuncia “a direita”, que é o movimento da execução, volta a cabeça para a direita, com um movimento natural sem que as espadas se movam ficando com a cabeça voltada de forma que se possa ver os Soldados que estão à sua direita no mesmo alinhamento em que ele se ache, e a voz de “firme” tornará a pôr a cabeça na sua posição primeira, olhando em frente. Os movimentos de voltar a cabeça para a esquerda se farão de um modo inverso.

N.5

Quando o instruidor quiser depois fazer passar do estado de atenção ao de descanso mandará “descansar”, depois desta voz o soldado não é já obrigado a continuar nem a imobilidade nem a posição.

N.6

Quando o instruidor quiser restabelecer uma e outra coisa darás as vozes seguintes:

1^a “sentido”

2^a “pelotão”

A primeira voz o soldado ficará atento, a segunda tomará a outra vez a posição ? assim como a imobilidade.

Movimento à direita, à esquerda e meia volta à direita

N. 7

Os movimentos a direita e esquerda se executarão em um tempo: o Instruidor mandará:

1^a “pelo flanco direito ou esquerdo”

2^a “à direita ou à esquerda”

A segunda voz o soldado virará sobre o talão esquerdo levantando um pouco a ponta do pé esquerdo e aproximará ao mesmo tempo o talão direito ao lado do esquerdo e sobre a mesma linha.

N.8

A meia volta à direita se executará em dois tempos, o Instruidor mandará “meia volta à direita” a voz de meia volta o soldado deve fazer um oitavo a direita, levar o pé direito atrás, o enfranque do pé de frente e abre duas polegadas do talão esquerdo e pegar ao mesmo tempo na patrona pelo canto com a mão direita. A voz de “à direita” voltará sobre os dois talões levantando algum tanto os bicos dos pés, as pernas estendidas fará frente a retaguarda aproximará ao mesmo tempo o talão direito ao esquerdo e largará a patrona.

Quando o soldado tiver a sua arma, voltará com a mão esquerda ao primeiro tempo da meia volta à direita (como se explicará para o primeiro movimento de carregar) e a tornará

a estabelecer na posição de quem está de baixo das armas no mesmo instante em que aproximar o talão direito ao esquerdo.

Poiso ordinário direto e oblíquo

N.9

O comprimento do poiso ordinário será de dois pés a contar de um a outro talão, e a sua velocidade de setenta e seis por minuto.

N. 10

O Instruidor tendo feito ver ao soldado como se marcha, mandará:

1ª “em frente”

2ª “marcha”

A primeira voz o soldado descansará o peso do corpo sobre a perna direita e a segunda deitará vivamente mas sem balancear o pé esquerdo a diante a dois pés do direito, a perna estendida, o bico do pé um pouco inclinado para baixo e um quase nada voltado para fora, assim como o joelho levará ao mesmo tempo o peso do corpo para diante e a ? no chão sem bater o pé esquerdo estendido precisamente ? em que este ?, apoiando todo o peso do corpo sobre o pé que assenta no chão... conservando sempre a cabeça em posição direta.

N.11

Quando se quiser suspender a marcha se mandará:

1ª “pelotão”

2ª “alto”

A segunda voz que se dará no instante em que um ou outro pé indiferentemente assentar no chão o soldado chegará o pé que está atrás para o lado do outro sem bater.

N.12

Quando os soldados da Recruta tiverem adquirido o hábito de formar bem o passo direito, de os fazer igual em comprimento e velocidade o Instruidor lhe ensinará a marchar de passo oblíquo cuja velocidade será também de setenta e seis por minuto. E para assimilar e compreender o seu mecanismo, o decomporá de modo seguinte.

O soldado da recruta estando a pé firme o Instruidor lhe fará mover o pé direito obliquamente à direita para diante a coisa de vinte e quatro polegadas do esquerdo tendo o cuidado de o fazer voltar algum tanto o bico direito para dentro, afim de evitar que a perna esquerda se adiante. O soldado ficará nesta posição; a voz “dois” do Instruidor, o soldado da recruta levará o pé esquerdo pela mais curta linha a coisa de dezessete polegadas adiante do talão direito e ficará nesta posição: continuará a marchar deste modo as vozes “um”, “dois” parando a cada passo tendo maior cuidado em conservar as ? quadradas e a cabeça direita. O passo oblíquo a esquerda se executará sobre os mesmos princípios, o soldado romperá a marcha com o pé esquerdo.

Depois de algumas lições desta espécie, se fará marchar o soldado a passo obliquo à direita e à esquerda, sem o decompor, o que se executará do modo seguinte.

Estando o soldado em macha directo o passo ordinário, o Instruidor mandará:

1ª “obliquo à direita”

2ª “marcha”

A segunda voz que se dará no instante em que o pé esquerdo pousa no chão, o soldado começará o passo obliquo à direita, conformando o cuidado ?? relativamente à formatura, ao comprimento dos passos e a quadratura das ?, mas sem parar a cada passo e observando-se o das setenta e seis por minuto.

O passo obliquo à esquerda se executará sobre os mesmos princípios, o Instruidor dará a voz de “marcha” no instante em que o pé direito pousa no chão.

N. 13

Para tornar a marcha direta, o Instruidor mandará

1ª “em frente”

2ª “marcha”

A segunda voz que se dará no instante em que um ou outro pé assenta indiferentemente no chão o soldado tomará a marcha direta e o passo de dois pés

Marcar o passo

N.14

Quando se quiser que o soldado marque a cadencia da marcha no mesmo terreno, o Instruidor mandará

1ª “marcar o passo”

2ª “marcha”

A segunda voz que se dará no instante em que um dos pés vai pousar no chão o soldado fingirá o passo levantando alternativamente os pés e aproximando os talões um ao lado do outro sem avançar, marcando com este movimento a cadencia do passo.

N. 15

Para o soldado tornar ao passo ordinário, o Instruidor mandará

1ª “em frente”

2ª “marcha”

A segunda voz que se dará como ? se diz, o soldado avançará a marcha dos pés e assim continuará a marchar.

Mudar o passo

N.16

Para o soldado mudar o passo, o Instruidor mandará:

1ª “Mudar o passo”

2ª “marcha”

A segunda voz se dará no instante em que um dos pés vai pousar no chão, o soldado aproximará vivamente o pé que fica atrás, ao lado do pé, que ? no momento da voz da execução e partirá com este último.

N. 17

Logo que o Instruidor tenha 3 ou 4 soldados bem senhores da posição do corpo, de olhar à direita e à esquerda, voltando com a cabeça para qualquer destes lados, dos movimentos de voltar, de dar meia volta na formatura, do passo direto e oblíquo, de marcar passo, lhes ensinará a posição da arma ao ombro, de modo seguinte:

Posição de arma ao ombro

N. 18

O soldado da recruta estando postado como se disse no N.3, o Instruidor lhe fará levantar a mão esquerda sem dobrar o punho e não movendo senão o antebraço esquerdo, o Instruidor levantará então a arma perpendicularmente e a porá de modo seguinte. A arma na mão esquerda, o braço muito pouco curvo, o cotovelo para de traz, e unido ao corpo sem carregar, a palma da mão apertada contra a chapa do coice; a parte chata, e a exterior do mesmo, na primeira articulação dos dedos; a ponta do coice entre o primeiro e o segundo dedo; o polegar acima dos dois últimos dedos sobre o coice ficará mais ou menos encostado para traz, segundo a conformação do soldado, de modo que a arma vista de frente esteja sempre perpendicular, e que na marcha o movimento da coxa a não possa fazer levantar nem vacilar, a vareta na cava do ombro, o braço direito pendente naturalmente.

N. 19

Na posição de arma ao ombro, o Instruidor fará repetir muitas vezes os movimentos de voltar a cabeça à direita e esquerda; dar meia volta à direita, e depois passará ao manejo das armas, que será executado postando primeiro os soldados em uma fileira e metendo-os depois em filas a dois de fundo, com grande intervalo de fila a fila, enquanto não estiverem suficientemente exercitados. Depois unirá as filas em cada fileira, ficando as fileiras a quatro passos de distância uma da outra.

Manejo das armas

N. 20

Carregar em 12 tempos Carregar as armas

Um tempo e dois movimentos

Primeiro movimento

Fazer um oitavo à direita sobre o calcanhar esquerdo, por ao mesmo tempo o pé direito em ? detrás do talão esquerdo, o ? do pé encostado ao talão, e voltará a arma com a mão esquerda, ficando os feichos para fora. Segurar ao mesmo tempo a cava da espingarda com a mão direita; a arma ? e desencostada do ombro; deixar a mão esquerda debaixo do coice.

Segundo movimento

Deitar a arma com a mão direita sobre a mão esquerda, que virá ao mesmo tempo segurá-la na primeira braçadeira; o polegar estendido ao longo da madeira; o coice debaixo do antebraço direito; a cava da espingarda encostada ao corpo coisa de duas polegadas abaixo do peito direita; a boca da arma na altura do olho; o guarda mato um pouco para fora; o cotovelo esquerdo encostado ao lado, ao mesmo tempo que a arma cai na mão esquerda; o polegar da direita contra o fuzil; os outros quatro dedos fechados e o antebraço direito prolongado com o coice.

N. 21

Abrir as caçoletas

Um tempo e um movimento

Descobrir a caçoleta empurrando fortemente o fuzil com o polegar da mão direita, a esquerda segurando a arma; retirar logo atrás o cotovelo direito; levar a mão a patrona, passando-a por entre a coronha e o corpo e abrir a patrona.

N. 22

Tomar o cartucho

Um tempo e um movimento

Tomar o cartucho entre o polegar e os dois primeiros dedos, e levá-lo imediatamente aos dentes, passando a mão direita entre a coronha e o corpo.

N. 23

Romper o cartucho

Um tempo e um movimento

Romper o cartucho até chegar à pólvora, segurando-o até a abertura entre o polegar e os dois primeiros dedos; abaixá-lo logo, pondo-o perpendicularmente de frente da caçoleta; a ? da mão direita voltada para o corpo e o cotovelo direito encostado sobre a coronha.

N. 24

Escorvar as armas

Um tempo e um movimento

Abaixar a cabeça, fixar os olhos na caçoleta, enchê-la de pólvora e apertar o cartucho junto da abertura com o dedo polegar e o primeiro dedo; levantar a cabeça e levar a mão direita atrás do fuzil, encostando a ele os dois últimos dedos.

N. 25

Fechar as caçoletas

Um tempo e um movimento

Firmar a mão esquerda, fechar fortemente a caçoleta com os dois últimos dedos, conservando sempre o cartucho entre os dois primeiros e o polegar; agarrar imediatamente a cava da espingarda com os dois últimos dedos, e a palma da direita; o punho direito unido ao corpo; o cotovelo atrás e algum tanto separado do corpo.

N. 26

Passar as armas

Um tempo e dois movimento

Primeiro movimento

Lançar a arma ao longo da coxa esquerda carregando muito sobre a coronha e estendendo vivamente o braço direito sem abaixar o ombro; voltar ao mesmo tempo a vareta para o corpo; abrir a mão esquerda e deixar correr a arma nesta mão até a 2ª braçadeira apoiando o cão sobre o polegar da mão direita; andar à vanguarda, virando sobre o talão esquerdo e levar o pé direito adiante, ficando o talão contra o ? do pé esquerdo.

Segundo movimento

Largar então a espingarda da mão direita, descê-la ao longo do corpo e unida a ele levantar ao mesmo tempo a mão direita à altura de uma polegada de distância da boca da espingarda, pousar a coronha em terra, sem bater, a mão esquerda unida ao corpo abaixo do último botão da ?, a arma tocando na coxa esquerda, a boca do cano defronte do meio do corpo.

N. 27

Meter o cartucho

Um tempo e um movimento

Fixar os olhos sobre a boca da arma, voltar rapidamente as costas da mão direita para o corpo afim de entornar a pólvora no cano, levantando o cotovelo à altura do punho, sacudir o cartucho, metê-lo no cano e deixar a mão direita voltada, os dedos fechados sem os apertar.

N. 28

Tirar a vareta

Um tempo e dois movimentos

Abaixar vivamente o cotovelo direito e agarrar a vareta entre o polegar e o primeiro dedo dobrado, os outros fechados; tira-la rapidamente estendendo o braço com as unhas para cima; segura-la pelo meio entre o polegar e o primeiro dedo; a palma da mão para adiante e virá-la prontamente entre a baioneta e o rosto fechando os dedos; as varetas dos soldados da segunda fileira ? as ? direita do soldado que está imediatamente diante de cada um na sua fila, ? vareta direita e paralela a baioneta; o braço estendido; os olhos levantados; o calcadouro da vareta de frente da boca do cano sem entrar nele.

Segundo movimento

Mete o calcadouro da vareta no cano e ? até a mão.

N. 29

Calcar o cartucho

Estender todo o braço levantando a mão direita para agarrar a vareta com o polegar alongado, o primeiro dedo dobrado e os outros fechados; lançá-la com força dentro do cano duas vezes ? e segurá-la pela extremidade delgada entre o polegar e o primeiro dedo dobrado; os outros fechados; o cotovelo direito unido ao corpo.

N. 30

Meter a vareta

Um tempo e dois movimentos

Primeiro movimento

Como no primeiro movimento de “tirar a vareta” levar a extremidade delgada da vareta à entrada da braçadeira, sem introduzir nela.

Segundo movimento

Introduzir a extremidade delgada na braçadeira e fazer descer a vareta com o polegar; levantar vivamente a mão, pô-la e conservá-la algum tanto dobrada sobre o calcadouro.

N. 31

Ao ombro as armas

Um tempo e três movimentos

Primeiro movimento

Levantar a arma com a mão esquerda ao longo do corpo; a mão esquerda na altura do ombro; o cotovelo esquerdo unido ao corpo; o cano para fora; abaixar ao mesmo tempo a mão direita para agarrar a arma pela cava.

Segundo movimento

Levantar a arma com a mão direita; soltar então a mão esquerda, abaixa-la, e mete-la por baixo da coronha, aproximar ao mesmo tempo o talão direito ao lado do esquerdo; e sobre o mesmo alinhamento encostar a arma com a mão direita o ombro; a mão direita tocando a cava da arma sem apertar.

Terceiro movimento

Deixar cair vivamente a mão direita ao longo da coxa na posição ordinária.

N.32

Preparar as armas

Um tempo e três movimentos

Primeiro movimento

Na posição da primeira e segunda fileira estando abertas, voltar a arma com os fechos para fora com a mão esquerda, pegar-lhe com a mão direita pela cava como no primeiro movimento de carregar; conservar a frente para a vanguarda voltando somente o bico do pé esquerdo algum tanto para dentro.

Segundo movimento

Trazer a arma com a mão direita ao meio do corpo; pôr a mão esquerda o dedo mínimo junto à mola dos fechos, o polegar estendido ao longo da caixa na altura da ?; a contra chapa quase voltada para o corpo, a vareta para a frente do ?; levar ao mesmo tempo o polegar da mão direita à cabeça do cão; o primeiro dedo por baixo encontra o guarda-mato; os outros três dedos unidos ao primeiro.

Terceiro movimento.

Unir vivamente o cotovelo armando ? na cava da arma.

N. 33

Apontar

Um tempo e um movimento

Abaixar rapidamente a boca da espingarda, correr ? a mão esquerda até a braçadeira primeira; arrimar a coronha ao ombro direito; a boca do cano um pouco inclinada; os cotovelos baixo sem estarem unidos ao corpo; fechar o olho esquerdo, dirigir o olho direito ao longo do cano, abaixar a cabeça sobre a coronha para a pontar, meter o primeiro dedo sobre o gatilho, levando o pé direito a seis polegadas para trás do talão esquerdo e ficando em oitavo para a direita.

N. 34

Fogo

Um tempo e um movimento

Encostar com força o primeiro dedo sobre o gatilho sem abaixar mais a cabeça e ficar nesta posição.

N. 35

Ao ombro as armas

Um tempo e dois movimentos

Primeiro movimento

A voz “ao ombro” os soldados porão o cão em descanso, fecharão as caçoletas e pegarão na cava da espingarda.

Segundo movimento

A voz de “as armas” levarão as armas vivamente ao ombro, voltando a frente para a vanguarda e deixando cair a mão direita na sua posição.

N. 36

Apresentar as armas

Um tempo e dois movimento

Primeiro movimento

Do mesmo modo que o primeiro movimento de carregar, exceto que o soldado ficará com a frente para a vanguarda.

Segundo movimento

Acabar de voltar a arma com a mão direita, para a levar a prumo de frente do olho esquerdo a vareta para diante, o cão na altura do último botão da vestia, a mão direita empunhando a arma por baixo e contra o guarda mato, pegando-lhe ao mesmo tempo rapidamente com a mão esquerda, o dedo mínimo contra a mola do fuzil, o polegar estendido ao longo do cano de frente da caixa, o antebraço unido ao corpo sem constrangimento, e ficar com a frente para a vanguarda sem mover os pés.

N. 37

Ao ombro as armas

Um tempo e dois movimentos

Primeiro movimento

Voltar a arma com a mão direita, o cano para fora, levantá-la e pô-la contra o ombro esquerdo com a mão direita, descer a mão esquerda abaixo do coice ficando a direita livre sobre a cava.

Segundo movimento

Deixar cair vivamente a mão direita a sua posição.

N. 38

Descansar sobre as armas

Um tempo e dois movimento

Primeiro movimento

Descer a arma alongando vivamente o braço esquerdo, pegar-lhe ao mesmo tempo com a mão direita por cima e ao pé da primeira braçadeira largar a arma da mão esquerda levá-la vivamente de frente do ombro direito, a vareta para diante, o dedo mínimo de trás do

cano, o coice a três polegadas do chão, a mão direita encostada ao quadril, a arma a prumo, a mão esquerda sobre o lado.

Segundo movimento

Deixar escorregar a arma da mão, deixá-la cair sem bater, e tomar a posição que se vai a dizer.

Posição do soldado descansando sobre a arma

A mão baixa, o cano entre o polegar, e o primeiro dedo estendido ao longo da caixa, e os outros três dedos alongados e juntos, a boca do cano a quase duas polegadas do ombro direito, a vareta para diante, a ponta do coice ao lado e contra o bico do pé direito a arma a prumo.

Descanso

A esta voz, o soldado passará a mão direita estendida sobre a vareta e encostará a boca do cano ao ombro direito.

N. 39

Ao ombro as armas

Um tempo e dois movimentos

Primeiro movimento

Levantar vivamente a arma com a mão direita, levá-la contra o ombro esquerdo fazendo-a voltas, para que o cano fique para fora, meter ao mesmo a mão esquerda debaixo da coronha, e abaixar a mão direita até que o dedo mínimo toque o fuzil.

Segundo movimento

Deixar cair vivamente a mão direita até tomar a sua posição.

N. 40

Baioneta – apresentar

Um tempo e dois movimentos

Primeiro movimento

A mão esquerda vira a arma de modo que o cão se encoste contra o corpo, ficando o coice encostado a caixa da perna e a arma contra o ombro, pegando ao mesmo tempo rapidamente na cava da arma.

Segundo movimento

A mão direita levando a arma vai rapidamente unir-se ao quadril direito, ao mesmo tempo a esquerda unindo o cotovelo ao corpo, sustenta a arma, quando cai sobre ela, ficando um pouco adiante da primeira braçadeira, a ponta da baioneta ficará na altura dos olhos e os soldados se conservarão quadrados para a frente. Os soldados da segunda fileira terão o cuidado de não ofender os seus chefes de fila.

N.41

Ao ombro as armas

Um tempo e dois movimentos

Primeiro movimento

A mão direita leva a arma rapidamente ao lado esquerdo, ficando encostada ao ombro, assim como o coice à coxa da perna, segura com a mão esquerda.

Segundo movimento

A mão direita vai ligeiramente ao lado, na sua primeira posição.

N. 42

Cobrir as armas

Um tempo e dois movimentos

Primeiro movimento

Empunhar rapidamente a arma com a mão direita, o polegar sobre a chapa dos parafusos e o primeiro dedo contra o cão, destacar ao mesmo tempo a arma do ombro, o cano para fora, sem que a ponta do coice mude de lugar, pegar com a mão esquerda na primeira braçadeira, o polegar estendido sobre a vareta, a arma a prumo de frente do ombro; o cotovelo esquerdo unido a espingarda.

Segundo movimento

Voltar a arma, passá-la debaixo do braço esquerdo ficando a mão esquerda na primeira braçadeira, o polegar encostado sobre a vareta, para que esta não corra, o dedo mínimo apoiado ao quadril, a mão direita posta ao mesmo tempo na sua posição.

N. 43

Ao ombro as armas

Um tempo dois movimentos

Primeiro movimento

Levantar a arma com a mão esquerda, pegar com a direita na cava para apoiar contra à espada esquerda, pô-la rapidamente por baixo do coice da arma.

Segundo movimento

Deixar cair vivamente a mão direita na sua posição.

N. 44

Apresentar as armas

Um tempo e dois movimento

Executar como a Nota 36.

N. 45

Ao braço direito as armas

Um tempo e um movimento

Leva-se a arma para a espádua direita e no mesmo tempo a mão esquerda vai ao seu lugar ficando a arma sustentada pelos quatro dedos da mão direita por baixo do cão e o dedo polegar apoiado sobre o guarda mato.

N. 46

Apresentar as armas

Um tempo e um movimento

A mão esquerda vai buscar a arma por cima da bandoleira junto aos fechos levantando-a, a mão direita a acompanha pegando-lhe pela cava e a conduzem para a frente, ficando apresentada.

N. 47

Ao ombro as armas

Executa-se como a Nota 37.

N. 48

Descer as armas

Um tempo e dois movimento

Primeiro movimento

É como o primeiro de descansar sobre as armas.

Segundo movimento

Inclinar a boca da arma um pouco para frente, o coice para a retaguarda quase três polegadas levantada do terreno. A mão direita apoiada ao quadril conterà a arma, de maneira que as baionetas dos soldados da segunda fileira não ofendam os da primeira.

N. 49

Ao ombro as armas

Executa-se como a Nota 39, pondo a arma perpendicular a voz “ao ombro”.

N. 50

Descansar no braço as armas

Um tempo e três movimentos

Primeiro movimento

Pegar rapidamente na arma com a mão direita, quatro polegadas abaixo dos fechos, sem virar a arma, levantando-a alguma coisa.

Segundo movimento

Largar a coronha da mão esquerda, pôr o antebraço esquerdo sobre o peito contra o cã e a mão sobre o peito direito.

Terceiro movimento

Deixar cair vivamente a mão direita a tomar a sua posição.

N.51

Perfilar as armas

Um tempo e três movimento

Primeiro movimento

Levar rapidamente a mão direita à cava da arma.

Segundo movimento

Meter rapidamente a mão esquerda debaixo do coice.

Terceiro movimento

Deixar cair vivamente a mão direita na sua posição, abaixar ao mesmo tempo a arma com a mão esquerda na posição das armas ao ombro.

N. 52

Meia volta à direita

Primeiro tempo

A voz de “meia volta” o soldado deve fazer um oitavo à direita, levar o pé direito a trás, o ? do pé de frente e a três polegadas do talão esquerdo, pegar ao mesmo tempo na patrona pelo canto com a mão direita, virando a arma como no primeiro movimento de carregar.

Segundo tempo

A voz de “à direita” voltar sobre os talões, levando algum tanto os bicos dos pés, as pernas estendidas, fazer frente à retaguarda, aproximar ao mesmo tempo o talão direito ao esquerdo, largar a patrona e tornar a arma a sua primeira posição.

N. 53

Meia volta à direita

O mesmo que se explicou nos dois tempos anteriores

N 54

À direita

Um tempo

Deve-se entender o mesmo que para andar à esquerda.

N. 55

À esquerda

Um tempo

Virará sobre o talão esquerdo, levantando um pouco a ponta do pé esquerdo, aproximará ao mesmo tempo o talão direito ao lado esquerdo e sobre a mesma linha.

N. 56

À esquerda

Um tempo

Executa-se como na N.7.

N.57

À direita

Um tempo

Executa-se como na N.7.

N. 58

Descansar sobre as armas

Um tempo e dois movimentos

Executa-se como na N.38

N.59

Desarmar as baionetas

Um tempo e dois movimentos

Primeiro movimento

Andar à direita suspendendo a arma e deixando-a cair entre os bicos dos pés, a mão esquerda pega por cima do zarelho superior da bandoleira na arma.

Segundo movimento

A mão direita largando a arma tira a baioneta, pegando-lhe pelo cabo e a mão esquerda arrima a arma ao ? dobrado direito e vai pegar na bainha, para com a mão direita meter a baioneta, vindo rapidamente a mão esquerda por a arma a prumo e estendendo o braço direito pega na arma e a suspende, virando-se para a vanguarda, ficando na posição de descansar sobre as armas.

N. 60

Ao ombro as armas

Um tempo e dois movimentos

Executa-se como na N.37.

N. 61

Apresentar as armas

Um tempo e dois movimentos

Executa-se como na N.36.

N.62

Em funeral as armas

Um tempo e três movimentos

Primeiro movimento

A mão direita sem separação alguma pega na cava da arma junto aos fechos e a puxa para cima, passando a coronha pelo lado direito entre o braço e o corpo, até a por quase a prumo, servindo a mão esquerda de descanso.

Segundo movimento

A mão direita sustenta a arma e a une ao ombro esquerdo, o braço esquerdo se poe pela parte de fora do cano e a sustenta no sangradouro pelo cão, ficando a palma da mão para cima do peito direito e por baixo a correia da patrona.

Terceiro movimento

A mão direita larga a arma e passa vivamente ao seu lugar.

N. 63

Apresentar as armas

Um tempo e um movimento

A mão direita pega na cava da arma e ao mesmo tempo se estende o braço esquerdo pegando na arma por cima da bandoleira virando-a pelo mesmo lado indicado na N. precedente, escorregando ao mesmo tempo a mão esquerda até encontrar a parte superior dos fechos, ficando apresentada.

N. 64

Ao ombro as armas

Um tempo e dois movimentos

Executa-se como na N. 37.

N. 65

Descansar sobre as armas

Um tempo e dois movimentos

Executa-se como na N.38

N. 66

Baioneta nas armas

Um tempo e um movimento

Deixando cair a arma entre as pontas dos pés encosta-se o sangradouro do braço direito, pega-se com a mão esquerda na bainha e com a direita no cabo da baioneta, tira-se e pegando logo na arma com a mão esquerda mete-se a baioneta na boca da arma e imediatamente se pega na arma com a mão direita, ficando estendida a mão esquerda cai ao lado, suspende-se a arma, andando a esquerda e perfilando-se.

N. 67

Ao braço direito as armas

Um tempo e dois movimentos

Primeiro movimento

A mão direita levanta perpendicularmente e a esquerda a recebe pegando-lhe por cima da bandoleira e acima da mão esquerda, sustentando-a.

Segundo movimento

A mão direita toma a posição indicada na N. 45, indo a mão esquerda tomar o seu lugar.

N. 68

Tirar as barretinas

Um tempo e dois movimentos

Primeiro movimento

A mão esquerda vai pegar na aba da barretina.

Segundo movimento

Tira-a e a encosta a coxa da perna esquerda da parte de fora, de maneira que a chapa fique visível para a vanguarda.

N. 69

Joelho em terra

Um tempo e um movimento

O pé direito dá um passo à retaguarda, o esquerdo no mesmo tempo faz um pião no bico do pé e o calcanhar se tira da esquadria ajoelhando rapidamente de maneira que o coice da arma descansada no terreno fique tocando o joelho direito ficando a arma a prumo, a mão esquerda pendente com a barretina e as chapas para a vanguarda, o corpo direito sobre o joelho esquerdo paralelo à parte vertical da perna direita.

N. 70

Prostrar as armas

Um tempo e um movimento

Lança-se a arma sobre o braço esquerdo por cima do pulso com o cano virado para cima descansando-a sobre a coxa da perna esquerda e a mão do mesmo lado cobre os fechos com abarretina ficando as chapas para a vanguarda e a boca da arma inclinada para o lado esquerdo, o coice entre o braço direito e o corpo, conservando este sempre a prumo.

N. 71

Levantar as armas

Um tempo e um movimento

A mão direita puxa a arma para este lado no mesmo tempo o braço esquerdo levantada a boca, acompanha-a até se unir ao ombro e se retira rapidamente para o lado com a barretina, ficando a arma no braço direito na posição que determina a N.72.

N. 72

Levantar os corpos

Um tempo e um movimento

Levantar-se rapidamente o corpo unido o pé direito ao lado do esquerdo e fazendo este pião ? de pé para formar esquadria no mesmo alinhamento em que estavam antes de ajoelharem.

N. 73

Pôr as barretinas

Um tempo e um movimento

A mão esquerda põe a barretina na cabeça e torna ao seu lugar.

N. 74

Apresentar as armas

Um tempo e um movimento

Executa-se como a N.46.

N. 75

Ao ombro as armas

Um tempo e um movimento

Executa-se como a N.37.

N. 76

Abrir as caçoletas

Um tempo e um movimento

Fechando a mão direita com o dedo indicador velozmente faz força pela parte inferior do fuzil e abrindo a caçoleta rapidamente vai a mão ao seu lugar.

N. 77

Fechas as caçoletas

Um tempo e um movimento

Com a mão direita faz força na parte superior do fuzil com os dedos indicador e máximo e fechando a caçoleta seguidamente vem a mão ao seu lugar.

N. 78

Descansar sobre as armas

Um tempo e dois movimento

Executa-se como a N.38 do manejo.

N. 79

Vareta nas armas

Um tempo e três movimentos

Primeiro movimento

Anda-se à direita e suspendendo um pouco a arma se deixa cair entre os pés os fechos para a vanguarda, a mão esquerda naturalmente estendida e pega na arma por cima da bandoleira.

Segundo movimento

A mão direita tira a vareta e a mete na espingarda, pegando-lhe no extremo com os três dedos, polegar, indicador e máximo, ficando pronto para bater na culatra.

Terceiro movimento

Bater duas pancadas com a vareta, tirá-la e pô-la horizontal na boca da espingarda como também o braço e a cabeça da vareta para a esquerda a um palmo distante da boca da arma. Logo que se faz a revista do imediato do lado, aquele a quem se acabou de passar a revista, mete a vareta na caixa, suspende a arma e vira-se para a vanguarda, ficando na posição da N. 38 do manejo.

N. 80

Enterra as armas

Um tempo e dois movimentos

Primeiro movimento

Voltar a arma com a mão direita, ficando os fechos para trás, tomando ao mesmo tempo o canto da patrona com a mão esquerda, curvar rapidamente o corpo, avançar o pé esquerdo, o tão defronte da primeira braçadeira, por com a mão direita a arma no chão adiante de si, o coice ficando sempre na altura do bico do pé direito, a perna algum tanto dobrada, o talão direito levantado.

Segundo movimento

Levanta-se, por o pé esquerdo ao lado do direito, largar a patrona e deixar cair ambas as mãos na sua posição.

N. 81

Patronas à vanguarda

Um tempo e um movimento

A mão direita pega no canto da patrona e a esquerda na correia com o dedo polegar e indicador na altura do peito, concorrem ao mesmo tempo para a patrona vir à frente conduzindo-a a mão direita e a esquerda, recorrendo a correia até chegar a patrona à frente, desafivela-a e abre: passada a revista as munições e que se passe o imediato do lado, afivela-se a patrona e puxa-se para a retaguarda.

N. 82

Tirar a espada

Um tempo e dois movimentos

Primeiro tempo

A mão esquerda pegando na espada por baixo da pala do boldrié, inclina a guarnição para adiante a mão direita e pega no punho da espada.

Segundo tempo

Tira-se a espada e leva-se com a ponta para cima ficando na altura que der o antebraço, unido o cotovelo ao lado, a espada em frente ao olho direito, a mão afastada do peito seis ou oito polegadas, neste mesmo movimento se deixa cair naturalmente o braço esquerdo.

N. 83

Embainhar a espada

Um tempo e dois movimentos

Primeiro movimento

A mão esquerda pega na bainha por baixo da pala do boldrié e a inclina um pouco para adiante, a mão direita vira a espada e encaminha a ponta até a embocadura da bainha, fazendo-se um pequeno movimento da cabeça para o lado esquerdo a fim de melhor ? a embocadura.

Segundo movimento

A mão direita carrega no punho da espada até que fique embainhada, a esquerda leva ao seu lugar e largando-a os braços caem naturalmente unidos ao corpo na primeira posição do soldado.

N. 84

Levantar as armas

Um tempo e dois movimentos

Primeiro movimento

Como o primeiro movimento de “armas em terra”, N. 78 da inspeção das armas.

Segundo movimento

Levantar a arma, aproximar o pé esquerdo ao lado do direito e voltar logo a arma com a mão direita, a vareta para diante, largar ao mesmo tempo a patrona e deixar cair a mão esquerda na sua posição.

N. 85

Ao ombro as armas

Um tempo e dois movimento

Executa-se como a N. 37.

N. 86

Exercitado o soldado em todos os movimentos do manejo que deverá fazer a voz, como fica dito, se habituará a fazer seguidamente ao sinal de baliza e ao sinal de caixa o manejo compreendido desde o N.36 até o 35: este será sempre o que faça o Batalhão em parada, antes de começar os fogos, como se dirá. Para se fazer o seguinte manejo da arma seguido, se dará as vozes:

1ª: “Pelotão faz o manejo d’arma”.

2ª: “Sentido” ou “ao sinal da caixa”.

Quando a segunda voz for de “sentido” todos os soldados olham à direita para seguirem os movimentos que a baliza indicar, a qual será postada em um local bem descoberto e visível a todos.

Quando for o sinal de caixa, o tambor dará logo depois da voz uma pancada na caixa para cada tempo do manejo.

As pancadas serão distribuídas convenientemente e por intervalos iguais.

N. 87

Carga precipitada

Findo que seja o manejo das armas, se mandará fazer a carga precipitada, para o que se dará por advertência “carga precipitada” depois se darão as vozes seguintes.

1ª: “carregar”

2ª: “dois”

3ª: “três”

4ª: “quatro”

A primeira voz, cada soldado deita sua arma a escorvar, abre a caçoleta, tira o cartucho, rompe-o e escorva.

A segunda fecha a caçoleta, passa a arma ao lado esquerdo, sacode o cartucho dentro da arma e bota-o dentro.

A terceira tira a vareta, faz descê-la pela espingarda e bate o cartucho com duas pancadas

A quarta mete a vareta no seu lugar e põe a arma ao ombro.

Como o exercício de carga precipitada seja para adestrar e habituar o soldado a executar rapidamente e com perfeição todos os movimentos que se lhe ensinam para carregar em doze tempos, deverá esta quando não se carregar com pólvora efetivamente, repetir-se muitas vezes com fileiras abertas, porque deste modo se pode melhor vigiar se o soldado executa com perfeição todos os movimento.

Notas: no segundo tempo não deve o soldado tirar a vareta porque apressando-se para o fazer pode deixar de sacudir bem o cartucho dentro da arma. Não deve o soldado no terceiro tempo tirar a vareta do cano da espingarda, porque poderá não calcar bem o cartucho, se houver de fazer outro movimento depois deste no terceiro tempo.

N. 88

Carga à vontade

Para se executar a carga à vontade, o Instruidor mandará:

“Carregar”

Se o soldado está com a arma ao ombro, dada a voz de “carregar” faz sucessivamente todos os movimentos desde a N. 20 até 31 para carregar em doze tempos ou sem interrupção os quatro tempos da carga precipitada. E se a arma está apontada por ter acabado de dar fogo, põe na posição de escorvar e continua semelhantemente até a pôr ao ombro.

N. 89

Fogos

Os fogos são diretos ou oblíquos e se executarão do modo que se vai explicar.

N. 90

Fogos diretos

O Instruidor dirá primeiro por advertência “fogo por pelotão” e seguirá:

1ª: “pelotão”

2ª: “preparar”

3ª: “apontar”

4ª: “fogo”

5ª: “carregar”

A voz de “preparar” se executarão em um só tempo os três movimentos indicados na N. 32.

A voz de “apontar” a primeira fileira passa o pé direito à retaguarda do esquerdo, ficando o calcanhar esquerdo distante do ? do pé direito seis polegadas. A segunda fileira levará ao mesmo tempo o pé direito ao lado direito pouco mais de seis polegadas, assentando-o algum tanto atrás do alinhamento.

A voz de “carregar” cada fileira topa posição, que fica ordenada no manejo das armas pondo sucessivamente a arma ao ombro logo que acabe de carregar, tomando a sua primeira posição.

Os soldados depois de darem fogo conservarão a sua arma na mesma posição até a voz de “carregar” porque no lugar desta voz se lhe der a de “ao ombro as armas” executarão os movimentos quem ficam ordenados na N. 35 e a segunda ficarão na posição ordenada na N. 40.

Tudo que aqui se acaba de advertir serve para todos os fogos, à exceção do fogo à vontade, como a diante se dirá.

N. 91

Fogos oblíquos

Os fogos oblíquos se executarão à direita e à esquerda pelas mesmas vozes que os fogos diretos, com esta diferença que a voz de “pelotão” será cada vez precedida da advertência “obliquo à direita ou à esquerda” sendo o fogo obliquo à direita a voz “preparar” a primeira e a segunda fileira fazem um oitavo à direita unindo logo o calcanhar direito ao esquerdo. A voz de “apontar” os pés direitos dos soldados de uma e outra fileira toma a posição que fica ordenada para a primeira fileira, quando esta voz se dá para fogo direto, dirigindo cada soldado da segunda fileira a sua arma pela direita do seu chefe de fila.

A voz de “carregar” executa-se o que fica dito na N. 86.

No fogo obliquo à esquerda, a segunda fileira aponta pela esquerda do seu chefe de fila e todos os soldados em ambas as fileiras conservam os pés na sua posição.

N. 92

Fogo por filas à vontade

Para fogo por fila à vontade se darão as vozes seguintes:

1ª: “fogo à vontade”

2ª: “fogo”

A segunda voz, todas as filas de cada pelotão dão fogo sucessivamente da direita para a esquerda e continua o fogo atirando cada soldado, logo que acaba de carregar sem dependência de qualquer outro. Este é o único fogo que o soldado carrega independentemente de alguma voz.

N. 93

Quando se mandar parar o fogo, qualquer que seja, se mandará tocar um rufo, ou o Instruidor dirá “rufo” a este sinal cessará o fogo e os soldados põe a sua arma ao ombro, logo que acabam de carregar.

N. 94

Exercitado os soldados no manejo das armas, nos fogos, e em todos os movimentos que ficam referidos, Instruidor os porá em um fileira, tocando-se apenas os cotovelos, e dará depois as seguintes vozes:

1ª: “pelotão em frente”

2ª: “guia à esquerda”

3ª: “marcha”

A voz de marcha, a fileira romperá vivamente com o pé esquerdo.

O Instruidor mandará marchar um homem bem ensinado, posto à direita ou a esquerda da fileira, segundo o lado aonde for assinalado o guia, e ordenará a este soldado que marche exatamente sobre as pegadas do que o precede, conservando sempre a distância de dois passos.

O Instruidor fará observar as regras seguintes:

Unir-se levemente ao cotovelo do seu vizinho ao lado do guia.

Não abrir o cotovelo esquerdo nem o braço direito.

Ceder à pressão que vem do lado do guia e resistir a que vem do lado oposto.

Conservar sempre a cabeça direita e os olhos fixos no chão a doze ou quinze passos de distância adiante de qualquer lado que o guia seja indicado.

Se um soldado perceber que está muito adiantado ou atrasado, buscar pouco a pouco o seu lugar, alongando ou encurtando o passo de um modo quase invisível.

Enfim o Instruidor trabalhará por fazer compreender aos soldados de recruta que o alinhamento não se pode conservar marchando senão pela regularidade do passo e pelo contato dos cotovelos.

N. 95

O Instruidor os exercitará depois em marchar obliquamente à direita com guia à esquerda e em marcha oblíqua à esquerda com guia à direita.

N. 96

Na marcha oblíqua, como na marcha direta, o contato dos cotovelos deve sempre tomar-se do lado do guia, por consequência cada soldado deve tocar levemente no cotovelo do seu vizinho deste lado.

N. 97

Estando a fileira com a marcha a passo ordinário e querendo que mude para o passo dobrado, o Instruidor mandará:

1ª: “passo dobrado”

2ª: “marcha”

A voz de marcha que será dada ao assentar um ou outro pé, a fileira tomará o passo dobrado: o comprimento deste passo será o mesmo que o do passo ordinário, mas a sua velocidade será de cem por minuto.

Nota: a este passo chamaremos (passo dobrado) posto que a sua velocidade não seja dupla do passo ordinário, servindo esta expressão ainda que imprópria, para que o soldado entenda que deve apressar a marcha quando lhes determinar.

N. 98

A marcha sobre o passo dobrado se executará sobre os mesmo princípios que a passo ordinário. O Instruidor cuidará de regular bem a cadencia, assim como a regularidade deste passo, habituando o soldado a conservar sempre o prumo do corpo e evitando que ele se abandone nesta marcha. O Instruidor fará algumas vezes marchar e mudar de passo nesta marcha pelos mesmos princípios que ficam estabelecidos para o passo ordinário.

O passo obliquo nunca será dobrado.

N. 99

Marcando o passo dobrado e querendo mudar para o passo ordinário, mandará:

1ª: “passo ordinário”

2ª: “marcha”

A voz de marcha que será dada indistintamente ao assentar qualquer um dos pés a fileira tomará o passo ordinário.

N. 100

Para mandar parar marchando com o passo dobrado se usará das mesmas vozes estabelecidas para o passo ordinário, as quais serão executados semelhantemente.

N. 101

Estando a fileira a pé firme O instruidor lhe fará marchar a passo à retaguarda e para este fim mandará:

1ª: “a retaguarda”

2ª: “marcha”

A voz de marcha os soldados retirarão vivamente o pé esquerdo atrás e o assentarão a distância de um pé a contar de um a outro talão e assim sucessivamente.

N. 102

Para os soldados pararem usará das mesmas vozes estabelecidas para o passo ordinário em frente, advertindo porém que a voz de “alto” os soldados aproximarão o pé que está adiante do lado do outro: cada soldado terá o cuidado de não se encostar sobre o que lhe fica ao lado, e que o prumo e a posição do corpo, assim como cada arma se conservem como antes na marcha.

N. 103

Marcha de flanco

Para marcharem pelo flanco, estando os soldados perfilados como fica dito, se darão as seguintes vozes:

1ª: “pelo flanco direito ou esquerdo”

2ª: “à direita ou à esquerda”

3ª: “marcha”

A segunda voz voltarão à direita ou à esquerda conforme se tiver ordenado.

A voz de “marcha” partirão vivamente com o pé esquerdo a passo ordinário.

O Instruidor porá um homem bem instruído ao lado do primeiro soldado do flanco para onde a fileira deve fazer frente, para regular o seu passo e movimento, e recomendará ao soldado que está no flanco que marche sempre cotovelo a cotovelo com aquele que deve dirigir.

O passo desta marcha será executado pelos princípios estabelecidos para o passo em frente, a cada passo deve preceder o lugar do soldado que lhe fica na frente de quatro polegadas, por serem os intervalos de vinte polegadas e os passos de vinte e quatro.

Os soldados não devem dobrar os joelhos, o que ordinariamente acontece para fugirem de pisar ao talão do da frente, devendo o soldado ver somente a cabeça do homem da sua frente, de maneira que todas as dos outros que forem a diante lhe fique escondidas com esta.

N. 104

Indo estes soldados na marcha pelo flanco, se mandarão fazer quartos de conversão por filas sobre a direita e a esquerda, e para este efeito o Instruidor mandarás:

1ª: “quarto por fila à direita ou à esquerda”

2ª: “marcha”

A segunda voz o primeiro soldado da fila voltará à direita ou à esquerda e marchará depois direito em frente, principiando a esta mesma voz todos os soldados a marchar com o passo de vinte polegadas, o qual continuará até que a última fila tenha feito o quarto em cujo momento se deve mandar “regular o passo” e dá a voz “marcha” para reestabelecer o passo de vinte e quatro polegadas.

N 105

Se estando marchando pelo flanco direito se quiser que a marcha seja sobre a vanguarda, se darão as vozes:

1ª: “sobre a vanguarda”

2ª: “à esquerda”

A segunda voz sendo dada no momento em que o soldado assenta o pé direito, o soldado avança com o pé esquerdo para o lado que se mandou; e se for dada a voz no momento

em que assenta o pé esquerdo, o soldado unirá a este o direito, gastando em o unir o tempo do passo ordinário e logo avançará com o pé esquerdo para o lado que se mandou.

N. 106

Quando a marcha se fizer pelo flanco esquerdo, tudo se executará semelhante dando a segunda voz “à direita” em lugar de que se dá “à esquerda” devendo entender-se a respeito do pé direito o que se disse sobre o pé esquerdo no primeiro caso, e vice e versa.

N. 107

Marchando pelo flanco e querendo fazer frente sobre a retaguarda marchando sobre ela se observarão os mesmos princípios estabelecidos no N. 103. E se marchando sobre a vanguarda se quiser passar à marcha de flanco, se observará a mesma regra, dando-se para esse fim as vozes determinadas no N. 7.

N. 108.

Para fazer parar a fileira marchando pelo flanco e pô-la com cara para frente, se mandará:

1^a: “pelotão”

2^a: “alto”

3^a: “sobre a vanguarda”

4^a: “à esquerda ou à direita”

A segunda voz toda a fileira fará alto e nenhum soldado se moverá mais, ainda quando não esteja exatamente em seu lugar.

A quarta voz cada soldado torna a pôr-se com a cara para frente.

N. 109

A marcha dobrada sobre o flanco se executará debaixo dos mesmos princípios estabelecidos para esta marcha sobre a vanguarda.

Alinhamentos

N. 110.

O Instruidor exercitará primeiro o soldado da Recruta em se perfilarem homem a homem, a fim de lhes fazer melhor compreender os princípios do alinhamento.

Para este efeito mandará marchar dois passos à frente os dois primeiros soldados do lado direito e tendo-os perfilados advertirá sucessivamente a cada soldado que se ponha sobre o alinhamento dos dois primeiros: cada soldado à cada advertência que lhes fizer o Instruidor de se perfilar, voltará a cabeça e os olhos à direita na posição ordenada no N. 4, marchará na cadencia do passo ordinário dois passos a diante encurtando o último atrás do alinhamento novo, que nunca deve exceder. Depois, por meio de pequenos passos sem que o corpo balance, se irá colocar ao lado do homem a que deve encostar de modo que a linha de seus olhos e a dos ombros se achem na direção da do soldado da sua direita, tendo um leve contato do cotovelo deste, sem que o seu se abra.

N. 111

O alinhamento à esquerda se fará semelhante.

N. 112

Quando se quiser que toda a fileira se profile ao mesmo tempo , se darão as vozes seguintes:

1ª: “pela direita ou esquerda”

2ª: “perfilar”

A esta segunda voz toda a fileira a exceção dos homens postados antecipadamente para servirem de pontos no alinhamento irá a passo ordinário pôr-se sobre a nova linha, conforme os princípios assim ordenados no N. 108.

N. 113

Logo que se der a voz de “firme” os soldados porão a cabeça e os olhos na posição direta e ficarão imóveis. Se neste caso algumas filas não estiverem no seu lugar mandará que tal ou tais filas entrem ou saiam conforme for necessário nomeando-as pelo número que lhes competir, direita para esquerda, o qual o Instruidor lhes terá dado a conhecer antecipadamente.

As filas que forem nomeadas para se perfilarem olharão logo para o lado pelo qual se ordena que se perfilarem e assim que estiverem no seu competente lugar voltarão a cara para frente, ficando na primeira posição.

N. 114

Os alinhamentos à retaguarda se ? dos mesmos princípios: pôr-se-ão os soldados um pouco atrás da linha e buscarão a dita depois por meio de pequenos movimentos para diante, conforme o que se ordena no N. 108, para o que o Instruidor mandará:

1ª: “sobre a retaguarda à direita ou à esquerda”

2ª: “perfilar”

N. 115

Logo que o Instruidor der a voz de “firme” os soldados ficarão imóveis, voltando a cara para a frente.

Conversões

N. 116

Estando os soldados em uma fileira a pé firme e querendo o Instruidor que eles façam conversão sobre a direita, porá um soldado bem exercitado no lado esquerdo e mandará:

1ª: “conversão à direita”

2ª: “marcha”

A segunda voz todo o pelotão rompe a marcha e o soldado da esquerda marchará sempre com o passo de dois pés e na cadencia do passo ordinário, e o soldado da direita que deve servir de pião na conversão nunca levantará o calcanhar exterior, levantando só a ponta do pé para marcar os passos, deixando-se guiar pelo impulso da fileira. Os soldados diminuirão o passo gradualmente da esquerda até o pião, que não muda de lugar, conservando sempre o contato dos cotovelos, sem que para isto tirem os braços da posição que devem ter na forma, voltando um pouco a cabeça para o lado esquerdo, com os olhos fixos na linha dos olhos dos soldados que lhes ficam para o lado, conservando as espaldas quadradas para a sua frente e deixando-se cada soldado pelo impulso do que lhe ficar do lado oposto aquele sobre que se faz a conversão.

N. 117

Para fazer a conversão o Instruidor mandará:

1ª: “pelotão”

2ª: “alto”

A segunda voz os soldados unirão o pé que estava na retaguarda ao outro e ficarão imóveis. Esta voz pode ser dada em qualquer momento, seja qual for o arco que tenha descrito a conversão.

Pelos meios inversos se farão as conversões à esquerda.

N. 118

Querendo-se fazer a conversão marchando a fileira, se usará das mesmas vozes estabelecidas no N. 114.

A primeira voz se dará dois passos antes de chegar ao ponto em que se deve principiar a conversão.

A segunda voz se a conversão for sobre o lado oposto ao guia esta se executará do mesmo modo que a pé firme, exceto que os contatos dos cotovelos será da banda do guia em lugar de ser do lado do pião e que o soldado que está na posição em vez de voltar no mesmo lugar se conformará com o movimento do lado em marcha, sentindo levemente o cotovelo do seu vizinho e fazendo o passo de seis polegadas ganhando assim algum terreno de modo que descubra o ponto de conversão e que o meio da fileira se encurve alguma coisa para trás se a coluna marchar em meias distancias na conversão que fizerem os pelotões, divisões ou sessões sobre o lado oposto ao guia deverá o pião marchar com passo de doze polegadas.

N. 119

Acabada a conversão o Instruidor mandará:

1ª: “em frente”

2ª: “marcha”

A primeira voz será pronunciada dois passos antes de acabar a conversão.

A segunda voz que será no instante que ele acabar, toda a fileira tomará o passo de dois pés dirigindo-se para a frente, para onde virará a cara.

N. 120

Se a mudança de direção for sobre o lado do guia, o Instruidor mandará:

1ª: “conversão à direita ou à esquerda”

2ª: “marcha”

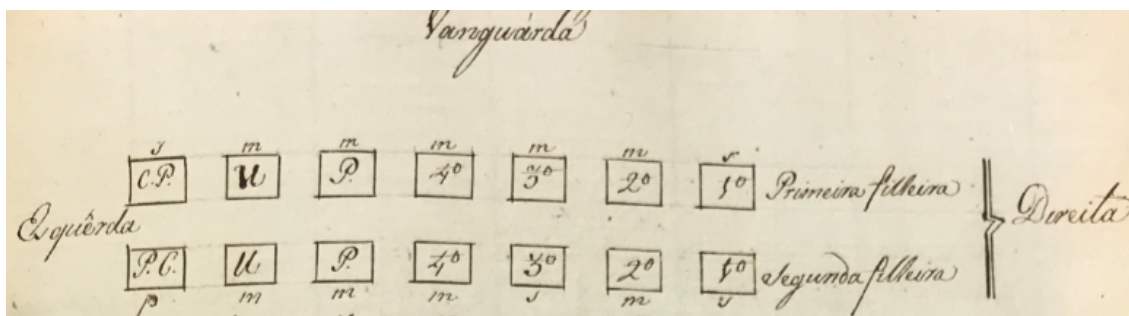
A primeira voz se dará dois passos adiantados, como fica dito.

A segunda voz que se pronuncia no instante em que a fileira deve fazer a conversão o guia voltará à direita ou à esquerda e se prolongará na nova direção sem atrasar nem apressar a cadencia e sem alongar nem diminuir a medida do passo. Todo o resto da fila se conformará prontamente mas sem correr com a nova direção do guia e para este efeito cada soldado avançará o ombro oposto ao guia tomará o passo dobrado para ganhar a nova direção, voltará a cabeça e os olhos para o lado do guia e tocará o cotovelo do seu vizinho na mesma banda, pondo-se sobre o alinhamento do guia de quem tomará o passo voltando sucessivamente cada soldado a cabeça e os olhos para a frente, quando chegar ao alinhamento do guia.

Fim.

Livro II: “Resumo do exercício de Artilharia da Marinha ensinado no Forte de Xabregas para uso dos Navios de Guerra no Ano de 1804”.

Primeira nomeação de postos que deve fazer o comandante



1os, 2os, 3os, 4os serventes, penúltimos, últimos, chefe de peça, porta cartucho. A primeira fileira, serventes da direita. A segunda fileira, serventes da esquerda. Manda-se trocar os lados a segunda fileira de cada guarnição e ficarão formados como se ve na guarnição primeira formatura em parada e deste modo se devem formar sempre que ouçam um grande rufo e o toque da chamada para o exercício, e quando tocar a rebate se formarão em rebate da mesma primeira guarnição e assim os mais: se o exercício é feito só com soldados e dita nomeação se faz por alturas e devem mudar-se os postos para o fim de saberem todos servir os diferentes lugares; se o exercício é feito com soldados e maruja se faz a mesma nomeação e não se mudam os postos, porque os serventes tem destinos particulares.

As vozes para trocar os lados são “segunda fileira de cada guarnição trocar os lados. À direita”. “Contramarcha à direita”. “Marcha”. “Alto”.

A nomeação dos postos a bordo com soldados e maruja é fixa e não se mudam os postos.

Os sete calibres que se usam na Marinha, são guarnecidos com uma das quatro guarnições

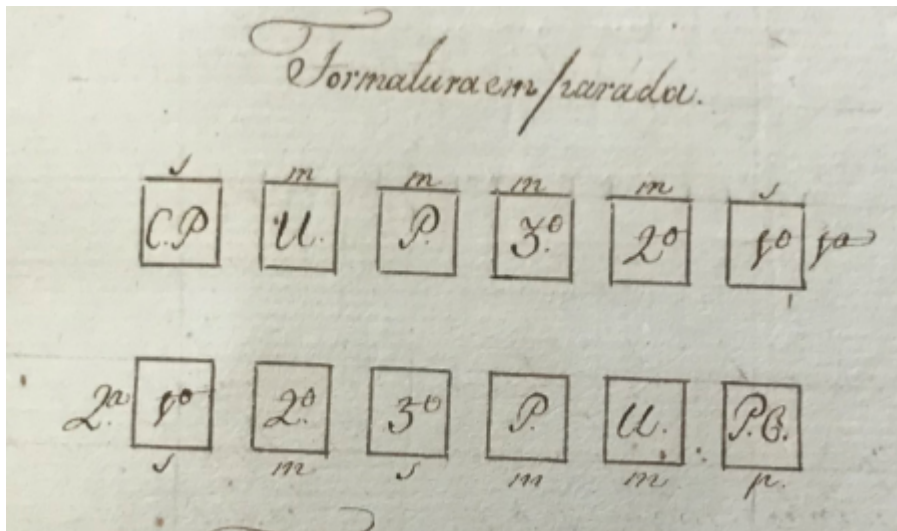
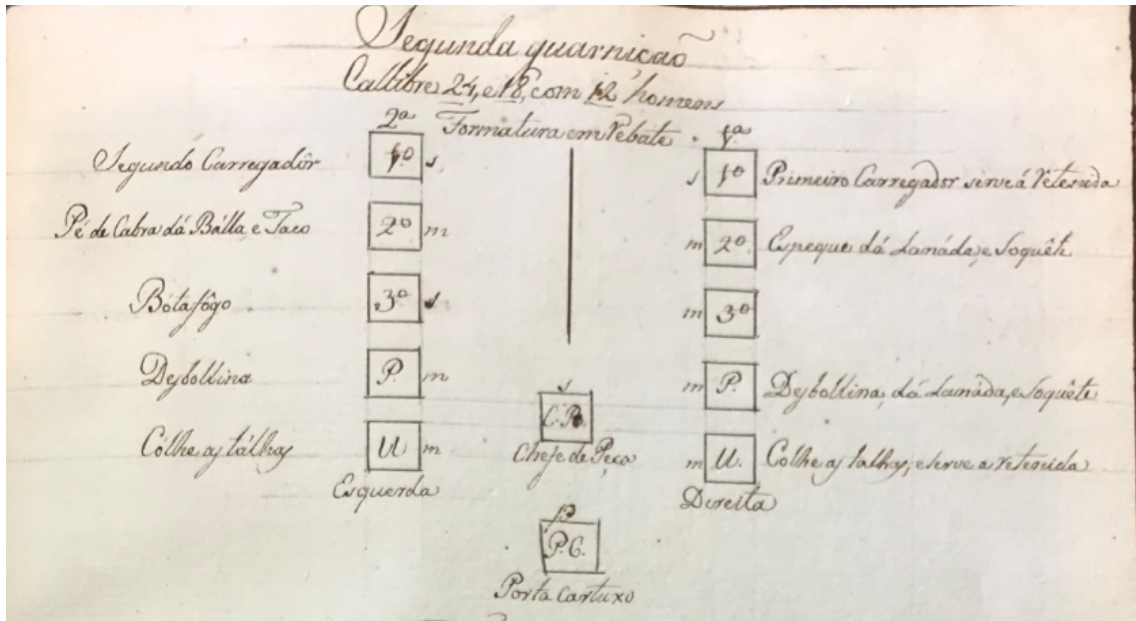
Guarnições	Calibres	N.º de homens
1ª	36	14
2ª	24, e 18	12
3ª	12, e 9	10
4ª	6, e 3	8

Distribuição dos 4 homẽs das ^{armas} 1.^{as}

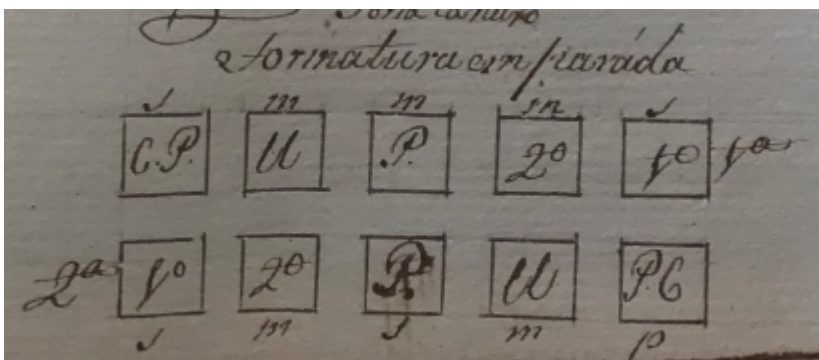
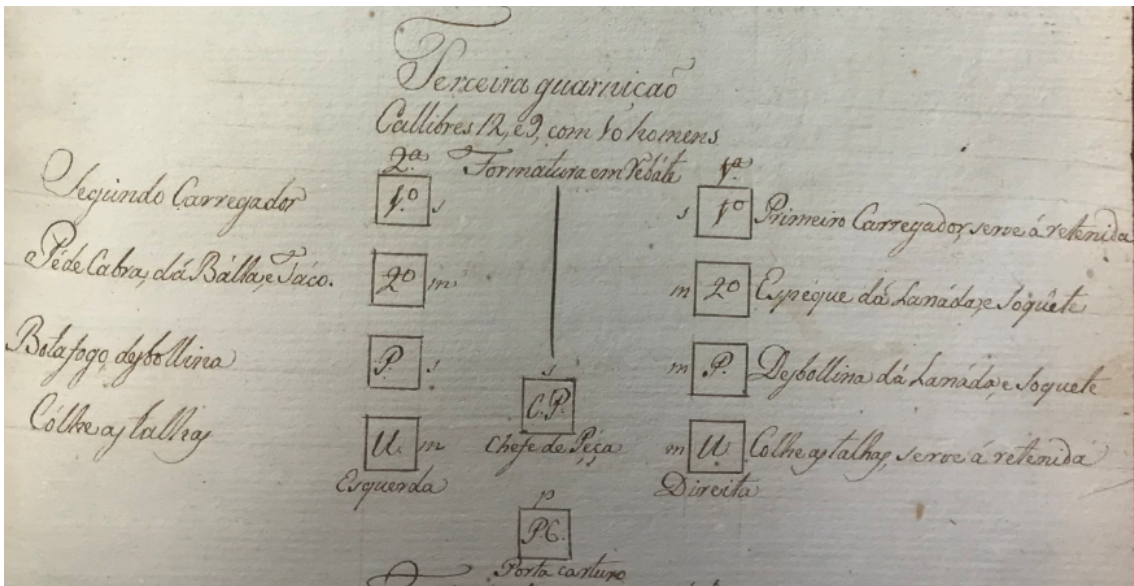
1. ^o da direita	}	4 Soldados
1. ^o da esquerda		
3. ^o da esquerda		
Chefe de peça	}	1 Page
Porta cartuxo		
Todo o maior ser-	}	9 Marujos
ventes são Marujos		
Somma - 4.		

A nomeação dos postos das quatro guarnições diferem no seguinte. Os calibres 24 e 18 não tem os quartos serventes. Os calibres 12 e 9 não tem os quartos nem os terceiros serventes. Os calibres 6 e 3 não tem os quartos, terceiros nem segundos serventes. Como se vê na 1^a, 2^a, 3^a e 4^a guarnição adiante figurados. Portanto as três nomeações só têm diferença na maruja.

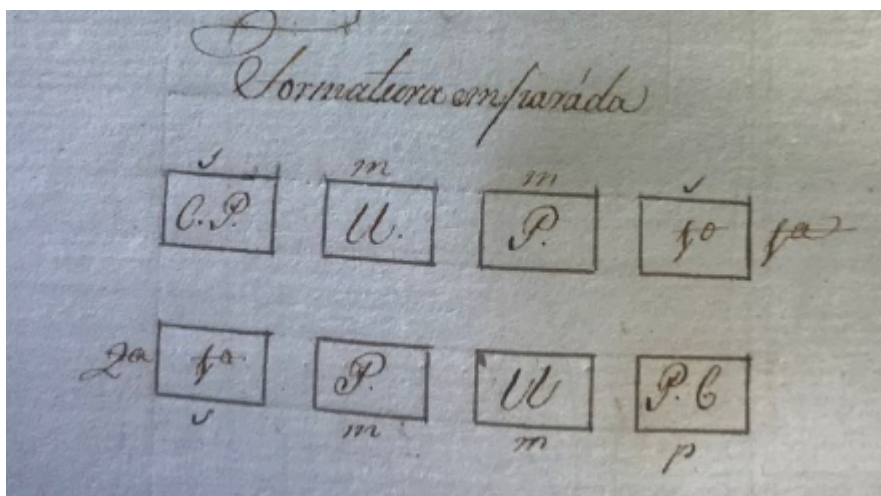
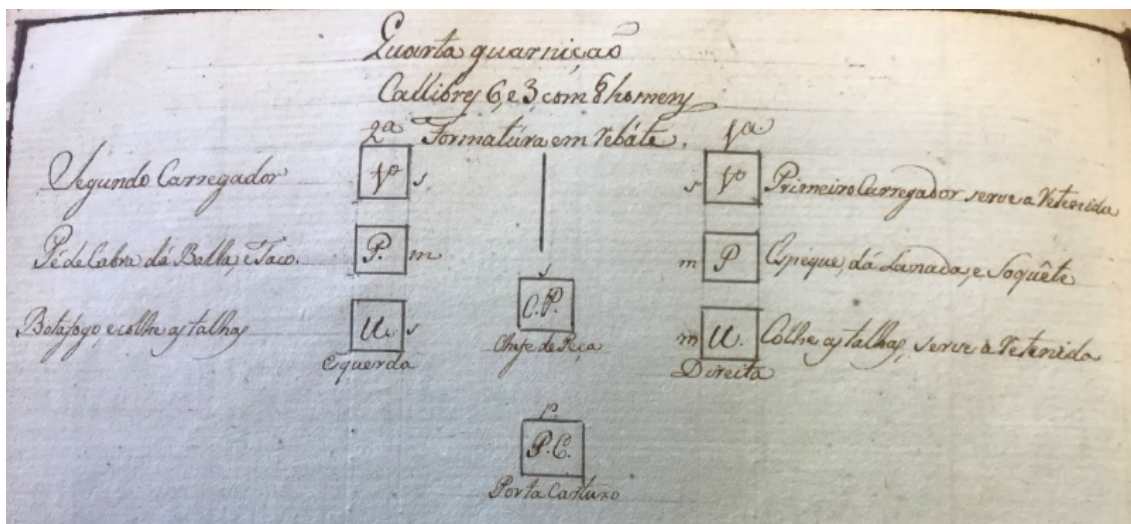
Segunda guarnição



Terceira guarnição



Quarta guarnição



Se o toque é para exercício em parada os serventes nomeados para as peças vão buscar os seus lugares na formatura em parada, e se é para combate buscam a formatura em rebate levando sempre os petrechos seguintes com que guarnecem a bateria. O primeiro da direita leva a lanada e soquete, o segundo da direita o espeque, o primeiro da esquerda leva o guarda murrão, o segundo da esquerda o pé de cabra, o terceiro da esquerda leva a trança e as tina dos murrões para que se acenda, o último da direita leva a retenida, o chefe de peça leva o polvarinho, caixa de espoleta, dedeira de couro e um molho de tacos, o porta cartucho leva o porta cartucho.

Nomeação particular que faz o chefe de peça para examinar se todos os serventes estão nos seus devidos lugares, por exemplo, para calibre 36:

1º, 2º, 3º, 4º, penúltimo, último, servente da direita, 1º, 2º, 3º, 4º, penúltimo, último servente da esquerda; porta cartucho; chefe de peça. 1º da direita carregador; 1º da esquerda segundo carregador; 2º da direita espeque; 2º da esquerda pé de cabra, da bala e taco; 3º da direita botafogo; 2º e penúltimo da direita dão lanada e soquete; os penúltimos desbolinam; os últimos colhem as talhas; 1º e último da direita servem a Retenida.

A bateria deve ser dividida em duas meias baterias, meio da direita e meio da esquerda. Divide-se mais as baterias em brigadas, 1ª, 2ª, e 3ª; e em 1ªs e 2ªs peças, principiando a nomeação da proa para a popa.

Toques de caixa para os sinais

Para o exercício em parada tocará um grande rufo; e a chamada para combate, toque de rebate. Para cessar o fogo e o exercício, um rufo. Para a nomeação dos postos, duas pancadas. Para desatracar a artilharia, duas pancadas dobradas. Para atracar em peito de morte, um rufo no fim das pancadas. Para atracar em meias voltas, duas pancadas dobradas. Para desguarnecer a bateria, marcha dobrada. Para principiar o fogo de combate, dois golpes de rebate. Para principiar o fogo à vontade, dois golpes de faxina. Para conteirar à direita, um rufo e uma pancada. Para conteirar à esquerda, um rufo e duas pancadas. Para ver reto, um rufo e três pancadas. A desarvorar, dois rufos e uma pancada. Ao convés do inimigo, tocará dois rufos e duas pancadas. A meter à pique, dois rufos e três pancadas. Para acudir a abordagem, a chamada alternada com rufos. Para o exercício de combate, rebate alternado com rufos.

Vozes do exercício de Artilharia de Marinha (e o que se executa em cada uma).

1ª

Sentido (o sinal é de caixa).

Todos devem estar em atenção e silêncio.

2ª

A seus postos (à direita e à esquerda).

3ª

Marcha.

Todos vão buscar os seus lugares, os da 1ª fileira o lado direito da peça; os da 2ª o lado esquerdo e voltando-se para ela olham todos para a amurada e perfilam-se. O chefe de peça e o porta cartucho que são os últimos das fileiras logo que chegam a perfilar-se de ombro a ombro estão em linha com a peça. O porta cartucho anda à direita e fica marchando no mesmo terreno. O chefe de peça anda à esquerda e marcha a postar-se palmo e meio afastado do olhal do suplemento e todos esperam a voz de “alto”.

4ª

O chefe de peça faz a nomeação dos postos

O chefe de peça dá um passo à retaguarda e todos os serventes olham para ele e depois de fazer a nomeação (particular) vai ao seu lugar e todos tornam a olhar para a amurada.

5ª

Desatracar a artilharia

1º. O primeiro carregador tira a tapa e retira-se. 2º. Os segundos serventes põe o pé de cabra e espeque no chão entre as fileiras e as rodas livre do trilhos delas. 3º. Os serventes intermédios (que são os 2ºs e 3ºs) desmordem os chicotes das talhas dos gatos da amurada e do cascavel da peça. 4º. Os mesmos segundos tiram os botões dos vergueiros e os guardam. 5º. Os penúltimos desbolinam as talhas e fazem os pandeiros e depois as passam aos primeiros que as põe no chão junto a amurada. 6º. Os últimos colhem as talhas e feito os pandeiros vão pôr a retenida pronta. 7º. O chefe de peça logo que se tira os botões do vergueiro puxa o seio dele e põe sobre a peça, depois da meia volta com a talha da direita e desamarra a pranchada e amarra a gaxeta dela.

6ª

Escorvar

O chefe de peça pega na pranchada e a põe sobre o primeiro reforço, com a mão direita pega no diamante e com a esquerda tira a cravelha e a guarda; depois tira o cartucho e reconhece-se na costa da mão esquerda e enfiando-se o anel do diamante no dedo mínimo da mão direita pega no polvarinho com a esquerda e o traz a frente abrindo a mola dele com o dedo polegar da mão direita, bota a pólvora no ouvido da peça e tendo-o cheio faz um rastilho até a faixa alta da culatra, larga o polvarinho e pegando na pranchada cobre a escorva, depois põe o diamante no seu lugar. Nota: também se escorva com espoletas.

7ª

Abaixar as pontarias

1º. O chefe de peça tira a meia volta da talha e com a mão esquerda lhe pega por cima do cascavel da peça e abaixando-se de traz da mesma curva a perna esquerda encosta o corpo sobre ela, ficando-lhe o cotovelo esquerdo pela parte de dentro da coxa da perna e estando a perna direita para o lado direito lhe ficará a mão desembaraçada para os sinais que deve fazer. 2º. Os primeiros serventes pegam nas talhas com ambas as mãos para segurarem a peça e darem folga quando se fizerem as pontarias. 3º. Os segundo serventes pegam no pé de cabra e espeque e vem descansar com eles nas mangas dos eixos traseiros, ficando

com as frentes para a ? e as mãos dos extremos com as palmas para cima e as outras com elas para baixo, olhando sempre para os sinais que o chefe de peça deve fazer. 4º. O que dá fogo anda a direita e vai buscar a trança e vem ao seu lugar ficando com a frente para a amurada e um pouco mais para a sua esquerda.

8ª

Apontar

1º. O chefe de peça fecha o olho esquerdo e com o direito faz a pontaria tirando o raio visual pelas pontas mais altas da faixa alta da culatra e da joia da peça indo encontrar o terceiro ponto que é o alvo e faz com a mão direita os sinais de adriçar e conteirar: adriçar para a elevação e conteirar para dar direção.

Nota: as pontarias são três, em consideração a sua elevação: por cima e por baixo do horizonte e horizontal. Em consideração da sua direção, são outras três: oblíqua à direita, oblíqua à esquerda e reta.

Dois navios em combate a 220 ou 200 braças de distância, sempre a mobilidade das águas abram igualmente em uma que a outra e como na flutuação as incidências são iguais, deve-se por esta razão em combate trazer as peças em direção horizontal e fazer-se as pontarias com os balanços; porém se por qualquer modo for preciso fazer as pontarias por baixo ou por cima do horizonte, se farão do modo dito.

9ª

Firmar as pontarias e dar fogo

1º. O chefe de peça faz o sinal com a mão direita para se retirarem os serventes. 2º. Os segundos serventes com o pé de cabra e espeque vão aos seus lugares, ficando com eles perfilados ao lado direito. 3º. Os primeiros serventes largam as talhas e perfilam-se. 4º. O que dá fogo assopra o murrão, anda à direita e curvando a perna direita fica pronto a dar fogo. 5º. O chefe de peça pega com a mão direita na gaixêta da pranchada, levanta-se e largando da mão esquerda as talhas, volta sobre a esquerda levando consigo a pranchada e dá a voz de “fogo”. 6º. O terceiro servente dá fogo.

Nota: é regra geral que logo após a peça fazer fogo, sem mais vozes o 3º servente leva a trança ao seu lugar, o último da direita engata a retenida e fica segurando nela pelo chicote, o porta cartucho dá um passo no mesmo alinhamento à esquerda, o chefe de peça põe a pranchada sobre o ouvido dela e abaixando-se pega na palmeta, os 2ºs serventes (pé de cabra e espeque) vem adriçar a peça junto com o 4º e o 3º servente e, pondo-a por cima do horizonte, logo vão aos seus lugares e esperam as vozes que se seguem.

10ª

Retirar da bateria

1º. O chefe de peça tira a meia volta sobre as conteiras e puxa pelo vergueiro, para o desembaraçar das rodas e arganéis das falcas. 2º. Os 2ºs serventes ajudam com o pé de cabra e espeque adiante das rodas dianteiras. 3º. Os demais serventes de ambos os lados voltam sobre a mediania e vem pegar na retenida e todos esperam a voz.

11ª

Ala

A esta voz todos executam o que está determinado, alando e retirando a peça da bateria.

Nota: Logo que o chefe de peça vê que a peça está dentro dá a voz “alto”. A esta voz, todos vão aos seus lugares. 1º. Os primeiros serventes passarão as talhas pelas frentes das fileiras. 2º. Os penúltimos as põe junto as rodas traseiras. 3º. O chefe de peça descendo-se das conteiras, dá meia volta com a talha da direita, põe a pranchada sobre o primeiro reforço e tira o diamante, ficando com ele perfilado ao lado direito. 4º. O último da direita recolhe a retenida e retira-se, assumindo o porta cartucho o seu lugar. 5º. Os 2ºs serventes põe o pé de cabra adiante das rodas dianteiras e o espeque por trás das rodas traseiras.

12ª

Carregar

1º. O chefe de peça mete o diamante no ouvido da peça, para comprovar se ela se encontra desembaraçada. 2º. O 1º e o 2º carregador passam as pernas por cima das talhas, o da direita a perna direita, e o da esquerda a perna esquerda, ficando ambos com as costas para a amurada. 3º. O 2º e o penúltimo da direita dão um passo a retaguarda, abaixando-se pegam na lanada e vão com ela descansar sobre o murrão da direita e retiram-se. 4º. O 1º carregador fica segurando na lanada com a mão direita com a palma para baixo.

13ª

Limpar a peça

1º. O 1º carregador mete a lanada até o fim da alma da peça e movendo-a circularmente duas ou três vezes, a retira e sacode na parte inferior da joia, e a dá ao segundo e penúltimo serventes, que a repõe em seu lugar e lhe traz o soquete. 2º. O 1º carregador lhe pega ficando nesta posição com a massa do soquete para baixo do bocal da peça. 3º. O porta cartucho marcha e coloca-se ao lado do segundo carregador com a frente para a amurada, pronto para lhe dar o cartuxo na ocasião em que se retira a lanada e logo marcha ao paiol buscando outro cartucho, regressando ao seu lugar. 4º. O 2º carregador pega no cartucho e mete na peça com o taco para fora e põe a mão esquerda na boca da peça. 5º. O 2º servente da esquerda, logo que se mete o cartucho, dá meia volta à direita e vai buscar a bala e o taco e coloca-se no lugar onde estava o porta cartucho.

14ª

Unir o cartucho

1º. O 1º carregador une o cartuxo com duas pancadas e não retira o soquete até que o chefe de peça dê a voz “chego”. 2º. O chefe de peça logo que vê unir o cartuxo, o fura e reconhece na costa da mão esquerda e diz “chegou”, e logo põe a pranchada e o diamante nos seus lugares. 3º. O 1º carregador tira o soquete e fica na mesma posição em que estava antes de o meter na peça. 4º. O 2º carregador, logo que sai o soquete, mete a bala e o taco na peça e fica com a mão esquerda na boca dela. 5º. O 2º servente da esquerda entrega a bala e o taco e retira-se ao seu lugar.

15ª

Calcar bala e taco

O 1º carregador mete o soquete dentro da peça e faz unir bala e taco ao cartucho dando-lhe três pancadas e retirando o soquete o dá ao servente que o repõe no chão e todos vão aos seus lugares.

16ª

Meter em bateria

1º. O chefe de peça tira a meia volta da talha, sobe sobre as conteiras e puxa pelo vergueiro para não se embarçar nas rodas. 2º. Os 2ºs serventes do pé de cabra e espeque vem ajudar as conteiras ficando com as frentes um para o outro. 3º. o último da direita tira o cote à retenida e a vai sendo sustentada pelo chicote. 4º. O porta cartucho dá um passo no mesmo alinhamento à esquerda. 5º. Os demais serventes de ambos os lados pegam nas talhas e esperam a voz “ala”.

17ª

Ala

1º. A esta voz todos executam o que está determinado, alando e retirando a peça da bateria. 2º. O chefe de peça logo que a carreta chega a bater dá a voz de “alto” e botando o serjo do vergueiro sobre a peça, dá meia volta com a talha da direita. 3º. O último da direita desengata a retenida, dobra-a e vai ao seu lugar, e o porta cartucho também. 4º. Os 2ºs serventes põe o pé de cabra e o espeque no chão entre as fileiras, e as roda livres do trilho delas. 5º. Os último que estão nas fileiras colhem as talhas e as passam pelas frentes das fileiras aos primeiros serventes, que as colocam no chão junto à amurada, e todos perfilam-se.

18ª

Atracar a artilharia “em peito de morte” em meias voltas

1º. Os 1ºs serventes passam as talhas aos penúltimos, e estes se voltam com elas na mão. 2º. Os últimos voltam para a amurada e ali desfazem os pandeiros e logo vão pôr a retenida pronta. 3º. O chefe de peça põe a cravelha e a pranchada, e amarra a gaxeta dela e junto com os terceiros dão as voltas aos vergueiros. 4º. Os 2ºs serventes põe os botões no vergueiro. 5º. Os intermédios investem as talhas e as rodas. 6º. Os 1ºs passam as talhas nos gatos da amurada. 7º. O 1º carregador põe a taipa e vão todos aos seus lugares.

19ª

Desguarnecer a bateria

1º. O chefe de peça dá meia volta à direita e marcha, para receber do pajem ou soldado o guarda cartuxo, a fim de entregá-lo no paiol. 2º. O porta cartuxo leva o molho de tacos que trouxe o chefe de peça e todos os demais serventes repõe nos seus lugares a palamenta que trouxeram e retornam aos seus lugares.

20ª

Formar à retaguarda

A esta voz o porta cartucho anda à direita e o chefe de peça dá meia volta à direita e marcha a portar-se de ombro a ombro com o porta cartucho esperando a voz “à direita” e

“à esquerda”, logo os serventes da direita andam à esquerda e os da esquerda à direita, após a voz de “marcha!” a primeira fileira busca a retaguarda do chefe de peça e a segunda fileira a retaguarda do porta cartucho, marchando até ficarem perfilados as duas fileiras, voltam para a peça e esperam a voz “alto”.

Mudar os postos

Esta mudança de postos em exercício se faz do modo seguinte. O 1º da esquerda muda o chefe de peça, o dito vai para o lugar do 1º da direita, o último da direita muda o porta cartucho, o dito vai para o lugar do último da esquerda, e o demais serventes de ambos os lados dão um passo no mesmo alinhamento à esquerda e todos ficam mudados.

Vozes que deve dar o comandante da Bateria

Exercício em parada

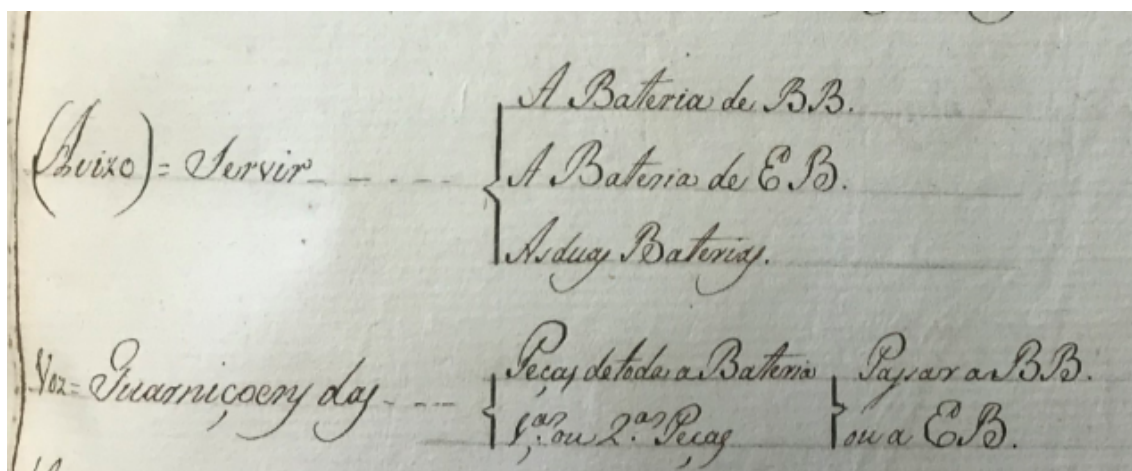
Depois de ter mandado as primeiras cinco vozes do exercício e estar atracada a Artilharia

1º: “sentido”. O exercício de Artilharia é com a voz, e vai continuando a marcha desde a sexta voz do exercício até a décima sétima, que estas são as doze vozes com as quais se serve a Artilharia em combate. Depois formar à retaguarda “à direita e à esquerda”, “marcha”, “a seus postos à direita e à esquerda”, “marcha”.

2º: “sentido”. O exercício de Artilharia é sem voz (o sinal é de caixa). Os soldados e serventes a cada pancada da caixa executam o mesmo que se faz com as vozes do comandante em o 1º exercício.

Passagens

Nota: se a Bateria for do convés devem-se deixar atracadas as peças em meias voltas; porém se forem da coberta devem-se retirar as peças da Bateria e dar-lhe meias voltas com as talhas.



“À direita” e “à esquerda”, “marcha”, “alto”.

Estas passagens se fazem quando o inimigo se passa para outro bordo ou quando está de ambos. Se é a passagem feita em exercício de parada, se faz com toque de marcha, e se é em rebate, é feita correndo ao toque da chamada e não tem a voz “alto”. Acabado o

exercício se dá a voz “desguarnecer a bateria”, “formar à retaguarda”, “meia volta à direita”, “romper”.

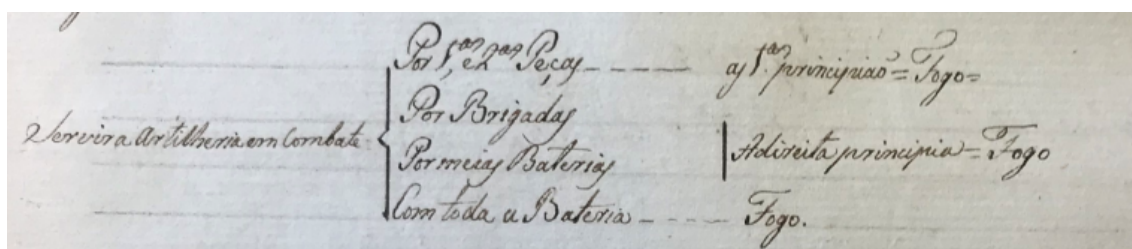
Vozes que deve dar o comandante da Bateria

Exercício em rebate

Logo que toque a rebate, o comandante passa revista as peças da bateria e manda fazer o sinal de caixa que são duas pancadas, que é para a nomeação dos postos, que o chefe de peça há de fazer para que todos estejam cientes das suas obrigações e logo o sinal de desatracar a artilharia, que são duas pancadas dobradas, e de escorvar que é uma pancada e ainda que a peça esteja escorvada sempre o chefe de peça vê se está pronta para poder dar fogo. Em combate, logo que a peça se mete em Bateria, o chefe de peça a escorva.

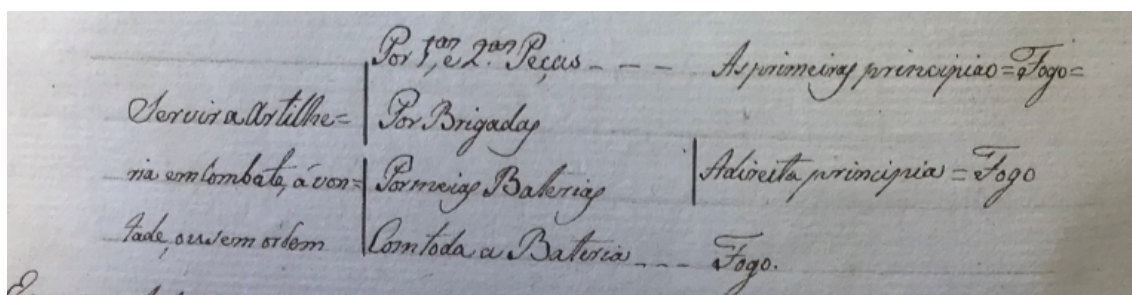
Nota: isto deve fazer sempre que haja suspeita de ter inimigo, se não há, torna a fazer o sinal de atracar a Artilharia, que são as mesmas duas pancadas dobradas, e se é em peito de morte, um rufo no fim das pancadas. Se acaso há inimigo, mandará fazer fogo que lhe parecer conveniente. Por exemplo:

1º fogo, sentido



E faz o sinal de princípios este fogo, que são dois golpes de rebate.

2º fogo, sentido



E faz sinal de começar este fogo, que são dois golpes de faxina depois da voz de “fogo”.

Nota: estes dois fogos só têm a diferença de que o primeiro se faz com igualdade e todas as peças juntas ao mesmo tempo, e o segundo cada peça faz o fogo, sem que esperem uma pela outra.

Acabado o fogo, vozes de “atracar a Artilharia”, “desguarnecer a Bateria”. Tudo isto se faz com os sinais de caixa ditos.

Quando se toca a rebate deve trazer no guarda cartuchos dois cartuchos, porque fechando as escotilhas ficará a peça servida com três tiros cada uma.

Não deve sair pelas gateiras pólvora alguma sem que se principie o combate, pois pode acontecer que não seja preciso combater, e se tornam a entregar todos os petrechos com que se guarnece a Bateria.

Vozes do exercicio seguidas

<i>Antes do combate</i>		<i>No Combate</i>		<i>Depois do combate</i>	
		6 ^o	<i>Escurar</i>		
1 ^o	<i>Alertado</i>	7 ^o	<i>Abaixar a pontaria</i>	18	<i>Atirar a artilheria</i>
2 ^o	<i>Arrepieto á direita e á esquerda</i>	8 ^o	<i>A pontaria</i>		
		9 ^o	<i>Firmar a pontaria e dar fogo</i>	19	<i>Deixar guarnecer a Bateria</i>
3 ^o	<i>Marcha = alto</i>	10 ^o	<i>Retirar da Bateria</i>		
4 ^o	<i>Chegar á Bateria e nomear o soldado</i>	11 ^o	<i>Alta</i>	20	<i>Formar a Retaguarda</i>
		12 ^o	<i>Carregar</i>		
		13 ^o	<i>Limpavar a Peça</i>		
5 ^o	<i>Retirar da Artilheria.</i>	14 ^o	<i>Unir o Cartucho</i>	21	<i>Marcha = Alto.</i>
		15 ^o	<i>Cabar Balthetaro</i>		
		16 ^o	<i>Metter em Bateria</i>		
		17 ^o	<i>Alta</i>		

Fim.

Livro III: *“Artilheiro Marítimo ou Compêndio de instruções para o artilheiro do mar, ordenado em forma de diálogo por Método claro para uso dos Soldados da Brigada Real da Marinha”*.

Cap. 1º. dos exercícios

Veterano: Sabei primeiro que o exercício de peça para no mar divide-se em mandamentos, estes em tempos, e estes subdividem-se em movimentos.

Recruta: O que são mandamentos?

V: Mandamento é a voz que dá o Instruidor ou comandante para a execução dos tempos.

R: O que são tempos?

V: Tempos são os espaços que medeiam entre cada execução, nos quais se assinalam os movimentos.

R: O que são movimentos?

V: Movimentos são neste nosso objeto, são a mudança que fazemos de posição já com a arma ou instrumento de que se servem, feitos com os pés, mãos, e mesmo com o corpo e a cabeça.

R: Quantos são os movimentos do exercício do mar?

V: São oito, a saber: 1º guarnecer a artilharia ou formar à retaguarda, 2º desatracar a artilharia, 3º escorvar a artilharia, 4º baixar as pontarias, 5º fogo, 6º retirar a artilharia, 7º carregar a artilharia e, por último, meter em bateria.

Nota: Depois do ensino já estar em ação, já não tem lugar o 1º e 2º mandamentos, mas haverá só seis, começando do 3º.

R: Não entendo isto como possa ser, o 3º movimento “escorvar”, o 5º “fogo”, ao 7º “carregar a artilharia”?

V: Eu vos explico melhor; para nos conformarmos com o que está em prática, é preciso faze-lo assim, é verdade que o soldado de recruta deve começar primeiro por saber escorvar a sua arma e depois carregar, o mais que se segue é fazer fogo; porém com a artilharia de bordo, segundo costume, querem que esteja sempre carregada, por isso logo que ela esteja desatracada, não há mais do que escorvar, apontar e dar fogo, e depois retornar a carregar.

R: Qual é a razão por que a Artilharia deve estar sempre carregada?

V: Eu neste ponto não quisera intrometer-me, por não passar pelo desgosto de não ser bem aceite esta lição nos ouvidos de tantos homens que há imenso tempo estão ? a esta opinião e alguns até querem que já vá escorvada de barra fora; para agora só vos digo, segundo estes, que esteja pronta, em outra parte vos direi mais alguma coisa.

R: Então explique-me o 1º mandamento.

V: Para exercício, é do modo seguinte: formado o contingente na retaguarda da peça, de frente para a amurada, começa a nomeação dos postos de cada fileira. Nomeado os postos, dá o Instrutor a voz de “guarnecer ou formar a bateria”, então a fileira da vanguarda anda à direita e a fileira da retaguarda anda à esquerda. O 1º servente da vanguarda faz quarto à esquerda e os demais vão seguindo até que o primeiro tenha chegado a amurada. O chefe de peça logo que chegar à altura do olhal do suplemento anda à esquerda. O 1º servente da retaguarda faz um quarto à direita e os demais vão seguindo até que o primeiro tenha chegado na amurada. O porta cartucho faz quarto à esquerda até a altura do arganém, aonde dá meia volta à direita, ficando bem na retaguarda do chefe de peça. A voz de “alto”, todos fazem alto, viram para a peça e ficam firme.

R: Agora, para formar à retaguarda?

V: Para isto não há mais do que desfazer o que de primeiro se fez com os mesmo 3 tempos: os serventes da direita andam à esquerda, o chefe de peça dá meia volta à direita, os da esquerda andam à direita, e todos vão tomar o lugar que tinham na fileira, e logo que ouvirem a voz de “marcha!” e a voz de “alto!”, viram para a peça a frente ou a amurada.

R: Falta explicar-me aqui os movimentos.

V: Os movimentos são os mesmos que vos ensinaram na escola de soldado, quando vos ensinaram o passo ou a marchar.

R: Qual é o segundo mandamento?

V: A voz do segundo mandamento é “desatracar a artilharia”, tem um só tempo e é o mesmo da voz a qual todos devem começar logo a trabalhar.

R: E por qual se há de começar para explicar cada um?

V: Pelo 1º servente da direita ou 1º carregador; este sai fora da portinhola com o meio corpo, descansa com a mão esquerda na joia da peça e com a direita tira a tapa da boca e a deixa pendurada pela gaxeta que para isto tem.

R: E se não tiver gaxeta, como pode suceder?

V: Em tal caso vem com ela para dentro e a encosta à amurada, aonde não embarace e depois com o 4º servente desatraca a talha do seu lado e a colhe à amurada enquanto o mesmo 4º servente lhe desbolina e depois de colhida põe claro.

R: O que é colher uma talha, desbolinar e pôr claro?

V: Colher uma talha é pegá-la pelo tirador perto do cadernal e ir com ele fazendo um rolo que se chama pandeiro até acabar no chicote. Desbolinar é estender todo o cabo e andar com ele de roda, para lhe tirar alguns cotovelos que costuma fazer e ficar por este modo mais macio para se poder enrolar. Pôr claro, é como já disse, para se colher, se começa pelo seio do tirador junto do cadernal, ficando portando a talha com o tirador embaraçado para poder correr pelos gornes e ? do pandeiro debaixo para cima, fica o dito tirador ?.

R: O que fazem o 2º e 3º serventes da direita?

V: Estes vão as vinhateiras buscar os soquete e a lanada e os põe junto a carreta da peça à bombordo e estibordo, ficando a massa do soquete e a lanada para o meio do navio; a

seguir, o 3º servente tira o pé de cabra e coloca-o na mesma posição, ficando as unhas para a mediania.

R: O que faz o 1º servente da esquerda?

V: O 1º servente da esquerda, também chamado de 2º carregador, desembaraça os tacos e junto com o 4º servente leva a talha do seu lado para a amurada, enquanto o mesmo 4º servente a desbolina.

R: O que fazem os 2º e 3º serventes da esquerda?

V: Estes vão limpar as balas e colocá-las em pirâmide, depois o 3º servente tira o espeque, ficando o lado chanfrado para a amurada.

R: Para que é preciso limpar as balas?

V: Porque tendo alguns fios ou outra coisa de maior grossura engasgue a peça durante o carregamento e a impeça de fazer fogo.

R: O que fazem os 5ºs serventes?

V: Estes tem por missão desfazer a talha, também conhecida como retenida, o da direita pega no cadernal e o engata no olhal do suplemento, e o da esquerda pega no moitão e o engata no arganêu da mediania e depois desbolinam o tirador, enquanto o da direita acolhe e a põe claro. Esta talha deve ficar branda com um pequeno veio desde o cadernal até o moitão.

R: Para que há de a retenida ficar branda e com este seio?

V: É para facilitar a passagem aos que servem a bateria.

R: O que faz o chefe de peça?

V: Este tem por função desamarrar a pranchada, dá um nó na gaxeta, que lhe servirá de pega, desembaraça o vergueiro e o põe claro. Passa o cote com a talha da esquerda ao botão da culatra, põe a pranchada sobre o primeiro reforço e reconhece a peça, verificando se tem o ouvido desembaraçado, se está bem carregada e se a pólvora está seca.

R: Essa é umas poucas obrigações do chefe de peça que precisa ser bem explicada, como são: passar o cote; reconhecer o ouvido e como e para que serve; reconhecer a carga e o que se faz no caso de não estar tudo como deseja?

V: Tudo vos hei de explicar miudamente, pois desejo que em nada fique duvidoso nem ignorante. O cote é para que se houver balanços apenas esteja segura e não recue para que neste recuo e a restituição no seu lugar no balanço contrário vai de encontro à amurada. Ao introduzir o diamante e conferir se ele entra com facilidade, é sinal de que está apto. Além disso, há outros materiais como a verruma, o repuxo e a broca utilizados para destruir materiais indesejados como fios, pequenos pedaços de ferro e pólvora molhada que possam obstruir o ouvido da peça. Conhece-se que a carga está apta para ser utilizada pela facilidade com que tem o cartucho de se deixar penetrar pelo diamante, e então, tendo entrado limpo, vem untado de pólvora e escorrendo-o pela costa da mão esquerda, ali se percebe se ela está seca ou húmida.

R: Se a pólvora se achar úmida, que se deve fazer?

V: Estando ela bem seca, nenhuma dúvida há em escorvar e dar fogo, porém se estiver húmida neste estado não se pode esperar o efeito que se deseja, portanto é preciso descarregar a peça e meter-lhe nova carga.

R: Como se descarrega a peça?

V: Como ainda não sabeis carregar não podes aprender a descarregar; tudo vos ensinarei em seu lugar.

R: O que faz o porta cartucho?

V: Este vai ao paiol aonde recebe um polvarinho contendo pólvora fina, uma cartucheira com espoleta a qual traz um diamante e um porta cartucho com o cartucho do calibre da sua respectiva peça.

R: O que faz depois de ter recebido tudo?

V: Vem a sua peça e entrega tudo ao chefe dela, menos o porta cartucho, que ele deita a tira colo do ombro direito para a esquerda e vai para o seu lugar.

R: E que faz o chefe aquelas coisas?

V: O polvarinho no ombro direito, a cartucheira é amarrada na cintura com uma correia e fivela, tendo o diamante também colocado nesta correia.

Nota: Estes movimentos pertencentes a este mandamento não se podem nomear nem especificar por conterem muitos movimentos em cada um, pois são executados ao mesmo tempo ou por todos os serventes. Logo, basta saber que não há tempo sem movimento, e estes se irão explicando cada um em seu lugar. Neste mandamento que tem um só tempo, os movimentos são todos executados com muita rapidez.

R: Todas as peças estão atracadas pelo mesmo modo, para se executarem os mesmos movimentos?

V: Não. Na bateria da coberta estão sempre embeijadas e muitas vezes atracadas com as contra talhas e as vezes tem travas ou cunhos.

R: Sucedendo tudo isto, que se deve fazer?

V: Enquanto o carpinteiro desprega as travas ou cunhos, os 1^{os} serventes desatracam o contra vergueiro; os 2^{os} serventes desfazem a esganadura das talhas; os 3^{os} e 4^{os} serventes desatracam a contra talha; os 5^{os} serventes pegam nela e faze o mesmo que nas outras com a retenida; os 1^{os} acabado desatracam as portas dos arrebens (isto pertence ao calafate), isto acabado os serventes todos vem a retenida, da qual servem a contra talha e alam dentro um bocadinho para poder desembeijar a peça a que fazem os 3^{os} serventes com o ? e logo que a culatra estiver suspensa os 5^{os} serventes metem a soleira e a palmeta, e assim que a peça estiver horizontada os serventes acodem as talhas respectivas para deitar fora a peça, menos os 5^{os} que ficam com as talhinhas das portas nas mãos para as acabar de abrir, assim que a peça a tem suspenso ao sair fora. Tudo o mais é como fica dito.

R: Qual é o 3^o mandamento?

V: A voz deste é “escorvar a artilharia”, um tempo e este executado somente pelo chefe e faz-se de dois modos: 1º com espoleta e 2º com pólvora.

R: Como se escorva com pólvora?

V: Primeiro pica-se o cartucho do seguinte modo: pega-se com a mão esquerda o nó da gaixeta da pranchada e põe-se sobre o primeiro reforço, com a direita pega-se no diamante pelo anel e introduz pelo ouvido da peça até que encontra o cartucho, e em conhecendo uma espécie de salto é sinal de que o tem penetrado, tira-se fora o diamante e esfrega-se pela costa da mão esquerda, e se deixar negro, é sinal de que penetrou a pólvora. Depois desta verificação, pega-se no polvarinho (tendo já colocado o diamante no seu lugar) com a mão esquerda e o traz a frente, pega com a mão direita no gargalo, abre a mola, tira-lhe a cravelha e depois deixa cair a pólvora que lhe é necessária no ouvido da peça até acima. Depois, vem fazendo um rastilho pelo fogão até a fixa alta da culatra, aonde com a chapa do polvarinho devem moer a que ali ficar e retirar o excesso com a unha, ao final disto, torna-se a cobrir com a pranchada.

R: Por que se moi a pólvora na faixa alta?

V: Porque a pólvora moída pega com mais facilidade que em grão, e com ela moída fica-se como em pastada.

R: Como se escorva com espoleta?

V: Algum dia usava-se uma espécie de mecha, que davam o nome de estopim, porém aboliu-se o uso por causa do seu perigoso efeito. Depois da descoberta da melhor composição para a espoleta que há em toda a Europa para peças principalmente de bordo, aonde não se pode usar de velas mistas, mão dela no laboratório da Marinha para se usarem a bordo, aonde se tem visto corresponderem com a maior vantagem possível. Eu já vi fazer a experiência em terra, pondo-se lhe debaixo sete folhas de papel cartão dobradas e duas pranchadas de chumbo e furar tudo, consequência tendo nós esta prodigiosa vantagem, escurado e picar o cartucho, e então basta só colocar a espoleta no ouvido e a pólvora que está no canudo exterior, que lhe serve de escorva, pelo fogão até a faixa alta da culatra e cobrir com a pranchada.

R: Qual é o 4º mandamento?

V: A voz deste mandamento é “baixar as pontarias”, em 7 tempos.

R: Qual é o primeiro tempo?

V: É o mesmo da voz do Comandante ou do Instrutor: o porta cartucho corre ao paiol buscar a pólvora (caso ainda não a tenha) e recebe o cartucho do seu respectivo calibre no porta cartucho e depois de deitado a tira colo como já foi dito, segura com o braço esquerdo e com a mão direita segura a tampa e vem para o seu lugar. O chefe de peça abaixa o quanto for preciso para enxergar os dois pontos da faixa alta da culatra e da joia da peça e põe estes dois no objeto que quer ferir. O pé esquerdo fica na direção do olhal do suplemento, a perna direita afasta-se o quanto for necessário para que fique livre das rodas. Com a mão esquerda segura a meia volta da talha, tendo já tirado o cote, com a direita pega no punho da palmeta e dá sinal aos serventes. Com a direita pega no punho da palmeta levando esta mesma mão, ora as falcas ora a vira com a palma para cima,

dando assim sinal do que é preciso aos serventes; ora segurando o nó da gaxeta da pranchada.

R: Que fazem então os serventes?

V: Os 1ºs serventes aguardam a voz de “fogo” para segurar as talhas. Os 2ºs serventes levantam os vergueiros para o chefe ter uma visão melhor. Os 3ºs serventes pegam o da direita no pé de cabra e o da esquerda no espeque e ambos fazem um oitavo à direita e à esquerda, curvam as pernas dobrando os joelhos e voltam as suas posições.

R: Qual é o segundo tempo?

V: Diz o Instruidor “o inimigo está em meio alcance” ou “pontarias ao convés”, a qualquer destas vozes responde o chefe de peça “tiro horizontal”, então põe a peça horizontal e a meio da portinhola e faz a sua pontaria.

R: Qual é o 3º tempo?

V: Diz o Instruidor “o inimigo está para lá de meio alcance” ou “pontaria as árvores”, responde o chefe de peça “tiro de elevação”, então virando a palma da mão para cima, faz por este modo sinal aos 3ºs serventes de ? a peça que é o mesmo que levantar-lhes a culatra.

R: Que fazem os 3ºs serventes a este sinal?

V: O da direita pega no seu pé de cabra virando-lhe a unha para fora, mete o diamante por baixo da peça e por cima de uma escadeta que lhe serve de apoio, a mão direita por cima do pé de cabra no meio dele a esquerda em cima da unha cobrindo-a para não ofender o camarada da outra peça que estará na mesma ? da esquerda levanta o seu espeque com a ponta para fora e a unha para a peça virando-lhe o chanfrado para a parte de baixo para fazer melhor pega na peça, por baixo da qual se mete da mesma sorte que o pé de cabra a mão esquerda ? no meio do espeque e a direita cobrindo a ponta com o pé de cabra e ambos virados para o chefe de peça carregando para baixo enquanto lhe concerta a palmeta e irão ? mansamente (logo que ele der a voz) muito devagar “arreia”, o chefe de peça tendo feito a sua pontaria lhe faz um sinal com a mão direita, bandeando-a para uma e outra ?, cujo o sinal tomam a primeira posição.

R: Qual é o 4º tempo?

V: Diz o Instruidor “o inimigo está para cá de meio alcance” ou “pontarias ao lume d’água”, responde o chefe de peça “tiro mergulhante”, e logo faz-se o sinal como no 3º tempo. Então os serventes movem a peça muito devagar a fim de que se introduza a palmeta até ter fixado o ponto que se quer.

R: Qual é o 5º tempo?

V: Diz o Instruidor “o inimigo segue avante”, e responde o chefe de peça “conreira para ré”, então faz-se o sinal ao serventes de conteirar a peça.

R: Qual é o servente que se move para conteirar para ré?

V: Se é a peça de bombordo, é o servente da direita ou pé de cabra; se é a peça de estibordo, é o servente da esquerda ou espeque. No primeiro caso, bate o chefe de peça

com a mão direita naquela falca e o servente coloca o pé de cabra por baixo, a mão direita pela parte de baixo do pé de cabra e a esquerda por cima, enquanto o chefe bate na falca vai sempre conteirando até que lhe faça o sinal com a mão distinta de se retirar e retornar a sua posição. No segundo caso, bate o chefe da peça com a mão esquerda na falca da esquerda, cujo sinal aquele servente ou espeque fazem o mesmo com o acontecido com o pé de cabra.

R: Qual é o 6º tempo?

V: Diz o Instruidor “o inimigo descabe a ré”, o chefe de peça responde “conreira para vante”, e então o chefe faz o sinal de conteirar para vante.

R: Qual é o servente que se move para conteirar para vante?

V: Veja-se bem o 5º tempo, faça-se tudo vice e versa e fica explicado este tempo

R: Qual é o 7º e último tempo deste mandamento?

V: Diz o Instruidor “firmar as pontarias” a esta voz o chefe de peça examina com minuciosa atenção a sua pontaria, se enquadra bem o alvo inimigo, caso não esteja, faz sinal aos serventes de retirar a peça e examinar a palmeta do mesmo modo onde a levantaram e tomarem a primeira forma, neste mesmo tempo os 1ºs serventes afrouxam as talhas, sob a mesma voz o 4º servente da esquerda corre e busca a trança e vem tomar a posição de dar fogo.

R: Qual é a posição que o 4º servente toma para dar fogo?

V: No seu respectivo lugar virado com a frente para meia nau, quase junto a roda traseira, pega na trança com a mão direita e com a esquerda aberta por cima do lume, espera a voz de fogo. A voz é dado pelo chefe de peça, a qual o botafogo se vira por um quarto à esquerda para a peça e levando o cravo junto à boca o assopra e depois aplica-o sobre a pólvora moída na faixa alta da culatra, tendo pegado fogo, corre e repõe a trança e retorna ao seu lugar. O chefe de peça no mesmo tempo que dá a voz de fogo retira-se instantaneamente para a sua direita levando consigo a pranchada na mão direita e com a esquerda tira a meia volta da talha no botão largando o tirador para fora da falcas. Ressalta o soldado Veterano que estes movimentos são feitos de modo muito rápido, tanto os movimentos do chefe como os serventes. Assim que a peça tem disparado, o chefe torna a sua primeira posição, abaixa e observa se o tiro foi ou não bem dirigido, a fim de corrigir um possível erro que teve.

R: Todos os tempos deste mandamento se executam quando ele se trata?

V: Não ora todos, ora alguns, ora um só, e isto conforme os movimentos do navio inimigo ou do nosso.

R: Qual é o 5º mandamento?

V: Este 5º mandamento em ocasião de combate e fogo à vontade pertence tão somente ao chefe de peça, pois só ele é que conhece quando o seu tiro está bom. Porém, no exercício, deve pertencer ao Comandante ou Instruidor porque então assim se vai advertindo a bateria ou a brigada .

R: Qual é o 6º mandamento?

V: A voz deste mandamento é “retirar a artilharia”, 3 tempos. O 1º tempo é executado à mesma voz por todos os serventes, os 1ºs serventes dando folga a talhas, deixando-as livres das mangueiras, vem para a retenida, o 1º servente da direita pega com esta sua mão quase junto ao cadernal e a esquerda virada, o 1º servente da esquerda com esta sua mão unida à direita do outro e a direita desvirada. O 2º tempo se inicia pela voz de “ala”, e assim todos os serventes aplicam toda força à retenida caindo com o corpo a meio navio, olhando sempre para o 1º servente da direita que lhe serve de baliza. A partir de puxões regulares e uniformes dos serventes que levam mutuamente as mãos depois de cada puxão, levam a peça para dentro do navio calmamente até ouvirem a voz do 3º tempo. O 3º tempo se inicia com a voz de “alto”, dada pelo chefe de peça, e executada assim que a peça estiver dentro. A esta voz, o 3º servente da direita ‘mete o pé de cabra de encontro’, que vem a ser pegar no pé de cabra pela unha, e pô-lo por diante das rodas dianteiras, a fim de evitar no balanço que a peça vá de encontro a amurada. O chefe de peça concerta o seu vergueiro e passa a meia volta com a talha dando-lhe um cote. Os 1ºs e 4ºs serventes arranjam as suas respectivas talhas, como já foi dito. Os 5ºs serventes colhem as retenidas, o da esquerda fixa bem o tirador e morde um pequeno veio dobrado entre esta parte e o moitão e depois desbolina o resto, para que o servente da direita a colha e depois de feito o pandeiro deixa-o em segurança. A seguir, todos ficam firmes.

R: Qual é o 7º mandamento?

V: A voz do 7º mandamento é “carregar a artilharia”, 6 tempos. O 1º tempo executa-se a mesma voz (de carregar a artilharia). O 2º e o 3º servente da direita pegam na haste da lanada levantando-a por igual até a altura do ventre e entregam ao 1º carregador e este pega nela e enfia-a pela portinhola a fora levando-a acima da peça com a mão esquerda para cima 4 palmos desviada da lanada, e a direita por baixo desviada da outra cerca de 3 palmos, a qual deve descansar na joia da peça. O chefe de peça com o dedo polegar da mão esquerda tapa bem o ouvido e com a mão direita pega no diamante.

R: Para que é preciso tapar o ouvido?

V: com grande mágoa os digo que ainda hoje a maioria dos artilheiros ignoram isto, mesmo sabendo que é perigoso não realizar este procedimento. Ignorando essas instruções arriscam a vida do carregador e do chefe de peça, e reforço o compromisso a instruir em tudo o que for relativo à prática da artilharia naval, inclusive, aos procedimentos de segurança. Quando a peça dá fogo sucessivamente, fica-lhe um lume dentro com pedaços de cartucho, com a utilização da lanada vai entrando pela alma da peça e leva a diante, em direção ao ouvido da peça, se ouvido da peça está destampado, sai por ela, e como mostra a experiência, fica depositado no fogão bem junto do ouvido, e logo que a lanada é retirada, absorvendo este lume, tornam a entrar juntamente com o ar. Ao meter logo um novo cartucho, pega fogo. Suponhamos ainda que o lume que fica dentro é tal que não foi a diante do ar impelido pela lanada, estando o ouvido destampado fica livre a passagem do ar e em lugar de se apagar o lume acende-se mais, eis o perigo! Nada disso sucede estando o ouvido bem tapado. Estando o ouvido bem tapado, pode o carregador trabalhar sem receio nem perigo.

R: Qual é o 2º tempo?

V: O 2º tempo é “limpar a peça”, a esta voz o carregador introduz a lanada na boca da peça, descansa a mão esquerda sobre a joia da peça e com a direita empurra pela alma da peça até tocar no fundo e ali vira a mão por cima da haste e lhe faz dar 3 voltas redondas e fica firme, esperando o 3º tempo.

R: Qual é o 3º tempo?

V: É “tirar a lanada e sacudi-la”, a esta voz o carregador tira fora a lanada, pega-lhe com a mão esquerda por baixo e distante três palmos pega a mão direita e sacude-a com três pancadas na parte inferior da joia da peça, passando-a para os serventes a seguir, os quais a repõe no seu devido lugar. Em seguida, pega do mesmo modo no soquete e entrega ao carregador, fazendo o mesmo que fez com a lanada.

R: Qual é o 4º tempo?

V: É “meter o cartucho”, a esta voz estando já o porta cartucho junto à amurada ou ao 1º servente da esquerda, que também se chama 2º carregador, neste lugar o porta cartucho abre o guarda cartucho com a mão direita, tira o cartucho e entrega ao 2º carregador, e se retira para o seu lugar. O 2º carregador pega no cartucho com a mão esquerda, mete-o na boca da peça com o atado para fora e a costura para os lados e ali o segura enquanto não vai a massa do soquete. Então, o 1º carregador utiliza a massa do soquete para empurrar o cartucho pela boca da peça cerca de meia palmo, e aguarda a voz do 5º tempo.

R: Qual é o 5º tempo?

V: A voz é “calcar o cartucho”, o 1º carregador empurra com a massa do soquete o cartucho até tocar no fundo da alma da peça, dá sobre ele uma pancada e retira o soquete. O chefe de peça reconhece com o diamante se o cartucho realmente chegou ao fundo da alma da peça, caso não esteja, manda calcar até estar bem feito. Enquanto o 1º carregador calca o cartucho, o 2º servente da esquerda pega em uma bala, limpa, e a entrega ao 2º carregador, que lhe pega com a mão esquerda e com a direita pega um taco da amurada, insere primeiro a bala e depois o taco. O 1º carregador mete a massa na boca da peça e aguardam a voz do 6º tempo.

R: Qual é o 6º tempo?

V: A voz deste é “meter bala e taco”, a esta voz o 1º e 2º carregadores, um com a mão esquerda e o outro com a mão direita, apoiados com as outras mãos sobre a joia da peça, vai empurrando a bala e o taco até tocar sobre o cartucho, e logo ambos com bastante força dão sobre eles três fortes pancadas de soquete. A seguir, o 1º servente retira o soquete e o entrega aos serventes e repõe ao seu lugar. O chefe de peça tapa o fogão com a pranchada e todos ficam firmes.

R: Qual é o 8º e último mandamento deste exercício?

V: A voz deste mandamento é “meter em bateria”, 3 tempos. A esta voz o 3º servente da direita tira o pé de cabra do encontro e o põe no seu lugar; o 5º servente da esquerda desfaz o cote da retenida, entrega o tirador ao porta cartucho, que conserva firme. O chefe de peça tira a meia volta da talha e sobe acima das conteiras, pega no seu vergueiro e todos os demais serventes pegam nas duas respectivas talhas. O 1º e 3º da direita

firmando-se sobre o pé esquerdo encostam o direito cada um à sua mangueira; os mesmos da esquerda firmando-se sobre o pé direito encostam o esquerdo cada um à sua mangueira e esperam a voz do 2º tempo.

R: Qual é o 2º tempo?

V: A voz deste é “ala”, a esta voz todos os serventes empregados nas talhas alam por elas, até que a carreta chegue à amurada. O chefe de peça vai puxando o vergueiro para si a fim de que não fique mordido entre as rodas e a amurada; o porta cartucho vai acurando a retenida, de maneira que se a peça galgar deve aguentá-la, para que não encontre a amurada. E isto se executa até ouvir a voz do 3º tempo.

R: Qual é o 3º tempo?

V: A voz desta é “alto”, esta voz sempre é dada pelo chefe de peça, os serventes cessam de puxar, descem das conteiras, passam a meia volta com a talha e os 1ºs e 4ºs serventes arranjam as talhas à amurada (vide o 3º tempo do 6º mandamento) e ao final, ficam firme.

Capítulo 2º

Do conhecimento da pelamenta e mais utensílios que servem no exercício e combate, os quais todo o Soldado de Marinha deve saber de cor os seus usos e configurações.

R: Que pelamenta e utensílios são esses, de que se usa nos exercícios e combates?

V: Eu vos digo todos um por um, a tapa da peça com a sua gaxeta, a pranchada com a sua gaxeta, o vergueiro, o contra vergueiro, as talhas, o xapuz, a soleira, a palmeta, o diamante, a verruma, a goiva, o repuxo, a broca, o espeque, o pé de cabra, o soquete, a lanada (ou ambos em uma só haste), os tacos, as balas, a pirâmide, a lanterneta, a palanqueta e a bala encadeada.

R: O que é tapa?

V: A tapa pode ser fabricada de cortiça (comumente usada a bordo) ou em madeira. A de cortiça é uma roda confeccionada à medida da boca da peça, sendo-a mais espeça e menos porosa. No seu centro faz-se um buraco com um passador para pôr ele entrar uma gaxeta, que serve para segurar, a qual se amarra à garganta da peça. Quando se vai a vela, prende-se a tapa nos lábios da boca da peça para evitar a entrada de água pela alma da peça e molhar a carga. A tapa de pau tem o mesmo uso, porém, muda de figura, e como no mar se não usa dela, deixamos isso para outra parte.

R: O que é pranchada?

V: É uma chapa de chumbo quadrada ou retangular do tamanho em proporção do calibre da peça que serve para cobrir todo o fogão até a faixa alta da culatra, evitando a entrada de água ou humidade pelo ouvido da peça. Para este fim, se mete um tufo de estopa de calafate que tem o nome de gravelha, a qual se lhe faz um chapeuzinho em cima do ouvido e cobre-se de sebo. Já os lados da pranchada fazem-se furos com um passador, por onde

entre a gaixeta se passam cordões por cima da pranchada e se prendem aos olhaes das conteiras, a fim de a segurar.

R: O que é vergueiro?

V: É um cabo grosso, cuja grossura varia com o calibre da peça. Serve efetivamente para segurar a peça, passando pelos arganéis das falcas. Os seus chicotes fazem-se fixos nos arganéis da amurada, por meio de dois botões, um de cruzar e outro de esganar. As peças de nova construção tem sobre o botão da culatra um olhal pelo qual entra também o vergueiro, e então é mais comprido que os outros.

R: O que é contra vergueiro?

V: É um cabo delgado que por sua grossura se chama arrebem, é bastante comprido e serve de contra atacar o vergueiro e as talhas por meio de uma esganadura e um peito de morte à peça, usa-se somente deste na 1ª bateria.

R: O que são talhas?

V: Cada peça é servida com 3 talhas. Na 1ª bateria, uma destas se chama contra talha, porém, para exercício e combate se chama retenida e este é o nome que tem nas outras baterias. Cada talha é composta por um cadernal, um moitão, duas alças, dois gatos e um cabo comprido cujo comprimento e grossura falaremos em outra parte.

R: O que é cadernal?

V: A toda máquina composta por dois ou mais gornes se chama cadernal, e a que tem somente um se chama moitão. Um e outro são feitos de um cepo, o qual é fundido entre os topos de alto a baixo, chamando-se gornes. Por cada um destes entram as rodas ou roldanas, as quais tem no seu centro uma chapa de bronze (motivo pelo qual se chamam bronzeadas) pelo buraco destas chapas e pelos que se fazem nas faces dos cepos entra uma madeira roliça rija, que se chama perno, no qual trabalha a roldana. Os cepos que fazem a peça principal do moitão ou cadernal muitas vezes não são inteiriços, sendo compostos por 3 peças, uma no centro e duas nas laterais (que se chamam faces) e todas são unidas nos topos por meio de um ganzepe.

R: O que são alças?

V: É um pedaço de cabo unido nos chicotes por meio de uma costura redonda e dentro da qual se mete o cadernal ou moitão e metendo-lhe também o sapatilho se segura este com um botão de esganar entre o topo do cadernal ou moitão e o sapatilho: a alça do cadernal é solta e a do moitão é feita do mesmo chicote da talha. Todas as alças são forradas, à exceção do lugar da costura ou fio de carreta.

R: O que é sapatilho?

V: , É um gancho de ferro, a qual tem um extremo virado em forma de anel ou olhal, ao qual anda preso o sapatilho, quando o tem.

R: O que são gatos?

V: É o gato um gancho de ferro, o qual tem um extremo virado em forma de anel ou olhal, ao qual anda preso o sapatilho, quando o tem.

R: O que é cabo?

V: É uma corda, porém, no uso do mar se chama geralmente também a todas as cordas grossas ou delgadas de cabos, mas, estes tem seus nomes particulares conforme os seus usos; estes cabos ou são brancos ou alcatroados, e isto também conforme o uso que deles se há de fazer. Se é para talha, depois de lhe ter dado o necessário comprimento, faz-se em um dos chicotes uma alça e depois de lhe ter prendido um gato com sapatilho, segura nela o moitão por meio do botão, o outro chicote e depois de enfiar-se pelos gornes do cadernal e o do moitão, como já ficou explicado, a isto se chama talha, contra talha ou retenida. Ao cabo compreendido entre o cadernal e o moitão, que são 3 pedaços, se chamam braços, tirador da talha e coisa de meio palmo junto ao moitão se chama arreigada.

R: O que é chapuz e soleira?

V: Chapuz é um pedaço de madeira grosso com 4 faces mais estreitas em um topo do que no outro. Já soleira é um pedaço de madeira grossa arredondada em um dos topos cuja parte tem um pequeno chapuz, que servem para levantar a culatra da peça.

R: O que é palmeta?

V: Palmeta é uma cunha de madeira com um cabo ou rabo no topo, que serve de pega e quando não tem cabo ou rabo se chama simplesmente de cunha. Quando a palmeta é quase um meio chapuz, se chama palmetão. Qualquer delas servem de alas a elevação da peça.

R: O que é diamante?

V: É um pedaço de arame grosso virado em um dos seus extremos em forma de anel, que se chama asa, e outro aguçado em três esquinas, ao qual é verdadeiramente chamado de diamante, porque a todo ele se chama agulha de diamante.

R: O que é verruma?

V: O seu nome completo é agulha de verruma. Todos conhecem esse instrumento porém para o uso nas peças é pouco utilizado, já que é delgado quanto possa entrar nos ouvidos das peças, e comprido para que chegue bem a tocar na parte inferior da alma da peça.

R: O que é goiva?

V: Agulha de goiva é o seu nome, difere da verruma somente em ser a ponta, de goiva. Servem verdadeiramente para penetrar os ouvidos das peças.

R: O que é repucho?

V: É um instrumento de ferro bem temperado de aço, para que não dobre dentro do ouvido, todo ele redondo até a cabeça, que é de 4 faces, comprida e rija. Deve o repucho ter um comprimento tal, que penetre a grossura do metal da peça no ouvido aonde há de servir.

R: O que é broca?

V: A broca é da mesma figura que o repucho, menos a ponta que é chata, aguda e de bom aço, para cortar ferro ou prego que esteja dentro do ouvido da peça. Todos estes últimos

instrumentos, as agulhas de diamante, verrume, de goiva, o repucho e a broca, servem de desencravar os ouvidos das peças, usando-se cada um conforme as circunstâncias o pedem.

R: Como se usa a agulha de diamante?

V: A agulha do diamante reconhece se o ouvido da peça está com algum impedimento. Caso tenha, se desfaz com muito jeito o que impede o bom uso da peça passando o diamante no ouvido, desgastando a terra, a pólvora petrificada, ferro ou madeira até chegar abaixo, conseguindo isto, a parede do ouvido fica limpa.

R: Como se usa a agulha de verruma?

V: Usa-se quando não se consegue obter sucesso com o diamante. Com o mesmo cuidado, insira-a rodando, vendo se é possível penetrá-la, por vezes assim é possível desembaraçar o ouvido da peça.

R: Como se usa a agulha de goiva?

V: Este instrumento é de pouco ou nenhum uso na artilharia, tendo sua utilidade quando é preciso limpar as paredes do ouvido da peça, trabalho que também faz o diamante farpado, porém, como sua ponta é mais cortante, pode ter utilidade quando no ouvido houver terra, pedaços de madeira ou alguma coisa que não consiga fazer a verruma.

R: Como usamos do repucho?

V: Depois de se ter conhecido que no ouvido da peça possa haver impedimentos com terra, madeira, ferro ou pedra, quando nos dois primeiros casos não se consiga sucesso com o diamante e a verruma, aplicaremos o repuxo e pancadas de martelo, buscando empurrar aquelas massas até que o repuxo caia livre em baixo. Em caso de obstrução com pedra, faz-se o mesmo, porém, se for ferro, é preciso o cuidado de meter o sacatrapo pela alma da peça porque pode ser que tenha alguma espiga que exceda a grossura do metal da peça, e neste caso pode vir a peça ficar encravada e até inutilizada. Então, tenho reconhecido que o ferro tem espiga, vejo se com mesmo sacatrapo a posso dobrar, de maneira que empurrando-a com o repuxo ela caia livremente em baixo.

R: Como se há de usar da broca?

V: No caso somente de ser ferro o motivo do impedimento do ouvido da peça, não obtendo sucesso com o repucho é o caso de utilizar a broca, brocando aquele ferro até se atingir o ouvido e ficar livre.

R: Se no ouvido houver fios ou trapos, o que faremos?

V: É necessário usar o diamante, não podendo utilizar a verruma, goiva e repuxo com pancadas de martelo. Em seguida, o autor adiciona uma nota informando que verdadeiramente quem trabalha com o repuxo e a broca é o serralheiro, cujos instrumentos ele leva em uma caixa.

Nota: Verdadeiramente quem trabalha com o repucho e a broca é o serralheiro, cujos instrumentos ele leva em sua ferramenta. Fiz menção deles aqui por desenganar os artilheiros, que uma vez com o diamante, verruma ou goiva não possam desembaraçar um ouvido de peça, nem se servir de outros instrumentos que não seja o repucho ou a

broca, devem logo chamar o serralheiro, dando a este profissional a oportunidade de desempenhar o seu trabalho.

R: O que é espeque?

V: É pouco mais ou menos uma alavanca de madeira de 4 faces até boa parte do seu comprimento, e daí para cima redondo e que vai diminuindo de grossura até a ponta onde se divide-se em unha, chanfrado, grosso, delgado e ponta. Unha é o extremo da parte mais grossa, chanfrado é um corte através das fibras que termina na unha, grosso a parte quadrada, delgado o resto do espeque e a ponta a extremidade. O seu uso fica explicado nos exercícios.

R: O que é pé de cabra?

V: É justamente uma alavanca de ferro. Divide-se em unhas, pata, grosso, delgado e diamante. O extremo da parte mais grossa faz-se a figura de uma pata e esta é rachada, a parte mais grossa que chega ao terço da ferramenta é também quadrada como o espeque e se chama grosso, o resto é também redondo e vai terminar em ponta aguda cortada em 4 faces, chamada de diamante e ao redondo chama-se delgado.

R: O que é soquete e lanada?

V: Quando ambas andam montadas na mesma haste, é indiferente chamar-lhe por nomes separados, porém, quando separadas cada uma tem o seu respectivo nome. O soquete divide-se em massa e haste. A massa é uma espécie de pequeno pilar feito da grossura e altura da bala mestra do calibre da peça. A haste é uma vara redonda mais comprida que a alma da peça um palmo e meio. A lanada se divide em haste e lanada, esta se subdivide-se em feminela e forro ou capa. A feminela é também como um pequeno pilar, mas todo liso e menos grosso, porém, um pouco mais alta que a massa do soquete. O forro da capa é um pedaço da pele de carneiro que cobre toda a feminela.

R: O que é sacatrapo e colher?

V: Estando ambos montados na mesma haste, é indiferente chamar-lhe de uma ou outra coisa. Já separadas, o sacatrapo divide-se em haste e rosca. A haste é como a do soquete e lanada, a rosca são dois virotes de ferro, virados um contra o outro, em forma de espirais, cujas pontas são bem agudas. Pelo outro lado saem duas chapas do mesmo ferro compridas, delgadas e estreitas, que se pregam na haste. Tudo isto é unido a um canudo do mesmo metal, em qual entra a espiga da haste. A colher divide-se em haste, massa e colher, propriamente dita. A haste fica acima, a massa é como explicada no soquete e a colher é um cilindro de cobre aberto por um dos lados, pregado na massa, cujos pregos também são de cobre. O uso dessas ferramentas é para o descarregar a peça. O sacatrapo serve de tirar os tacos, os cartuchos e outros corpos em que ele possa pegar. A colher serve para tirar a bala, a lanterna e pedras.

R: Tudo isto se tira com facilidade com estes instrumentos?

V: Nem sempre se tira bem; os tacos por força com mais ou menos jeito devem sair com o sacatrapo, porém, as vezes o cartucho se rompe, e é preciso tirar a pólvora com a colher. A bala pode muitas vezes ficar engasgada, e por mais que se puxe ou se quebra a haste ou se desencava.

R: O que são tacos?

V: Tacos são o mesmo que buchas, feitas de fio velho, como de pedaços de gaxeta ou amarra velha. Também em algumas peças os fazem de murrão de palha ou de ervas. Servem de meter em cima da bala mestra para segurar e comprimir a bala mestra para segurar e comprimir a pólvora; quando o navio vai a vela, mete-se outra por cima do cartucho, a fim de que a bala não humedeça a pólvora, como se o ferro da bala fosse diferente do da peça.

R: O que são balas?

V: Todo mundo conhece este gênero, portanto escusado é demorar-nos com a sua explicação.

R: O que são pirâmides?

V: Pirâmide ou cacho de bala (porque se assemelha a um cacho de uvas) é um saquinho de serralharia aonde se enche de balas miúdas, pregado o saquinho a um prato de madeira, a qual tem no meio um espigão da altura da pirâmide, seguram-se as balas dentro do saquinho enrolando lhe a roda um merlim e com este se faz em cima uma alça.

R: O que são lanternetas?

V: Lanterneta é uma caixa de folha de Flandres, cheia de balas miúdas, pedaços de bombas, de granadas, de pregos velhos, de pedaços de ferro velho onde deita-se também serradura de madeira para não chocalharem dentro. A tampa desta caixa é pegada com solda para não cair.

R: O que é palanqueta?

V: Palanqueta ou são duas balas ou duas meias balas soldadas aos extremos de um perno ou espigão de ferro. O seu efeito no mar é grande para cortar cabos.

R: O que é bala encadeada?

V: É o mesmo em tudo do que a palanqueta, diferente somente dessas balas estarem presas a uma cadeia de ferro. Explica o soldado Veterano que seu uso tem de abolido, porque as cadeias quebram com a orça da explosão e não correspondem ao efeito.

R: Há mais alguma coisa que sirva para o exercício e combate?

V: para o exercício tudo já fica explicado porém para o combate há muitas coisas mais que deixo para outra parte.

Capítulo 3º

Do modo de fazer as pontarias.

R: Como já sei o exercício e conheço a pelamenta que nele serve e mais utensílios, preciso é agora saber como se fazem as pontarias diferentes que nele me disseram.

V: Como vos faltam as luzes necessárias para a maior inteligência, preciso é para que melhor entendas que neste capítulo vos fale com a mesma grosseria que até aqui vos tenho falado. O 4º mandamento; que consta de 7 tempos, todos eles falam em pontarias; ali só vos expliquei como vos deveis preparar e como os serventes deviam trabalhar; neste capítulo porém vos explicarei as diferentes quantidade de tiros, tudo em termos técnicos.

R: No 1º tempo diz “baixar as pontarias”?

V: É do mesmo modo que um fuzileiro ou um caçador, que mete a espingarda a cara e pelo cano enfia a mira, o ponto e o objeto a que quer atingir. Assim, um artilheiro (quando as peças não têm marcada a linha de mira) imagina dois pontos, um na faixa alta da culatra, o outro na joia, e por estes dois pontos enfia o navio inimigo. Para um bom tiro, o chefe de peça deve estar atento a 5 fatores: 1º em que distância está o navio inimigo; 2º se o quer desmastrear (atingir os mastros); 3º se pretende fazer-lhe algum rombo ao lume d’água; 4º quais são os movimentos que faz o navio inimigo; 5º os balanços dos navios que estamos e os do navio inimigo. Nisto, consiste os 7 tempos do 4º mandamento.

R: Como poderei conhecer da distância do inimigo?

V: A distância comumente entende-se por toesa. A toesa é o comprimento da craveira (ou paquímetro) pela qual se mede os soldados, é o melhor modo do artilheiro julgar da distância. Entre 400 a 460 toesas ou comprimentos de craveira chamaremos de “meio alcance”, aonde a bala fere o inimigo com sua maior força, conhecido isto, deve considerar o inimigo em 3 diferentes distâncias: 1º em meio alcance; 2º para lá de meio alcance e 3º para cá de meio alcance.

R: Que se deve fazer estando a meio alcance?

V: Horizontalizar a peça, quer dizer, concertar a palmeta e o chapuz se for preciso, de modo que a peça fique toda por direito como plano da carreta e depois pôr a peça bem a meio da portinhola. Feito isto, enfia-se pelos dois pontos já ditos, o lugar do navio que se pretende atingir, como já foi dito, e isto se chama “segurar as pontarias” (aguardar sem dar fogo), a este tiro chama-se horizontal.

R: Se está para lá de meio alcance?

V: É o que se chama tiro de elevação, para o qual é preciso levantar a joia da peça, a fim de que a bala indo por cima do horizonte alcance mais longe. Para isto, recua-se a palmeta pouco a pouco, até que vendo o navio inimigo está bem em cheio com a boca da peça segura-se a pontaria e faz fogo.

R: Se está para cá de meio alcance?

V: É este tiro que se chama mergulhante; aqui sou obrigado a dizer que os artilheiros do mar andam todos equivocados, ou melhor, errados: pergunto eu se o inimigo por estar em menor distancia se lhe deve fazer a pontaria por baixo do horizonte da peça? Eu digo que é um erro e grande porque o tiro horizontal ferirá o inimigo ainda com maior força, se bem que o efeito não corresponde o melhor.

R: O que se faz quando se pretender desmastrear o inimigo?

V: Tendo o comandante dado a voz “pontaria as árvores ou aos mastros” deve-se atirar por alguma elevação para cortar um mastro, mastaréu ou verga.

R: E quando se quer fazer algum rombo ao lume d’água?

V: Tendo o comandante dado a voz de “pontarias ao lume d’água”, é para fazer um rombo no navio inimigo junto ou por baixo do nível da água, a fim de metê-lo a pique. Dar-se-á a peça um pequeno declínio por baixo do horizonte, a fim de que a bala penetrando o corpo do navio junto a superfície da água ou por baixo, a água entre pelo rombo até encher o porão, que infalivelmente se submerge. O melhor é apontar algumas peças ao mesmo ponto e dar fogo ao mesmo tempo, possibilitando um maior estrago ao navio inimigo.

R: Agora, o que farei com os movimentos do navio inimigo?

V: Os movimentos que o navio inimigo pode fazer a nosso respeito são 4, a saber: seguir avante, descair a ré, fugir de nós dando-nos a popa e vir para nós virando-nos a proa. No primeiro e no segundo caso, fica dito o que foi explicado no capítulo dos exercícios (no 5º e 6º tempos) e atender as circunstâncias já ditas acima. No terceiro e quarto caso, também fica dito o que foi explicado neste mesmo capítulo (3º e 4º tempos), porém, no último caso é preciso também se preparar para a abordagem.

R: O que devo fazer com os balanços, de um e outro navio?

V: No mar somente três coisas concorrem para o bom êxito do tiro, que são: o bem carregar a peça, o bom olho do artilheiro e sobretudo os balanços. Como os dois primeiros já ficou bem explicado como deve se comportar o artilheiro, aos poucos se mostrará a terceira. No mar os balanços são um agente que o artilheiro deve ter sempre em vista para segurar bem o seu tiro. Sendo o balanço uma verdade inegável, não temos mais que trazer a peça sempre horizontal com o plano da carreta, e regular-se-ão pelos balanços. O navio inimigo sofre o mesmo que o nosso e por conseguinte haverá balanços ora para a mesma parte, ora desencontrados. Mostrando-nos esta experiência, suporemos ter a nossa bateria guarnecida de bombordo indo as proas para o mesmo rumo, o inimigo a terá guarnecida a de estibordo, agora sendo os balanços para a mesma parte vai para bombordo, o inimigo vai apresentando-nos o costado, o nosso navio vai fazer o mesmo giro. Disparando no instante que ele está no plano do horizonte o tiro é infalivelmente empregado. No caso da artilharia deixar perder este instante, esperará outro momento ainda mais favorável.

R: Qual é então o momento que deve esperar?

V: É deixar ir o nosso navio no balanço para baixo e no instante que ele começa a arfadura, manda dar fogo, assim a bala ferirá o outro diretamente fará algum ricochete.

R: O que é ricochete?

V: Ricochete ou chapeleta é quando atirando-se num plano horizontal, vai fazendo certos saltos, assim a bala indo por cima do horizonte encontra a superfície d’água e começa a fazer saltos.

R: Agora se os balanços forem desencontrados?

V: Os balanços desencontrados devemos considerá-los de dois modos: a que parecem quererem-se tocar com as árvores, ou as que se vão apartando de cada navio para o lado oposto. No primeiro caso é esperar que o navio acabe a sua arfadura, e quando começar a descer, faz fogo. No segundo caso é esperar que o nosso navio desça, e logo que começar na arfadura, faz fogo. A estes balanços se chamam de bombordo a boreste. Ainda há outros, que se chamam de popa a proa.

R: Que farei nos balanços de popa a proa?

V: Sendo o nosso que faz o jogo de popa a proa, é preciso saber que este jogo torce o tiro, porém, fazendo o outro navio o mesmo, não há mais que fazer os tiros sempre horizontais, e assim muitas poucas vezes se poderão perder. Mas, jogando o navio do inimigo de bombordo a estibordo, tendo atenção a ele, é esperar o momento que ele indo na arfadura o nosso esteja quase no nível. Porém, se o nosso jogar de bombordo a estibordo, esperaremos o momento em que terminando a arfadura, vá no descaimento.

Capítulo 4º

Do conhecimento das partes de uma peça e sua carreta.

Nota: os antigos chamavam, na artilharia naval, as bocas de fogo que atiravam corpos grossos de canhões, meios canhões e terços canhões; e as que não eram muito compridas as denominavam colubrinas e meias colubrinas. Hoje, não perdendo o nome de canhões em toda a Europa, entre os portugueses chamam também de peças. Assim, o que atira com uma bala de 24, se diz “canhão de 24” ou “peça de 24”.

R: Como poderei vir no conhecimento das partes de uma peça?

V: Agora, prescindindo de opiniões, vos explicarei tudo. A peça divide-se em comprimento, 1º reforço, 2º reforço, bolada e bocal, cascavel e culatra, e cada uma destas partes se subdivide-se em outras, que irá apresentando.

R: Que se entende por comprimento?

V: O comprimento verdadeiro da peça não se deve contar senão desde a faixa alta da culatra até o bocal, tudo mais, é engano.

R: Qual é o 1º reforço?

V: O 1º reforço se conta desde a faixa alta da culatra até a primeira moldura, que se compreende a culatra e o liso do fogão.

R: O que é culatra?

V: É toda grossura do metal do princípio da faixa alta da culatra até tocar no ouvido.

R: O que faixa alta?

V: É como uma fita do mesmo metal da peça a qual mostra a maior elevação do dito metal naquele lugar. À faixa alta seguem-se as duas molduras e está o bocel e filete do fogão.

R: O que são molduras?

V: São os vários enfeites que se fazem na peça.

R: O que é bocel?

V: É uma espécie de cordão mais liso que se faz no metal da peça, do qual se fazem uns enfeites a que se chamam filetes.

R: O que é fogão?

V: É um pequeno canal, que começa logo na faixa alta da culatra, e vai acabar no fim da mesma culatra, aonde está aberto um orifício, que penetrando toda a grossura do metal vai terminar no princípio da alma, a qual se chama ouvido da peça.

R: Qual é o liso no fogão?

V: É o espaço compreendido entre os dois bocéis e filetes.

R: Qual é o 2º reforço?

V: Este começa logo no fim da faixa do 1º reforço e termina no fim da sua respectiva faixa alta. Completa dizendo que neste 2º reforço estão colocados os munhões.

R: O que são munhões?

V: Os munhões são como braços, feitos do mesmo metal da peça, que servem de eixo, sobre a qual ela descansa na carreta e se move para a elevação; logo adiante está a faixa do 2º reforço com suas molduras, adiante destas está um bocel com seus filetes, entre a qual aquelas molduras há um espaço que se chama liso do 2º reforço.

R: Qual é a bolada?

V: A maior parte dos artilheiros do mar pensam que do 2º reforço para adiante se chama 3º reforço, mas vem mesmo a se chamar bolada exterior. Começa ela desde o fim da faixa alta do 2º reforço até ao bocal.

R: O que é cascavel?

V: É todo metal da peça que se vê para trás da faixa alta da culatra, a qual se divide em molduras, botão e garganta do botão. Nas peças novas, sobre a garganta do botão, se tem colocado um olhal, pelo qual entra o vergueiro.

R: O que é carreta?

V: É um corpo composto por várias peças de madeira, seguras por outras de ferro e 4 rodas, sobre a qual monta a peça a bordo.

R: Quantas são as peças de madeira?

V: São duas falcas, uma taleira, dois eixos, um suplemento ao eixo traseiro (e algumas tem outros suplementos ao eixo dianteiro) e 4 rodas.

R: O que são falcas?

V: São as duas peças maiores, que são como pranchões largos. Estes, se dividem em topo, minhuneiras, escaleta e conteira. Topo é a testa da falca adiante, minhuneira é um cavado redondo no alto da falca aonde entra o munhão da peça, escaleta são 3 ou 4 resaltos que se fazem na falca no lugar do 1º reforço da peça e conteira é a parte da falca que excede ao eixo traseiro.

R: O que é taleira?

V: É um pedaço de madeira embutida entre as falcas, por cima do eixo dianteiro, que serve para reforço.

R: Quais são os eixos?

V: São duas peças de madeira embutidas na parte inferior das falcas, das quais saem fora de cada um dos eixos dois pedaços à maneira de braços em forma redonda, que se chamam mangueiras, e servem para entrarem nas rodas. E a parte do eixo compreendido entre as falcas se chama corpo do eixo.

R: O que são suplementos?

V: São uns pedaços de madeira que se unem aos eixos, geralmente de forma redonda, o do eixo traseiro é constante por causa do seu uso, já o dianteiro nem todas tem. Quanto as rodas, todos sabem o que são. A parte inferior de cada falca são cavadas em forma circular e a fim de diminuir o peso da carreta, o intervalo que medeia entre as falcas se chama espelho da carreta.

Da ferragem.

R: O que é uma ferragem de uma carreta?

V: As ferragens de uma carreta são várias peças de ferro forjada de diferentes figuras e nomes, que servem não só para segurar as peças de mão mas também de fazer a carreta mais forte e resistente.

R: Quais são os nomes das peças de ferragem?

V: São: cavilhas, olhaes, arganéus, chavetas, aroelas, arandelas, há também em cada carreta duas peças de ferro que são chamadas de misagras.

R: O que são cavilhas?

V: nas carretas a bordo há cavilhas de peralto, de atravessar e farpadas.

R: Quais são as cavilhas de peralto?

V: São todas aquelas que passam pelo grosso da falca e a penetram de alto a baixo, sua figura é redonda, em um extremo tem a cabeça chata circular e no outro uma fenda que se chama escatel, servem para atracar os eixos as falcas.

R: Quais são as cavilhas de atravessar?

V: São aquelas que entrando pelo plano da falca, passam pelo espelho e vão penetrar a outra falca.

R: O que são olhaes?

V: É uma peça de ferro com duas espigas, a qual ou é farpada ou é escatelada.

R: O que são arganéus?

V: são umas argolas de ferro que passam pelos olhaes.

R: O que são chavetas?

V: São de 3 formas: de camarão, de forçado e de mola. A primeira serve para entrar nos escateis e virando a roda dela a força de martelo, segura a cavilha. A segunda, serve para entrar no escatel da misagra. A terceira, tem este mesmo uso, porém, em outras carretas, estas últimas duas tem outros usos.

R: O que são arruelas?

V: São pequenas argolas de ferro delgadas, que servem de encher a parte da cavilha que está fora da madeira até ao escatel.

R: O que são arandelas?

V: São umas arruelas grandes e chatas, servem de entrar nas mangueiras, evitando que o setroço ofenda a roda.

R: O que são setroços?

V: São como pinos de ferro chatos; em uma das pontas entram pelo furo que se faz na mangueira um pouco a diante das ?? da roda, para evitar que ela salte fora, entre o setroço e a roda gira a arandela.

R: O que são misagras?

V: São umas chapas de ferro grosso curvas no meio em forma circular cuja curvatura com a da minhoeira compreende a grossura do munhão da peça. A misagra anda segura a uma cavilha de olhal farpada e quando se fixa entra a sua tenda no escatel da cavilha de peralto escatelada. Serve para evitar que a peça salte fora da carreta.

Capítulo 5º

Do modo de vestir e guarnecer a Artilharia.

R: O que é vestir a Artilharia?

V: É pôr-lhe um vergueiro e suas talhas.

R: Como se põe o vergueiro?

V: Enfia-se pelo olhal do cascavel, se o há, e depois cada chicote pelo arganéu da falca respectiva e ultimamente pelo seu competente arganéu da amurada de dentro para fora (do lado da peça para fora). Toma-se a cada chicote uma medida de um palmo e meio para as peças de 24 e 18 e menos para as de menor calibre em proporção. Nesta medida obriga-se o vergueiro a dobrar e faça-se uma espécie de cruz e toma-se nesta um botão, que se chama de cruzar, e outro no chicote, que se chama de esganar.

R: Como se tomam este botões?

V: O de cruzar, pega-se, como já foi dito, no chicote de vergueiro, e obrigando-o a dobrar e cruzar por cima do mesmo vergueiro, um servente segura esta cruz enquanto outro com uma braça de linha, vulgarmente chamada de cordel, a qual tem uma ponta uma alça, então, com esta alça na mão esquerda e o chicote na direita, enfia o chicote pela alça e mete dentro do chicote o vergueiro e o leva até a chegar a cruz, e depois vai enrolando a roda da cruz, ficando aquelas voltas bem apertadas. Depois de haver um pequeno resto, pega-se um passador, levantam-se com ele as últimas voltas, por onde se mete o chicotinho, ficando ali escondido, de maneira que quase não se percebe aonde acabou. O outro botão chamado de esganar, não há mais que pegar no chicote do vergueiro, prolonga-lo na direita da cruz por cima do mesmo vergueiro e ali se passa o botão do mesmo modo que o outro junto ao chicote do vergueiro, com a diferença que este botão faz-se com menos de uma braça de merlim, chamada vulgarmente de cordel de pião. E o resto, que se passam sobre as voltas deve ser maior que a do outro, porém, é preciso ficar bem esganado. Deste modo, fica a peça vestida do vergueiro e os chicotes abotoados.

R: Como se põe as talhas?

V: As talhas são duas, uma da direita e outra da esquerda, mas são diferem uma da outra senão das posições dos gatos, de sorte que os gatos devem em cada talha engatar ambas de fora para dentro e os tiradores devem andar sempre do lado de fora, estando ambos nestas circunstâncias, pegam 2 serventes em cada uma, um no gato do moitão, outro no do cadernal, aquele engata no olhal da conreira, e este puxando pela talha, engata no gato da amurada. Depois de estarem ambos engatadas, vê-se se a peça está em bateria, isto é, chegada à amurada, se está horizontal e a meio da portinhola. Após isto, tesa-se o vergueiro, tesam as talhas e passa-se a meia volta, e fica a peça vestida e segura.

R: Como se gurne uma talha?

V: Há dois modos de gurnir, da direita e da esquerda. Sobre a primeira, usa-se 2 serventes, um com a mão direita no gato do cadernal e o outro com a mão esquerda no do moitão, aonde está seguro o cabo da talha, e cada um engatam o seu gato em um ponto fixo. Depois, pega o do cadernal no chicote do cabo, enfia-o pelo gorne da esquerda do cadernal debaixo para cima e vem com ele enfiar no gorne do moitão, de cima para baixo e torna a enfiar no outro gorne do cadernal de baixo para cima, e tesando bem fica gurnida a talha que servirá para a direita. Sobre a segunda, faz-se tudo ao contrário

R: De que se garante a Artilharia?

V: Depois de vestida, cada peça tem mais uma retenida (que na coberta chama-se contra talha), um espeque, um pé de cabra, um soquete, uma lanada, uma tapa, uma pranchada,

um molho de tacos, uma pequena chaleira com 10 tiros de bala rasa. Deverá também ter 5 tiros de pirâmide, 5 de lanterna e algumas palanquetas.

R: Aonde se põe cada uma destas coisas?

V: A retenida costumam todos trazer-la sempre na dispensa, o que é um erro, pois demoram que se ponham no seu devido lugar; quando se está fundeado em algum porto, há razão para que se guarde na dispensa, porém, para uma maior presteza, devem trazê-la em cima da peça. Para levá-la em segurança neste local, engata-se o gato do cadernal no olhal da falca direita e o do moitão no da falca esquerda, e tesando-a bem pelo tirador, atraca-lhe as talhas por cima, ficando pronta e segura.

R: Aonde se põe o espeque e o pé de cabra?

V: Antigamente existia uma chapa de ferro com ganchos, que se chamava palanques, pregados na amurada, destinado a estes objetos. Hoje, metem-se por dentro das carretas, descansando sobre o corpo do eixo, o pé de cabra da direita com as unhas para fora e o espeque da esquerda com o delgado para dentro.

R: Aonde se põe o soquete e a lanada?

V: Já o soquete e a lanada costumam trazê-los nas vinhateiras, por cima da peça.

R: O que são vinhateiras?

V: São pedaços de linha ou merlim com duas alças de um lado e na outra ponta uma pinha, sendo uma das alças para a pregar na amurada e a outra para prender nela a pinha, cujo seio se mete o soquete e lanada. Algumas vinhateiras também se fazem de gaxeta, enquanto a tapa e pranchada já ficou dito aonde andam, no capítulo 2º.

R: Aonde estão os tacos, balas e metralhas?

V: Os tacos põe-se a esquerda de cada peça, um molho pregado na amurada em uma altura suficiente. As balas em baixo no assoalho e se pregam 3 sarrafos de madeira em forma de um pequeno tabuleiro, que possa contém 10 balas. A metralha (pirâmide e lanterna) por cima logo das balas. Já as palanquetas, ou vem em cima das balas, ou o que é melhor, cruzá-las e pregá-las com uma gaxeta grossa na amurada.

R: nada há mais que tenhamos de arranjar?

V: Sim há cada meia bateria é dividida em 3 brigadas, então, para cada uma deve haver uma colher e um sacatrapo. Para cada brigada há também uma chaleira de balas a meia nau, as quais se fazem a roda das braçolas das escotilhas; há além disso, em ocasião de combate, uma tina com areia ou água, aonde estão as tranças.

R: O que são tranças?

V: É uma braça de murrão torcido e dobrado ao meio, cujas pontas se desfiam coisa de 4 dedos, e depois se molham em calda de pólvora desfeita em vinagre forte e se põe a enxugar, embrulhando depois em papel amarrado com fio de vela. Se molha a trança na calda de pólvora para quando se quer acender, o ato de molhar se chama enxofrar, assim, a traça faz brasa com facilidade.

R: O que é murrão?

V: Não é mais que uma corda de estopa mal torcida e fervida em calda de cinza de lenticos para melhor pegar fogo e arder sem se apagar. A tina em que anda a trança é uma meia pipa.

Capítulo 6º

Dos diferentes modos de atracar a Artilharia.

Artigo 1º

Atracar de coberta

R: Por que se diz atracar de coberta?

V: Esta artilharia se atraca de outro modo que a das outras baterias, e a razão de tudo é por se embeijarem as peças ao batente superior da portinhola.

R: A que se chama embeijar a peça?

V: Metendo-se a peça dentro, como quem quer retirar a artilharia, tira-se toda a madeira, chapuz e palmeta, tira-se fora o espeque e o pé de cabra, para que a culatra da peça caia sobre o plano do eixo traseiro e fica a peça toda levantada da joia, a qual chegando-se ao batente da amurada de maneira que o gato que ali está fique bem ao meio da joia e a boca encostada por igual ao batente, a isto se chama embeijar a peça.

R: Depois de embeijar a peça, o que se segue?

V: O próximo passo é atracá-la, que vem a ser primeiramente o vergueiro e depois as talhas, e estas se atraca primeiro a da direita e depois a da esquerda, e isto é segundo o costume, porque é indiferente ser for primeiro a da direita ou da esquerda.

R: Como se atraca o vergueiro?

V: Pode acontecer de dois casos. 1º, se a peça é das antigas não tem olhal no delgado do botão do cascavel, este vergueiro é cortado já com tal comprimento, que estando a peça embeijada, não exceda a passar da faixa alta da culatra, e então, para que ele monte sobre o cascavel, se usa a força até chegar ao delgado do botão. Porém, caso haja erro de medida e ele ficar mais comprido, faz-se passar por baixo de uma ou duas mangueiras traseiras ou dianteiras, conforme o que ele dá, até ficar bem teso, e está atracado. O 2º caso é quando a peça é de nova construção, as quais tem todas um olhal sobre o delgado do botão, por onde o vergueiro é enfiado (capítulo 5º, 2ª resposta), e então o vergueiro por esta razão é mais comprido que o ordinário, neste caso vai logo de um e outro lado passar por baixo daquelas mangueiras para que fique bem teso, e assim fica a peça atracada de vergueiro.

R: Como se atracam as talhas?

V: Passam-se os serventes todos ao tirador da talha da direita, passa um tirador por baixo do botão e tesa outra vez, e virando-o por cima, morde-o ou segura-o com o calo da mão até que vá passar ao gato da amurada de dentro para fora, torna atrás ali ao correr da amurada, a que se chama lançante, e não ao correr da peça, porque o cabo embaça no ferro e não deixa correr. Assim que estiver teso, outro servente morde o tirador com a talha, enquanto a trazem passando outra vez por baixo do botão, e assim continua até findar 3 voltas, devem acabar nos gatos, e acabadas se passa o cote nas arreigada do cadernal, que deste lado deve o tirador ficar por baixo.

R: Como se passa o cote?

V: Um servente abre com sua mão direita um seio com o tirador, pegando com a esquerda no cabo livre por cima da talha, estando virado para a amurada. O outro servente pega no resto deste cabo e o passa por baixo da talha e por dentro do dito seio, e então se aperta bem à força de pancadas de palmeta, dando com ela sobre o cote, até que a talha fique bem segura.

R: Como se atraca a talha da esquerda?

V: Funciona do mesmo modo que a direita, com a diferença que o tirador depois de passado o cote deve andar por cima da talha.

R: Por que os tiradores andam um por baixo e outro por cima?

V: Estes tiradores irão fazer a esganadura e ficam assim desencontrados para andar um por baixo e outro por cima das talhas, sem se cruzarem e fazerem ao mesmo tempo a esganadura forte e elegante.

R: Como se faz a esganadura?

V: Dividem-se igualmente os serventes para os dois lados, os da direita passam tirador para a esquerda pela parte de baixo, os da esquerda para a direita pela parte de cima, pois eles assim mesmo correm e passando até acabar 3 voltas, tendo cuidado que não sobre, pegam os serventes de ambos os lados nos tiradores e puxam por eles dando 2 de cada lado pés as talhas. O chefe de peça deve estar dentro para fazer correr melhor os braços da esganadura. Sendo possível abraçar com as talhas também o vergueiro, é melhor, isto acabado faz-se a rondadura.

R: Como se faz a rondadura?

V: Rondadura nada mais é do que enrolar o resto dos tiradores à roda da esganadura, e se chega também as talhas. Podem ser feitas de 2 modos. 1º, se há mais de uma braça de cabo, começa-se a rondadura do centro para os lados, que vem a ser levando os tiradores ao centro da esganadura, e começando ali a rondadura virá até as talhas aonde depois de dar um meio cote, se atracarão também a rondas as talhas caminhando para a culatra até acabar, e se amarrará o chicote ficando escondido. 2º, havendo mais de duas braças de cabo se começará a rondadura dos lados para o centro, porém, não devem unir a rondadura uma a outra, mas tendo chegado a uma distância tal que fique no meio uma distância igual a grossura da peça naquele lugar e irá passar o peito de morte.

R: A que se chama peito de morte?

V: é uma rondadura que se faz sobre o metal da peça pela parte de baixo.

R: Como se faz este peito de morte?

V: Estando a rondadura no lugar dito anteriormente, pega o chefe de peça do espeque, o qual chefe de peça sempre está da parte de dentro, este descansa a unha do espeque sobre a taleira e o delgado sobre o seu ombro, estando virado para a peça, neste tempo os serventes de cada lado deitam o seu cabo por cima da peça para a parte oposta, largando este e pegando no que vem, pelo qual puxam todos de ambos os lados, enquanto o chefe como o espeque empurra a esganadura à força do seu ombro para cima. Os tiradores passam logo por baixo da esganadura e tornam a passar por cima da peça, continuando assim até que haja menos uma braça de cabo de cada parte. Neste caso, um dos cabos torna a passar por baixo, e com ele se ronda a peia que vai da esganadura à peça, e aqui se unem os dois cabos, e conforme eles correrem se vai rondando sobre o metal da peça formando com eles uma espécie de peito, e como o cabo que rondou a peia deve logo acabar, continua a rondar até acabar o último, cujo chicote se amarra e se esconde entre as voltas.

R: De que serve o peito de morte?

V: O peito de morte não é mais do que um enfeite para acabar de gastar os tiradores das talhas, porém a peia que pareceu nascer dele e da esganadura segura a peça e não a deixa galear sobre o batente aonde está embeijada.

R: Para que serve a contra talha?

V: A contra talha é uma triple força para a segurança da peça. A peia esganada que se faz na contra talha serve para não deixar galiar sobre o batente.

R: Como se faz a atracação de contra vergueiro?

V: O contra vergueiro é um cabo delgado, cujo comprimento é entre 14 e 15 braças de marinha, serve para fazer uma esganadura ao vergueiro. Alguns costumam acabada a esganadura ir com o resto fazer um peito de morte como se faz com as talhas, ora logo que já está lá um peito de morte, escusa outro, e ainda mesmo quando as ditas talhas prontas não tenham chegado a fazê-lo, eu nunca o faria com o contra vergueiro, porque julgo mais acertado depois da esganadura gastas. Para deitar o contra vergueiro, entra o chefe de peça dentro das talhas, divide o contra vergueiro ao meio, e os serventes, aos quais ele distribui os braços ficando com o meio na mão, então os serventes passam um para os outros a sua porção do mesmo modo que com as talhas e havendo passado 5 ou 6 vezes, dão pés ao vergueiro e puxam ao obriga-lo o quanto puderem. Após, levam-se os braços ao meio e os cruzam para rondar esta esganadura do centro para os lados, e chegando aos braços do vergueiro passam-lhe ali cotes de um e outro lado, e com os restos se passarão peias da carreta das mangueiras dianteiras aos arganéus da amurada.

R: Como se passam essas peias?

V: Cada lado se passa o cabo da mangueira ao arganéu conforme ele melhor correr, para que não cruzem as voltas, e tendo passado 3, 4 ou 5 voltas, segundo o tamanho do cabo, acabando no arganéu, se passará aqui um cote e depois virão rondando a peia para a parte

da mangueira. E, com o resto que ainda ficará, se fará uma esganadura a estas peias, para que não escapem das mangueiras.

R: Como se deitam os travessões e os cunhos?

V: Travessão é uma barra grossa de madeira com um chanfrado de um lado. Já o cunho é uma espécie de chapuz, também de madeira, feito por um lado à feição da roda e pelo outro lado um boleado, cuja parte se deve pregar. Servem de evitar o recuo da peça quando o jogo é grande. Os travessões são um para cada peça, os cunhos um para cada roda traseira. Aos carpinteiros é que pertence deitá-lo.

Artigo 2º

Atracar de convés, tolda e castelo.

R: Como se atraca estas baterias?

V: São as atracções destas baterias em tudo as mesmas coisas, possuindo poucas diferenças, porém, há dois modos de atracar, um em ocasião de bonança e outra em ocasião de temporal.

R: Como se atraca em ocasião de bonança?

V: Em ocasião de bonança se atraca em meias voltas, assim chamado por ser muito simples, a qual se faz de dois modos: 1º, à portuguesa, 2º à inglesa e, em um 3º modo, em ocasião de salta, quando se está fundeado e que se espera algum personagem a bordo. O 1º modo não há mais que tesar o vergueiro, cruzam-se os braços sobre o cascavel da peça e o grande seio, que faz deitar-se por cima da peça e tomam-se dois botões, um de cada lado com um fio de vela tesa-se também as talhas e com os tiradores um depois do outro se dá uma volta ao botão da peça de cima para baixo e se mordem um pequeno seio de cada uma entre o cascavel e o tirador, aos quais pequenos seios se toma um botão na altura da faixa alta da culatra também de fio. Os tiradores vão ao meio da peça em cima da faixa alta do primeiro reforço e se cruzam ali, onde cada um se leva ao gato da amurada, ao qual se prende com um nó de porco. Do resto dos tiradores se faz um pandeiro, que se segura a uma vinhateira, que para isso deve haver em cada gato da amurada ou se entalam entre a falca e a talha. Do 2º modo, chamado à inglesa, que eu chamo meias voltas singelas, difere só em não irem os tiradores cruzar sobre a faixa alta da peça do primeiro reforço, logo que se tem tomado o botão aos pequenos seios mordidos no cascavel, vão logo os tiradores aos gatos da amurada. Do 3º modo, depois de se ter passado as meias voltas dobradas e prendido o tirador no gato, venho com ele sobre o soalho, começando pelo chicote vou fazendo virar o cabo com voltas umas sobre as outras bem unidas, que vem fazer uma espécie de prato e este se une a roda e ao trincanil, isto mesmo se faz também na coberta, estando desatracada.

R: Como se atraca em ocasião de temporal?

V: O modo mais ordinário é tornar teso as talhas, e com a da direita ou da esquerda se faz o mesmo com as da coberta, gastando-a do gato da amurada ao botão do cascavel, e depois

rondam-se estas voltas com o resto do tirador amarrando o chicote e escondendo-o. Com a outra tendo-se dado meia volta ao cascavel, se dá ali um cote, de maneira que o tirador venha a ficar pela parte de cima, e com este tirador se vem abaixo passa-lo pelo arganêu, que está junto ao olhal do suplemento de fora para dentro, e depois vai passar por entre a talha vestida ou rondada, e o cascavel tesa bem e torna abaixo até que haja um suficiente cabo para rondar esta peia. Rondam-se 4 ou 5 voltas começando do arganêu até ao direito do olhal do suplemento, pelo qual se enfia o chicote, e daí para cima, com a peia faz dois braços, e se vão fazendo unir por meio de um xadrez, que lhe faz com o resto do cabo, até finalizar e então se amarra o chicote, ficando escondido.

R: De que modo se faz a atracação?

V: Tendo passado as meias voltas singelas com as talhas ao cascavel e os gatos da amurada, se tomará aqui um cote com cada uma e se fará as talhas uma rondadura larga unindo a estas o vergueiro e tendo chegado a faixa alta da culatra da peça ali outro cote, de maneira que ambos os chicotes fiquem por cima, depois se desce com eles abaixo ao arganêu, e passando uma de fora para dentro, outro ao contrario se tesarão e chegado acima o da direita para a esquerda, e o desta para aquela, passarão ambos por entre as talhas e o cascavel, um de cima para baixo e o outro ao contrário, e daqui tornarão a vir abaixo passando pelo arganêu e continuará assim até que vendo que só há um pequeno resto para rondar a peia, se fará com ambos também em xadrez como se fez com uma só, advertindo que se logo no princípio se conhecer que a talha tem comprimento suficiente para nas meias voltas se passar mais 1, 2 ou 3 voltas aos gatos e ao botão e depois, como fica dito, eis aqui a artilharia atracada por igual, segura e apresentando melhor perspectiva. Vale dizer que esta atracação só vale para a artilharia grossa, de calibre 12 para cima, para as outras basta passar as voltas e rondar as talhas, porque a peia é bastante um bocado de mealhar ao arganêu e o olhal do suplemento e esganá-lo.

R: Temos mais algum modo de atracar a Artilharia?

V: Há outra, porém, é pouco usada, porque comumente só os navios que vão à Índia é que o praticam na passagem do Cabo da Boa Esperança, a qual se chama de popa a proa, chamada assim porque a peça se mete toda dentro e se prolonga de popa, encostando-se a portinhola.

R: Como se atraca de popa?

V: Nestas marés quase nunca se teme o inimigo por causa de sua braveza, serve então esta atracação para mais comodidade no navio por isto a peça vem toda para dentro e se prolonga de popa.

R: Como se prolonga a peça de popa?

V: Mete-se dentro a peça pela retenida, desengatam-se as talhas do olhal da conreira (sem desabotoar o vergueiro como alguns fazem) conreira-se a peça toda para ré, acurando-se ao mesmo tempo o vergueiro para a peça poder virar e logo que está bem ao meio da portinhola e chegue ao trincanil com ambas as rodas, então se começa a atracar.

R: Como se começa esta atracação?

V: Encapela-se uma alça de conteira (veja-se contra talha) na mangueira traseira da parte de fora e no sapatilho se engata o moitão da talha da peça, tesa-se bem, e o tirador vai ao gato vai ao gato da amurada respectivo, torna o tirador aquela mangueira de baixo para cima, torna ao gato e assim continua até que haja somente suficiente cabo para rondar a talha; outra alça de conteira à mangueira dianteira cujo sapatilho se engata o moitão da talha de ré, e se faz com ela o mesmo que com a outra, ficando por este modo as talhas uma sobre a outra no lugar da falca formando uma cruz, cuja cruzeta se deve esganar com o chicote de uma das talhas.

Capítulo 7º

Na qual se trata de fazer costuras, alças, passar levas, arrebens, atracar as portas, fazer vinhateiras, gaxeta e falçar.

Artigo 1º

Costuras.

R: O que são costuras, e para que servem?

V: Costura em termo de Marinha é o mesmo que engajar um cabo em outro de igual grossura de maneira que façam ambos como se fosse um só. Serve de remediar a falta de comprimento em um cabo com outro, novo ou velho. Serve também quando arrebenta uma talha, tornando remendá-la com o mesmo pedaço que se destacou e outros usos que irei dizendo. No uso da artilharia a bordo há só 3 qualidades de costuras: de laborar, redondas e de alças.

R: Como se fazem as costuras de laborar?

V: Supondo querer fazer-se em uma talha arrebentada, pegam dois artilheiros, cada um com seu pedaço arrebentado, cortam em distância mais ou menos de dois palmos conforme a sua grossura, entrelaçam-se estes cordões os de um cabo pelos do outro até unirem os lugares cochados, nesta união pega um com a sua mão esquerda, o outro pega no cordão que está por cima pertencente ao cabo em que ele mesmo pega e continua a desacochá-lo até a distância de um palmo enquanto o seu camarada vai com o cordão do seu cabo, que ao outro cordão corresponda ingerindo pela coxa que aquele deixa vaga, e chegando ao fim pega em um passador com o qual abre a coxa do cordão a esquerda imediato aquele que descochou e por esta abertura enfia o chicote do seu cordão e puxa por ele a unir bem, depois divide este mesmo cordão em dois, force um deles, abre a coxa que se segue e enfia puxando bem a unir e fica aqui por ora, do outro lado faz-se o mesmo com o outro cordão, e tendo feito isto, vê-se que no meio ficarão dois cordões de cada lado, estes prendem-se primeiramente os dois de um lado, fazendo entrar cada um deles a meios cordões pelas coxas do outro cabo, e logo se faz o mesmo aos outros dois que restam, tendo sempre puxado por todos os chicotes, para que fique bem unido. Cortam-se então os chicotinhos rentes do cabo, bate-se fora a costura com o passador e fica feita

a costura. Alguns costumam corrê-la com um bocado de sebo para laborar melhor, mas isto não é regra.

R: Como se faz costura redonda?

V: Se faz de dois chicotes de um mesmo cabo. Descocha-se estes até uma distância determinada, encaixam-se estes cordões uns pelos outros como acima, e depois de um lado se vão metendo estes cordões e meios cordões pelas coxas do outro lado, segundo a regra passa-se logo ao outro todo a fazer o mesmo, cortam-se os chicotinhos e bate-se a costura com o passador.

R: Como se fazem as costuras de alças?

V: Descocha-se o chicote em que se quer fazer a alça no comprimento proporcional e dobra este chicote no tamanho que se quer a alça, vão se inserindo os cordões e meios cordões como já ficou dito, cortam-se os chicotinhos e bate-se a costura.

Artigo 2º

Das alças separadas e pegadas e seu uso.

R: O que são alças?

V: Alça é um pedaço de cabo unido pelos chicotes por meio de uma costura redonda ou também um chicote de qualquer cabo unido ao mesmo cabo por meio de uma costura de alcear. As primeiras servem para alcear cadernais e fazer alcear de conteira. As segundas servem de alcear moitões e outros usos que irei dizendo.

R: Feita a alça, como se alceia o cadernal?

V: Que mete-se o cadernal dentro da alça de maneira que esta fique dentro da meia cana marcada no dito cadernal e a costeira no topo cavado, faz-se o cadernal fixo por meio de um cabo solteiro e no seio da alça engata uma talha que também se faz fixa, e talha por ela a esticar a alça o quanto puder, desengata-se e mete-lhe o sapatilho de maneira que fique o aberto virado para o topo, passa-lhe um botão de esganar e está pronto.

R: Como se fazem as alças de conteira?

V: Torna-se uma braça de cabo da bitola da contra talha em qual há de servir, faz-lhe uma costura redonda e desta parte forra-se a costura com uma ou duas fileiras juntas, quanto chegue a abranger o botão da peça da outra parte oposta forra-se também tanto quanto compreende o sapatilho, mete-lhe este e toma-lhe um botão de esganar, para que fique seguro, e está feita a alça de conteira.

R: Como se fazem as alças pegadas?

V: Pegada quer dizer que ela nasce do mesmo cabo em que serve, então tendo-se tomado medida ao moitão como se fez ao cadernal, descocha-se o chicote e faz-se a costura como já ficou dito. Agora para alcear o moitão faz-se do mesmo modo que com o cadernal, tendo o cuidado de forrar também a costura toda. Nos pedaços de linha com que se tomam os botões também se fazem estas mesmas alças em um só chicote e a estes pedaços se dá simplesmente o nome botões.

R: Como se passam as levas das portas?

V: Primeiramente se abra a porta pela parte de dentro com dois espeques e logo pela parte de fora faz-se em cima um cabo fixo, pelo qual desce um artilheiro e o vai amarrar a um dos arganéis exteriores da porta e descansando então em cima dela, recebe as levas que de dentro lhe tem passado outro pelos buracos que para isto estão feitos no costado as quais ele passa pelos arganéis exteriores debaixo para cima, aonde as faz fixas por dois botões em cada uma, um de cruzar, outro de esganar ou por uma costura de alcear em cada uma. Advertindo que se as fizer fixas com botões, os chicotes devem ser falçados. Acabado isto, vai ao costado e bem rente dele abre uma coxa com um pegador, em qual mete o cassonete.

R: O que é cassonete?

V: Cassonete é um pedaço de madeira rijo torneado, mais delgado nas pontas, e no meio mais grosso, aonde tem em roda uma meia cana, pela qual fica segura na coxa da leva, e serve de não deixar passar dali para dentro, de maneira que ficando todos em iguais distâncias nas levas, as portas ficam por isto sendo abertas com uma mesma linha horizontal.

R: Como se segura a leva para dentro?

V: Por dentro há de proposito duas pequenas talhas ou talhinhas, que em nada diferem das grandes senão em não terem gatos. Estas estão fixas nas latas a uma tesoura pelos moitões, pelos sapatilhos das alças dos cadernais se enfiam as levas, e estando as porta fechada em distância de um palmo se passam cote, aos restos se enrolam a roda do cadernal a que se chama encravar, e aqui os chicotes das levas devem ser falçados. Para colher estas talhinhas há uns cunhos à roda dos quais se enrolam em forma de pandeiro.

R: Como se faz a gaxeta?

V: A gaxeta não é mais que uma trança e como esta varia no número das fileiras, conforme o uso para que se quer, o preceito é meter sempre para o meio as fileiras de fora, uma por cada vez.

R: Como se fazem as vinhateiras?

V: É um pequeno botão com a diferença de ter duas alças, uma feita no chicote, pela costura de alcear, e a outra junto desta, dobrando-se e segurando-a por um botãozinho de esganar de fio de vela, e no outro chicote tem um nó.

R: Como se falça o chicote de um cabo?

V: Que se pega em um bocado de fio de vela proporcional a grossura do cabo, faz-lhe uma alça em um chicotinho, enfia-se o outro por ela, encapela-se no chicote do cabo, vai rondando este chicote com o fio sem que fique sobreposto, e as voltas bem apertadas, e tendo já muito pouco fio, morde mais voltas por via de uma arelha, que para isto tem feito, aonde o chicote do fio deve ficar escondido.

Fim.

Anexo II – Vocabulário naval

(Destacamos os verbetes em uso para a Marinharia, Infantaria e Artilharia Naval relacionados com o documento transcrito acima, a partir do *Diccionario de Marinha que aos officiaes da Armada Nacional Portugueza*, de João Pedro d'Amorim, Imprensa Nacional de Lisboa, 1841, 320 págs.)

AGULHA DE REPUXO: serve para levar ao fundo da alma da peça quando retirar a de verruma. Também chamada de desencravador.

AGULHA DE VERRUMA: serve para desencravar o ouvido da peça sujo pelo salitrado da escorva ou qualquer outro objeto que não ofereça muita resistência.

AMURADA: parte interna dos costados dos navios. Comumente usada para indicar a parte interna da borda-falsa.

ARFADURA: o soluço, ou o levantar do navio quando balança no sentido de popa a proa.

ARGANÉU: é um olhal tendo no anel uma argola móvel, que pode ser circular ou triangular.

BATERIA: a área do convés e das cobertas de qualquer embarcação onde se fixa a artilharia. A primeira bateria é a mais próxima da água.

BOTÕES: voltas redondas de linha, merlim ou fio de vela dadas em torno de duas partes de cabo a fim de prendê-las de modo definitivo.

BRIGADA: em Artilharia são as divisões que se fazem nas baterias, sendo cada uma delas comandadas por um oficial.

BROCA: peça de aço ou ferro que serve aos espingardeiros e aos fundidores de artilharia. Aos fundidores de artilharia serve para abrir a alma das peças.

CAÇOLETA: parte côncava da fecharia das espingardas de pederneira.

CADERNAL: moitão de dois, três ou mais gornes

CASCAVEL: parte da culatra da peça, junto com o fogão e a faixa alta.

CHICOTE: extremo de qualquer cabo.

COTE: a volta que se dá com o chicote de um cabo, mordendo-o contra si mesmo.

DESATACAR A ARTILHARIA: aprontá-la para fazer fogo. Também designada pelo sinal de duas pancadas dobradas na caixa.

DESBILINAR AS TALHAS: tirar as torções exageradas dos cabos.

DIAMANTE: instrumento com que os artilheiros furam os cartuchos das peças já carregadas, introduzindo-o pelo ouvido a fim de que a escorva, em chamas, se comunique com mais facilidade a pólvora da carga.

ESCALETA: cortes que se fazem em forma de degraus nas falcas das carretas, principiando da coneteira.

ESCORVAR: deitar pólvora na escorva.

ESPEQUE: espécie de alavanca que serve para mover os pesos, serve também como esteira ou escora para não cair alguma coisa.

ESPOLETA: espécie de funil no qual se põe a escorva da peça, embebendo-se lhe o extremo no ouvido.

ESTOPIM: fios de algodão banhados em pólvora e cobertos de papel. Servem para rastilhos.

GATOS: ganchos de ferro que se põe nos sapatilhos das alças dos poleame e nas amuradas, para o serviço da Artilharia.

GAIXÊTA ou **GAXETA:** trança de fio de carreta simples, de três cordões, “à portuguesa”. Quando composta por oito cordões diz “gaxeta à francesa”.

JOIA DA PEÇA: bocal da peça.

LANADA: instrumento de artilharia. Haste tendo envolta em um dos extremos uma porção de pele de ovelha com a lã para fora. Serve para limpar a alma da peça e para a refrescar com vinagre ou água.

LUME D'ÁGUA: a curva que descreve o costado do navio, lugar que coincide exatamente com a aresta da superfície da água.

MEDIANIA: todo o espaço que vai da popa a proa, compreendido entre as sicordas.

MURRÃO: pedaço de cabo embebido em misto de soluções, que o faz prender fogo facilmente. Serve para lançar fogo as escorvas das peças ou está aceso na tina dos murrões, para a guarnição fumar.

PALMETA: cunhas delgadas que servem para levantar as culatras das peças, a fim de erguer ou abaixar as pontarias.

PANDEIRO: colher o cabo, começando pelo selo, em voltas circulares para a direita, umas sobre as outras.

PELAMENTA OU **PALAMENTA:** há dois empregos para esta expressão. 1: remos e demais trem das embarcações miúdas. 2: para a Artilharia, é todo o aparelho necessário para a utilização da peça.

PRANCHADA: chapas de chumbo com forma da face da culatra. Serve de resguardo ao fogão e ao ouvido da peça.

REFORÇO: madeira que serve para escora ou parte mais robusta de metal da peça de artilharia.

RETENIDA ou CONTRA TALHAS: são as talhas que, dadas em um olhal fixo na face de dentro da carreta, servem para alar e aguentar a peça quando não está em bateria ou enquanto se carrega.

SACATRAPO: instrumento com que se tira a bucha das armas de fogo.

SAPATILHO: aro de ferro formado de chapas com meia cana para a parte exterior ficando côncavos pelo centro. Servem para se aguentarem nos punhos das velas, nos chicotes dos cabos onde se introduzem gatos.

SOQUETE: instrumento de artilharia. Espécie de maço roliço com que se calca a pólvora, a bala e o taco dentro da peça. Tem o diâmetro igual ao da bala e o comprimento excede 18 polegadas ao da alma da peça.

TACO: buchas das peças de Artilharia

TALHA: aparelho composto por moitão e cadernal.

TAPA: espécie de taco colocado na boca da peça, com enfeites e fiel que se liga a mangueira da mesma peça. Serve para tapar, a fim de que não entre umidade que inutilize a carga.

TIRADOR: o chicote de cabo de qualquer aparelho, talha, colhedor, pelo qual se ala.

VERGUEIRO DA PEÇA: cabo grosso enfiado nos olhaes das falcas, cujos chicotes estão fixos nos arganéis da amurada.

VINHATEIRAS: pedaços de cabo ou gaxeta cujos extremos se faz uma pinha e na outra extremidade uma alça. Servem de pear convenientemente as escotas de arrastar e conter as talhas colhidas do lado das carretas quando estão atracadas em meias voltas.